

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

ÁGUAS PÚBLICAS / RIQUEZAS PRIVADAS

(A política de irrigação para
o vale do São Francisco:
Bebedouro e Nilo Coelho)

SERGIO LUIZ DE OLIVEIRA VILELA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

AGOSTO DE 1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

ÁGUAS PÚBLICAS / RIQUEZAS PRIVADAS

(A política de irrigação para
o vale do São Francisco:
Bebedouro e Nilo Coelho)

Dissertação apresentada ao curso
de Mestrado em Sociologia, com
Área de Concentração em
Sociologia Rural da Universidade
Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para
obtenção do Grau de Mestre

Orientador: René Louis de Carvalho

Aluno: Sergio Luiz de Oliveira Vilela

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

AGOSTO DE 1991

116
16.031.522/81 (10/91)
15572



V857a Vilela, Sérgio Luiz de Oliveira.
Águas Públicas / riquezas privadas : (a política de irrigação para o vale do São Francisco : Bebedouro e Nilo Coelho) / Sérgio Luiz de Oliveira Vilela. - Campina Grande, 1991.
239 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1991.
"Orientação : Prof. Dr. René Louis de Carvalho".
Referências.

1. Sociologia Rural - Pernambuco (PE). 2. Irrigação - Política - Vale do São Francisco. 3. Águas Públicas. 4. Riquezas Privadas. 5. Dissertação - Sociologia Rural. I. Carvalho, René Louis de. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 316.334.55(813.4)(043)

A utopia de ver, ainda em vida, nosso povo conquistar as condições que lhes permitam viver numa sociedade justa, foi o motor da vida de muitos que já se foram. Mas, foram-se apenas os homens e ficaram suas máquinas de fazer estímulos para a luta, que se multiplicaram e produziram muitos outros homens dotados do mesmo espírito.

Meus cumprimentos a todos os que se foram - Henfil, Chico Mendes, Margarida, Expedito - e a todos os que ainda sobrevivem e continuam a lutar.

Ao meu filho Pedro Henrique, que veio trazer o último pilar da minha estrutura de ser humano: Profissional, Político e Pai.

À Dione que, além de companheira, considero-a co-autora deste trabalho.

À minha Mãe e ao meu Pai, que me deram as condições para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Mestrado de Sociologia, pelo empenho na transmissão dos seus conhecimentos para toda a nossa turma.

A todos os colegas de turma, pela oportunidade de realizarmos discussões tão importantes para o desenvolvimento do curso e deste trabalho.

Ao Amigo Valmir Stropassolas, com quem convivi durante um ano em baixo do mesmo teto, dividindo as minhas angústias e alegrias, tomando chimarrão e comendo churrasco.

Aos professores Francisco Magalhães (chico) e Argus Vasconcelos, de quem recebi tantos estímulos e encorajamentos para fazer o Mestrado.

A todos os Colonos que me concederam as entrevistas com muita boa vontade, disposição e coragem.

Aos técnicos, funcionários ou não do Estado, e aos estudiosos que também me concederam entrevistas com toda a boa vontade e paciência, em especial a José Rocha que nos recebeu por diversas vezes em sua casa, em Petrolina.

Ao grande amigo José Adalberto e seus familiares, que me deram todo apoio, sempre que precisei ir à Petrolina, em cujas residências fiquei hospedado por diversas vezes e a Gilvan, que me acompanhou na realização de algumas entrevistas.

Ao Dr. José de Souza e sua esposa Raimunda que também me deram apoio em Petrolina, além de documentos e informações sobre os perímetros.

Ao meu orientador, Dr. Renê de Carvalho, por toda a dedicação, paciência, e competência durante o desenrolar da produção deste trabalho, desde a sua concepção, através do projeto de pesquisa, até a sua finalização.

À EMBRAPA, que me deu as condições materiais para que eu desenvolvêsse a última parte dessa dissertação.

A todos que de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, contribuíram para que tudo isso se concretizasse.

R E S U M O

A Dissertação tem como objeto de análise a intervenção do Estado no vale do São Francisco através da política de irrigação e teve, como parâmetro empírico, dois perímetros públicos situados no lado pernambucano do Dipolo Petrolina/Juazeiro: **Bebedouro e Nilo Coelho.**

A ênfase principal da análise, no entanto, foi conferida à atual fase da política de irrigação, que tem como base a "emancipação" dos perímetros públicos.

A estratégia inicialmente utilizada para implantação da política de irrigação esteve baseada no modelo da colonização através de perímetros públicos onde foram assentados produtores familiares, cujo principal requisito era não dispor de terra, capital e tecnologia. Este aspecto conferiu à política de irrigação um forte "cunho social" naquele primeiro momento.

Essa opção feita pelo Estado foi produto da

correlação de forças existente naquele momento, onde apenas os setores ligados à agroindústria e à construção civil demonstravam um interesse sistemático pela irrigação.

À medida em que a consolidação econômica da irrigação foi se concretizando, estes e outros grandes grupos econômicos ligados à produção de produtos agrícolas foram pressionando o Estado a mudar o caráter de sua intervenção em direção à privatização da irrigação.

Com isso, passou a predominar, tanto no discurso oficial quanto na prática - através da emancipação - a opção pelo "empresarial", "moderno" e "emancipado", características estas que estão em perfeita harmonia com as políticas neoliberais em evidência, tanto no Brasil quanto no exterior.

Conclui-se, portanto, que a trajetória da política de irrigação evoluiu a partir de uma mudança progressiva de suas características, passando de uma política de caráter destacadamente social a uma política, cujo caráter passa pela emancipação/ampliação/privatização.

RESUMÉ

Le but de l'analyse de cette dissertation, c'est l'intervention de l'état dans la vallée du São Francisco à travers une politique d'irrigation ayant par paramètre empirique, deux périmètres publics situés du côté pernambucano du Dipolo Petrolina/Juazeiro: Bebedouro et Nilo Coelho.

Pourtant, l'analyse a mis en relief l'actuelle phase de la politique d'irrigation qui a pour base l'émancipation des périmètres publics.

D'abord la stratégie utilisée pour l'implantation de la politique d'irrigation a été basée sur le modèle de la colonisation à travers les périmètres publics on les producteurs familiaux ont été installés dont la condition principale était la non disponibilité de la terre, du capital, de la technologie. Cet aspect a conféré à la politique d'irrigation un fort "accent social" dans un premier temps.

Cette option faite par l'état a été le produit de la corrélation de forces existantes à ce moment-là, on seulement les secteurs liés à l'agroindustrie et à la construction civile montrent un intérêt systématique par l'irrigation.

En fait et à mesure que la consolidation économique de l'irrigation s'est concrétisée, ceux-ci et d'autres groupes économiques liés à la production de produits agricoles ont exercé une influence sur l'état qui a changé le caractère de son intervention vers la privatisation de l'irrigation.

A partir de cela l'option par "l'entrepreneur", "le moderne", "l'émancipé" ont prévalu dans le discours officiel et dans la pratique - à travers l'émancipation. Ces caractéristiques sont en parfaite harmonie avec les politiques néolibérales en évidence au Brésil et à l'extérieur.

En conclusion, la trajectoire de la politique d'irrigation a évolué à partir d'un changement progressif de ses caractéristiques, en passant d'une politique de caractère essentiellement social à une politique dont le caractère chemine par l'émancipation/l'ampliation/la privatisation.

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO.....	01
I PARTE - DE BEBEDOURO A NILO COELHO: A TRAJETÓRIA DA COLONIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA EMANCIPAÇÃO.....	52
CAPÍTULO I - OS COLONOS: QUEM SÃO E COMO ESTÃO SITUADOS SOCIAL E ECONOMICAMENTE..	54
CAPÍTULO II - A TRAJETÓRIA DOS PERÍMETROS.....	75
2.1 - O CASO DO PROJETO BEBEDOURO.....	75
2.1.1 - HISTÓRICO.....	75
2.1.2 - SUA TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO À EMANCIPAÇÃO...	80
2.2 - O CASO DO PROJETO NILO COELHO...	92
2.2.1 - HISTÓRICO.....	92
2.2.2 - SUA TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO À EMANCIPAÇÃO...	95
CAPÍTULO III - A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE OS COLONOS.....	109

CAPÍTULO IV - O ESTÁGIO DE AMADURECIMENTO POLÍTICO DOS COLONOS.....	118
4.1 - OS ENCONTROS E DISCUSSÕES COMO ESPAÇOS POLÍTICOS E CONTRADITÓRIOS DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO.....	130
II PARTE - O PROCESSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS FASES.....	147
CAPÍTULO V - O CONTEXTO NO QUAL SE DEU A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO.....	149
CAPÍTULO VI - A PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO (1970 a 1985).....	155
6.1 - A DIMENSÃO POLÍTICA.....	156
6.2 - A DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	162
6.3 - A DIMENSÃO LEGAL: A LEI DE IRRIGAÇÃO.....	168
6.4 - A DIMENSÃO FINANCEIRA.....	171
CAPÍTULO VII - A FASE ATUAL: EMANCIPAÇÃO, AMPLIAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO.....	183
7.1 - A POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO.....	183

7.1.1 - A EMANCIPAÇÃO COMO	
"LIBERTAÇÃO": A VERSÃO	
OFICIAL.....	184
7.1.2- OS MODELOS INSTITUCIONAIS	
DE IRRIGAÇÃO.....	196
7.1.2.1 - O MODELO	
PÚBLICO.....	197
7.1.2.2 - O MODELO	
PRIVADO.....	205
7.1.2.3 - O MODELO MISTO	207
7.1.3 - EMANCIPAÇÃO COMO	
"PRIVATIZAÇÃO": ANÁLISE	
CRÍTICA.....	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	231

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

MAPA 1 - Vale do São Francisco-Projetos de Irrigação.	37
---	----

FIGURAS

FIGURA 1 - Projetos de Irrigação da 3ª Diretoria da CODEVASF no Dipolo Petrolina-PE e Juazeiro-BA.....	38
FIGURA 2 - Projeto de Irrigação de Bebedouro.....	78

ANEXOS

ANEXO I - Tabela dos dispêndios necessários à geração de um emprego direto na irrigação pública e nas atividades financiadas com recursos do FINOR e do Fiset, a preços de agosto de 1984.....	239
--	-----

INTRODUÇÃO:

O presente estudo discute a intervenção do Estado na zona semi-árida do Nordeste, mais precisamente no vale do São Francisco, através da política de irrigação. Busca, também, identificar os principais impactos provocados pela política de irrigação, tanto no âmbito da produção camponesa, quanto no âmbito da produção capitalista, impactos estes que acabam redimensionando a estrutura da produção e as relações de produção até então existentes nesta zona. Isto, porém, sem perder de vista o contexto da modernização da agricultura, tanto no Brasil como um todo, quanto no Nordeste em particular.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

Esta mesma introdução, contém, de forma sucinta, os seguintes itens: a colocação do problema que gerou o objeto de estudo; uma breve análise da trajetória da produção acadêmica sobre a irrigação no campo das ciências

sociais: a definição dos conceitos utilizados para designar os principais sujeitos sociais envolvidos com a problemática estudada; uma descrição dos procedimentos metodológicos utilizados pela pesquisa e, por fim, a caracterização da área de abrangência do estudo e dos perímetros escolhidos para a realização da pesquisa empírica.

A primeira parte discute o estudo de caso, ou seja, como a atual fase da política de irrigação se reflete nos perímetros escolhidos para o estudo, estando dividida em quatro capítulos. A exposição está estruturada de forma a permitir a montagem da trajetória dos perímetros e, conseqüentemente, dos colonos, tomando-se desde Bebedouro até Nilo Coelho. Procura-se, assim, explicitar quem são estes sujeitos sociais, como eles definem seu comportamento diante da intervenção do Estado e nas suas relações com os diversos setores que participam das definições econômicas e políticas, naquele espaço. Esta primeira parte procura também levantar algumas questões referentes à influência da política de emancipação no espaço de afirmação política dos colonos. Para isso, privilegiou-se os resultados das discussões ocorridas nos encontros dos irrigantes, como fonte de informação.

Na segunda parte, faz-se uma análise das principais fases da irrigação, com destaque para a fase atual, privilegiando os aspectos relacionados com a intervenção do Estado através dos diversos órgãos que atuaram na área e como esta intervenção contribuiu em diversos momentos para a definição dos rumos da política de irrigação. Esta segunda parte contém dois capítulos e algumas considerações finais consideradas importantes, do ponto de vista do presente estudo.

I

A política de irrigação para o Nordeste surgiu como política específica destinada aos principais vales úmidos da região, em função do seu potencial produtivo e da sua disponibilidade de água para irrigação.

Para outras zonas geo-climáticas existentes na região Nordeste foram definidos outros tipos de programas específicos, de acordo com as suas especificidades econômicas e políticas.

A irrigação foi concebida, caracteristicamente, no arcabouço de uma política que perpassou todas as conjunturas sócio-econômicas e políticas que foram surgindo ao longo do tempo: o Regime Militar, a Nova

República e, agora, o Governo Collor. Esta característica da política de irrigação a diferencia dos outros programas especiais que se caracterizaram por sofrerem solução de continuidade, mudando mais rapidamente não apenas de rumo, mas também de nome e de estratégia, de acordo com cada conjuntura. Esta especificidade da irrigação se deve não apenas ao longo período de tempo exigido para sua viabilização do ponto de vista técnico mas, também, à sua viabilidade econômica, no que toca à valorização de capitais agrícolas e agroindustriais.

Os primeiros perímetros públicos de irrigação instalados no vale do São Francisco foram Mandacaru em Juazeiro-BA e Bebedouro em Petrolina-PE, nos quais foram assentados apenas camponeses pobres (sem terra, sem tecnologia e descapitalizados).

No primeiro momento, o Estado chegou a bancar todos os prejuízos das primeiras safras, pelo fato de serem aqueles produtores os pioneiros no uso dessa nova tecnologia na região, portanto, sem experiência com irrigação e sem base financeira para resistir às adversidades. Essas medidas conferiram à política de irrigação um forte cunho social.

Concretamente, no entanto, a atuação da

burocracia estatal (CVSF, SUVALE e CODEVASF⁽¹⁾) se caracterizou pela transformação de medidas paternalistas e assistencialistas, tidas como provisórias por conta do caráter experimental daquela nova estratégia modernizadora⁽²⁾, em instrumentos permanentes de ação, o que lhes conferia, por outro lado, um certo controle do processo de consolidação da irrigação na região.

A estratégia governamental de condução da política de irrigação passava, entre outras, pela emancipação dos pequenos irrigantes, no sentido de lhes atribuir a responsabilidade pela operação e pela manutenção do projeto. No entanto, a emancipação manteve-se no patamar das intenções, ao invés de ser transformada em uma política sistemática que deveria, segundo previam os próprios documentos oficiais, ser implementada progressivamente:

(1) CVSF - Comissão do Vale do São Francisco; SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco; CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

(2) No caso dos primeiros projetos de irrigação implantados no vale do São Francisco (Bebedouro e Mandacaru), chamados projetos-piloto, foram definidas regras específicas, que iam desde o pagamento de um salário aos primeiros colonos assentados até o seguro total da produção. Isso ocorreu porque os aspectos ligados à experimentação dessa tecnologia, a irrigação, eram mais importantes, naquele momento, do que os aspectos ligados propriamente aos níveis de produção.

"Embora prevista desde a concepção inicial das áreas irrigadas implantadas e/ou geridas pela CODEVASF - vez que são distritos de colonização e, como tais, subordinados ao disposto na Lei 59.428/66 - a emancipação era considerada uma etapa a ser vencida somente após o atendimento a uma série de pré-requisitos, dentro de um lento e progressivo processo de amadurecimento coletivo dos irrigantes". (CODEVASF 1985-88:15).

Só a partir de 1985, foram finalmente delineadas estratégias de implementação da emancipação.

Suas características, no entanto, tendem a contrariar a própria concepção inicial acima exposta, ao propor a emancipação de projetos novos, que estão entrando em operação, fazendo com que os mesmos já nasçam emancipados ao mesmo tempo que emancipa projetos antigos como é o caso do Bebedouro.

Observa-se, a partir disso, que o "lento e progressivo processo de amadurecimento coletivo dos irrigantes" não se constitui mais em parâmetro essencial para a emancipação.

Os resultados destas ações já podem ser sentidos, tanto no projeto Bebedouro, quanto no projeto Nilo Coelho. Os indicadores colhidos através da pesquisa de campo e da pesquisa documental indicam, por um lado, que a percentagem da área total destinada para ocupação

através de lotes empresariais é maior que aquela destinada à ocupação através da colonização. Por outro lado, o perfil dos novos colonos que compram os lotes abandonados é significativamente diferente dos que foram contemplados inicialmente. O novo colono se caracteriza por ter que possuir, necessariamente, um nível de capitalização bem mais alto do que o seu antecessor, já que a CODEVASF exige que esse novo colono assuma todas as dívidas oficiais do antigo.

No projeto Nilo Coelho, a grande maioria dos que desistiram, repassaram os seus lotes, deixando um elevado montante de dívidas que foram obrigatoriamente assumidas pelo novo colono. A inadimplência no projeto Nilo Coelho, em outubro de 1989, segundo um dos funcionários do distrito de irrigação, chegava a mais de 90% dos colonos.

No projeto Bebedouro, isso também ocorre de forma aberta e direta. Por um lado, a ampliação do projeto, com a criação do projeto Bebedouro II, fez com que a maior parte da área passasse a ser ocupada por empresários. Por outro lado, através da compra de lotes localizados na área de colonização, cooperativas vindas do sul e centro-sul do Brasil substituem os atuais colonos por pequenos empresários, cuja principal característica é

o uso intensivo de capital fornecido pelas respectivas cooperativas.

Evidentemente, os impactos sociais e econômicos provocados pela emancipação sobre os projetos Bebedouro e Nilo Coelho são dotados de dimensões e magnitudes diferenciadas. Isso ocorre fundamentalmente porque Bebedouro se encontra com um grau de maturação e com um volume de experiências acumuladas que lhe permitem uma maior consolidação, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista econômico.

Já Nilo Coelho não logrou os mesmos tipos de favorecimentos que teve Bebedouro. Criado e submetido a uma nova fase da irrigação, Nilo Coelho foi obrigado, desde a sua instalação, a conviver com as regras da emancipação, que se traduzem, basicamente, na transferência de responsabilidades, antes da CODEVASF, para os colonos, através do Distrito de Irrigação. Hoje, em Nilo Coelho, não se fala mais no seguro agrícola que tiveram os primeiros colonos de Bebedouro, em que toda a safra era comprada pela então SUVALE e os prejuízos decorrentes de intempéries climáticas, cobertos pelo mesmo órgão.

Este aspecto indica, por outro lado, que a

importância que tinha a irrigação pública, através da colonização, na estratégia governamental de condução da política de irrigação, naquele primeiro momento, era diferente da que tem hoje.

Por outro lado, a percepção que têm os colonos sobre a irrigação varia desde aqueles que acham que "a irrigação é a redenção do Nordeste" até aqueles que acham que "a irrigação só serve para enriquecer as agroindústrias". Isso mostra que não existe ainda uma elaboração sistemática dessa discussão, por parte deles, até mesmo porque a sua inserção do ponto de vista da estrutura de classes também é muito difusa, pois uns se acham patrões e outros se acham empregados, quando, na verdade, em certos momentos, eles estão inseridos em um desses pólos e, em outros momentos, estão inseridos no outro pólo.

De qualquer forma, este processo tem contribuído para favorecer ainda mais um outro processo importante que é o da construção da identidade sócio-política dos referidos sujeitos sociais - os colonos.

A discussão da política de emancipação fornecerá, portanto, elementos importantes que permitirão analisar o caminho percorrido pela política de irrigação

até chegar à atual conjuntura, permitindo também que se faça uma revisão das suas fases anteriores a partir de uma nova ótica, notadamente, diferenciada de boa parte dos trabalhos até agora produzidos sobre o tema.

A partir da caracterização da atual situação, dois aspectos gerais apresentam-se como mais relevantes, para efeitos desse estudo. Estes, por sua vez, exigem, para sua melhor compreensão, uma análise, ainda que sucinta, de outros aspectos mais específicos.

Como primeiro aspecto, discute-se a trajetória social dos colonos, tidos desde o começo como "público alvo" da ação do Estado, considerando-se aí a visão que eles têm da atual fase, no que concerne ao seu futuro dentro da política de irrigação e como esse processo tem contribuído para ampliar o seu espaço de afirmação política.

Evidentemente, a discussão desenvolvida sobre este primeiro aspecto pretende apenas levantar questões que possam ser melhor trabalhadas em outros estudos. As referidas questões não são aqui aprofundadas em função da delimitação do objeto de estudo.

O segundo aspecto diz respeito à atual fase da

irrigação, cujo principal componente é a emancipação. Refere-se também à configuração desta fase e ao tipo de futuro que ela projeta.

Dentro disso, procura-se analisar as fases anteriores da política de irrigação, no intuito de se poder montar a sua trajetória, considerando-se este procedimento como fundamental para o entendimento da fase atual.

A partir daí, procura-se indicar tendências do ponto de vista de uma provável configuração, em um futuro próximo, da estrutura da política de irrigação, no sentido de dar conta de todas as pressões colocadas pela sociedade. Importante também se faz compreender que as atuais pressões apresentam-se dotadas, inclusive, de um conteúdo qualitativamente diferenciado daquelas imprimidas em outras fases.

Em relação a isso, qual é e qual tende a ser o papel do Estado diante da política de irrigação, principalmente, no que se refere ao futuro dos seus beneficiários⁽³⁾.

(3) Este segundo aspecto, que é discutido na segunda parte do trabalho, é considerado como principal objeto de estudo. É nele, portanto, que se procura centrar e aprofundar a análise do tema estudado, sem se deixar de considerar as relações existentes entre estes e aqueles aspectos discutidos na primeira parte.

II

Acompanhando toda essa trajetória da intervenção do Estado no sentido de modernizar a agricultura do Nordeste como um todo e, do semi-árido, em particular, foram elaborados diversos trabalhos em diversos momentos históricos, que procuraram dar conta da compreensão do caráter da ação estatal e dos rumos dados às políticas específicas.

Devido ao lento processo de consolidação da irrigação, a produção científica no campo das ciências sociais sobre esse tema teve seu início há muito pouco tempo, quando a perspectiva de se generalizar o uso dessa tecnologia passou a ser enfatizada.

Alguns autores que trataram a questão no período anterior àquele considerado para efeito deste estudo estão bastante referenciados por Carvalho (1985), e, por isso, o presente estudo procurará se deter apenas nos mais importantes trabalhos produzidos, em sua grande maioria, nas décadas de 70 e 80.

Neste sentido, considerando-se que a política de irrigação é um fato ainda recente no Nordeste, observou-se que sua importância no quadro geral das políticas públicas

e suas principais características vêm sofrendo transformações importantes, sobretudo nos anos 80.

Pode-se afirmar, portanto, que a política de irrigação é um objeto de estudo que ainda está se conformando sob nossos olhos.

Mesmo assim, a bibliografia existente sobre o tema, embora restrita em quantidade, possibilita um importante conhecimento da realidade de muitos perímetros irrigados e permite que se tenha uma noção dos principais debates que ocorreram ao longo do período considerado por este estudo (décadas de 70 e 80).

Dividiu-se a bibliografia consultada em três tipos: os estudos de perímetros isolados; os trabalhos que colocam o debate sobre a viabilidade da irrigação e, os trabalhos que indicam a passagem da política de irrigação a uma fase superior (ampliação/privatização).

Os estudos de perímetros isolados, na sua maioria, foram elaborados a partir da segunda metade da década de 70, período este que se caracterizou pela consagração dos perímetros irrigados, concomitantemente com o esboço por parte do Estado, da sua intenção de imprimir algumas modificações na política de irrigação.

Uma das referências consultadas foi o trabalho de Bernardo (1978), que em sua dissertação de mestrado, procura discutir as relações de produção que medelam os perímetros irrigados no âmbito do DNOCS.

Bernardo trabalhou com os perímetros irrigados Curu-paralpaba e Morada Nova, ambos no Ceará e procurou mostrar, já naquela época, que o Estado intervém de forma autoritária impondo um conjunto de normas que praticamente castram a autonomia dos parceleiros nos aspectos que dizem respeito ao seu processo produtivo.

A autora considera que esta forma de intervenção está vinculada a um processo de articulação entre o Estado e o setor agroindustrial, recém instalado, na tentativa de favorecer uma determinada acumulação de capital baseada na extração do excedente produzido pelos parceleiros.

Para ela, este autoritarismo é facilmente identificado nos aspectos relativos à gerência das cooperativas de irrigantes de cada perímetro, onde o Estado, decide sobre os aspectos mais relevantes do ponto de vista gerencial, sem a interferência dos irrigantes cooperativizados, o que foi também identificado no caso do projeto Bebedouro, por ocasião do estudo ora apresentado.

Neste sentido, a autora afirma que:

"O colono é apenas formalmente o dono da produção, pois as decisões quanto às culturas a serem trabalhadas, a áreas plantadas, os insumos usados, a produtividade a ser alcançada, as formas de comercialização e o preço, são tomadas fora do seu controle." (Bernardo, 1978:91).

Outra referência consultada foi o trabalho de Armando Júnior (1981), que, também em sua dissertação de mestrado, estudou o perímetro irrigado Mandacaru.

O trabalho se restringe exclusivamente ao perímetro Mandacaru, em Juazeiro-BA. O autor procura mostrar que aquele perímetro deu certo do ponto de vista econômico, ou seja, a grande maioria dos colonos ali assentados conseguiu diferenciar-se de forma ascendente.

Assim, em função da análise feita sobre a forma como Mandacaru estava inserido no contexto das relações de produção na região, o autor concluiu que aquele deve ser considerado como um perímetro à parte em relação aos outros que estavam, naquele momento, em funcionamento, na sua maioria, com problemas sócio-econômicos crescentes.

Os dois trabalhos citados apenas ilustram o que foi comum durante muito tempo na produção científica sobre

irrigação, na área das ciências humanas, principalmente nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, ou seja, são trabalhos que situam suas análises na situação social dos colonos assentados e na sua inserção econômica no contexto das relações de produção em processo de estabelecimento, sem, entretanto, colocar a questão da política de irrigação no seu movimento mais geral.

Uma das características importantes destes trabalhos é que eles evidenciam, para todos os fins, a situação dos colonos e suas relações básicas no longo período de implementação e viabilização da política de irrigação, reforçando, em sua maioria, as informações colhidas, pela pesquisa de campo feita neste trabalho, sobre o tipo de relação que a burocracia estatal procurou estabelecer com os colonos visando ao controle das decisões (paternalismo, assistencialismo, autoritarismo).

Uma outra referência analisada foi Aued (1980), que no âmbito de sua dissertação de mestrado, procurou inserir a irrigação no contexto da produção de valor - acumulação de capital - mostrando que a agricultura irrigada passou a ser um instrumento de realização de um mercado de bens de consumo para a agricultura e produção de matérias primas para a agroindústria.

No entanto, mesmo lançando, já naquele momento uma luz para o estudo da forma como o cenário da irrigação no Nordeste estava sendo montado, o autor não aprofundou algumas questões importantes, tais como: em termos de que contradições concretas estava se dando o movimento do capital? quais os principais conflitos sociais existentes naquele momento?. Assim, a caracterização do momento em que se encontrava o desenvolvimento da política de irrigação ficou pouco evidente.

Por outro lado, o debate sobre a viabilidade da irrigação, do ponto de vista do seu custo sócio-econômico perpassa toda a sua existência enquanto política pública, vindo a ser, de certa forma, colocado em um plano inferior somente após o trabalho feito por uma equipe da UNIGAMP, coordenada por Graziano da Silva, em 1988, que aponta para novos temas importantes em uma também nova fase da política de irrigação.

Um dos clássicos da análise sócio-econômica da irrigação foi Anthony L. Hall, através da sua tese de doutorado pela Universidade de Glasgow, em 1976.

Sampaio et alii (1979), em sua revisão bibliográfica, afirma que Hall teve dois objetivos em sua tese: analisar a natureza do chamado "problema das secas",

no Nordeste, e examinar a eficácia da política de irrigação como meio de combater o efeito das secas.

Hall trabalhou com três perímetros públicos irrigados: Sumé e São Gonçalo, na Paraíba; e Morada Nova, no Ceará; no período de setembro de 1974 a novembro de 1975.

Estando de posse do Plano Plurianual de Irrigação (PPI), que definia os objetivos dos projetos do DNOCS⁽⁴⁾, o autor conclui que "a evidência dos três estudos de caso de projetos do DNOCS sugere que estes objetivos não estão sendo alcançados". (Hall, 1976:06).

Seus estudos mostram que a irrigação está "agravando, ao invés de melhorar o problema do desemprego rural". Como ilustração, ele diz que "para acomodar 100 famílias, o DNOCS teve que expelir 500 a 600 famílias de seus lares" (op. cit.:114).

Com relação ao aspecto da elevação da renda dos colonos, Hall conclui que:

(4) Os objetivos eram: "a criação de empregos e a estabilização da população rural no sertão nordestino; a elevação dos níveis de renda das populações rurais; e a elevação da produção agrícola regional, especialmente de culturas de alto valor comercial".

"As evidências com respeito à capacidade de geração de renda e quanto à distribuição de renda coletada nos três estudos de caso não sustentam as previsões oficiais otimistas. Falando de forma geral, portanto, uma tendência é evidente na forma em que a renda é ganha pelos irrigantes: uma pequena proporção de irrigantes se beneficia de rendas relativamente elevadas, um número maior tem ganhos em uma faixa intermediária, enquanto a maioria está em débito". (op. cit.:135).

No aspecto relativo ao aumento da produção agrícola, Hall conclui que:

"O objetivo de aumentar a produção agrícola, desta forma produzindo maiores rendas para os irrigantes, foi alcançado, portanto, com sucesso muito limitado, em relação às previsões otimistas feitas nos estudos de viabilidade". (op. cit.:172).

Sampaio et alii (1979), após um minucioso estudo da obra de Hall concluem que:

"Hall não relaciona em parte alguma, o estilo específico da política de irrigação com o estilo geral da intervenção governamental no Brasil, especialmente na fase atual". (op. cit.:130)

Os autores ainda afirmam que:

"Pareceria legítimo esperar, numa tese de sociólogo, alguma espécie de consciência quanto ao sentido mais profundo da política econômica, no presente quadro histórico da sociedade brasileira (...)" (op. cit.).

Iniciou-se a partir daí, portanto, o debate

sobre o custo sócio-econômico da irrigação enquanto política pública, em relação a outras ações possíveis de serem desenvolvidas pelo Estado no semi-árido, com um menor custo.

Na obra de Sampaio et alii, foi reservado um espaço específico para a discussão da política de irrigação - parte II - onde constam 4 itens. Os autores fazem uma ampla reconstituição histórica no primeiro item, analisam os objetivos e metas no segundo, descrevem as estratégias de implantação e o uso dos recursos financeiros no terceiro e, por último, avalliam a política de irrigação.

Para fazer esta "avaliação de política", os autores realizaram uma ampla revisão bibliográfica, cujos autores analisados - William Cline, Kenneth Frederick e Anthony Hall - trabalharam exclusivamente com a análise do custo sócio-econômico da irrigação no sentido de colocar em questão a eficiência e a eficácia do Estado em relação tanto à concepção, quanto à condução da política de irrigação, além da questão da sua viabilidade enquanto política social.

Após esta revisão, Sampaio et alii procuram fazer a sua própria avaliação da política de irrigação,

que chamam de "evidência atual e avaliação da política". Essa avaliação foi dividida em quatro partes: "confronto entre metas e realizações; produção agrícola; criação e destruição e empregos; renda dos colonos".

Como se pode ver, não esteve presente na obra dos autores o objetivo de abordar aspectos no campo da estrutura das classes sociais envolvidas e a correlação de forças estabelecida no processo de implementação da política de irrigação. O objetivo central no referido capítulo foi muito mais de responder aos argumentos quase sempre pessimistas dos autores revisados. Contudo, isso foi feito, quase que inevitavelmente, com argumentos que privilegiaram também o aspecto do custo sócio-econômico da irrigação, tentando assim mostrar sua viabilidade.

Essa análise reforça, portanto, a argumentação de que o debate central era, naquele momento, e continuou sendo durante muito tempo, a questão do custo sócio-econômico da irrigação, o que acabava derivando para uma outra questão politicamente mais abrangente: a questão da viabilidade da irrigação enquanto política social. Este debate, portanto, envolvia as questões da importância, das justificativas e da eficácia da política de irrigação, questionando o prosseguimento da sua implementação.

Esse debate continuou por muito tempo, sendo que um dos seus últimos participantes mais ativos foi Carvalho (1985), em sua tese de doutorado, onde analisou várias questões, dentre as quais destacam-se: a estrutura agrária do semi-árido, o capital comercial no Nordeste e o caráter da modernização da agricultura na região.

Adotando como principal objeto de estudo "o Estado", no que se refere à sua atuação no Nordeste, através de uma análise que perpassa todo o século XX, o autor considera que a forma como se implantou a modernização da agricultura no Nordeste (que manteve uma estrutura agrária concentradora da propriedade da terra), se constitui no grande entrave ao desenvolvimento progressista do capitalismo na agricultura nordestina, principalmente na zona semi-árida.

Dentre os autores que foram citados, Carvalho é o que mais amplia a discussão da questão da irrigação no Nordeste, fazendo uma retrospectiva histórica da intervenção do Estado desde 1877 até 1985 e colocando o debate em termos do desenvolvimento da agricultura do Nordeste.

No momento em que trata a questão da irrigação, o autor sai um pouco da discussão que tem como parâmetro o

custo sócio-econômico da irrigação e avança em direção a outros aspectos. Enfatiza o caráter progressista da política de irrigação defendendo a tese de que a "irrigação pública mexe com a estrutura fundiária" e, portanto, se constitui em um instrumento que pode modificar as relações de produção na zona semi-árida nordestina.

Além deste aspecto, Carvalho também fica à frente dos autores citados por fazer uma ampla análise histórica (concentrada no período posterior à criação da SUDENE), da forma como se deram os embates entre as classes sociais, principalmente entre as frações da classe dominante da região e de fora dela, na busca da definição do caráter da modernização da agricultura regional.

O autor discute em princípio a "modernização reformista" que, segundo ele, é produto do trabalho de técnicos funcionários da então recém-criada SUDENE, que se materializou através da constituição do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) e que, em linhas gerais a proposta consistia na ampliação da oferta de terras, no aperfeiçoamento do uso da água e do solo e, de forma mais abrangente, em uma reorganização da economia do semi-árido, entendida nesse sentido no que

dissesse respeito mais à agricultura de sequeiro do que à irrigada.

O autor considera que o ponto crucial e progressista desta proposta que era a reforma da estrutura fundiária foi o maior entrave à sua viabilização prática, sendo derrotada em 1964 com o golpe militar.

Posteriormente ele descreve as características da "modernização conservadora". Estas características foram a síntese dos conflitos no âmbito da região como um todo:

"A ênfase na indústria regional, objeto da política inicial da SUDENE, sofre reversão em dois sentidos. Passa por um lado a ter lugar um processo de crescimento industrial que tenderá, em seu limite, a ser complementar e dependente do padrão de industrialização vigente no centro-sul, o qual fortalecia mais os interesses do capital industrial e financeiro internacional e centro-sulino do que os propósitos concebidos pela SUDENE de criação de um parque industrial mais autônomo no Nordeste". (op. cit.:233).

Do ponto de vista mais específico da agricultura, o autor afirma que:

"O estado começa a pregar a necessidade de fortalecer a agricultura nordestina mas, sem que se contemplem, mais uma vez, medidas de reestruturação agrária efetiva. Apesar disto, setores progressistas do Estado acreditavam que a irrigação pública, por si só, mexia na estrutura fundiária existente, visto que,

uma das principais condições era a desapropriação de áreas em locais determinados que poderiam incluir grandes e pequenas propriedades". (op. cit.).

Carvalho, portanto, aborda a questão da correlação de forças estabelecida no bojo da definição do caráter da modernização da agricultura do semi-árido, analisando todos os conflitos ocorridos, ora entre os funcionários progressistas e os conservadores, do Estado, ora entre os blocos no poder, envolvendo, neste caso, os setores "progressistas" (de dentro ou de fora da região) e os setores conservadores ligados ao poder local.

Contudo, a discussão do custo sócio-econômico da irrigação pública não é completamente abandonada por Carvalho que se sente na obrigação - como um dos grandes defensores da irrigação pública - de rebater os argumentos dos autores antes citados, usando com muita ênfase o contra-argumento dos benefícios sociais que oferece a irrigação pública e exemplifica:

"Que outros municípios da zona semi-árida além de Corrente (Projeto Gurguéia) e Simplicio Mendes (Projeto Fidalgo), no Piauí; Morada Nova (Projeto Morada Nova), Icó (Projeto Icó-Ilima Campos) e Paracuru (Projeto Curuparaipaba), no Ceará; Cruzeta (Projeto Cruzeta), Calçó e Sabugi (Projeto Itans-sabugi), no Rio Grande do Norte; Sumé (Projeto Sumé) e Souza (Projeto São Gonçalo), na Paraíba; Ibimirim, Inajá (Projeto Moxotó) e Petrolina (Projeto Bebedouro e Senador Nilo Coelho), em Pernambuco; Juazeiro (Projetos Mandacaru e Curaçá), São Desidério e Barreiras (Projeto São Desidério/Barreiras do Sul), na Bahia; Januária, Portelrinha (Projeto Gorutuba) e Pirapora

(Projeto Pirapora), em Minas Gerais; apresentam progressos notáveis e crescentes como os que nesses podem ser observados? afora os municípios tradicionalmente ligados ao comércio, certamente muito poucos". (op. cit.:376).

Sem dúvidas, esta forma de abordar o aspecto do "custo sócio-econômico" da irrigação pública é, por demais, importante e abre caminhos para a abordagem de aspectos ainda pouco explorados na discussão do tema, ou seja, para que se possa imputar ao assunto uma dimensão maior do que aquela colocada até agora, mesmo porque o desenvolvimento da política de irrigação torna possível, hoje, abordagens mais abrangentes do que em períodos anteriores.

O que, na verdade, o debate sobre o custo sócio-econômico da irrigação revela é o envolvimento sistemático de linhas do pensamento sociológico e/ou econômico diferentes, onde umas são contrárias à irrigação pública, enquanto que outras a defendem ferrenhamente, com ou sem críticas à forma como tem sido conduzida.

Independentemente do que venha a ser a síntese deste debate, é importante observar que a produção científica disponível marca, antes de tudo, os principais momentos do desenvolvimento da política de irrigação, através dos debates existentes em cada época.

Mais recentemente surgiu um estudo do Instituto de Economia da UNICAMP, coordenado por GRAZIANO DA SILVA (1988). Neste trabalho os autores procuraram avaliar os impactos que a irrigação pública provocou sobre a estrutura fundiária no Nordeste. Além disto, o relatório final procurou também indicar outras questões subjacentes ao principal objeto de estudo, como: a recriação da parceria e o processo de privatização decorrente da utilização, pela burocracia estatal, de alguns instrumentos de condução da política de irrigação, desde o seu processo seletivo até a emancipação.

O que se considera como mais importante no trabalho de Graziano et alii (1988), do ponto de vista da análise aqui desenvolvida, é que este aponta para alguns indicadores do processo de privatização dos perímetros públicos irrigados, processo este que se gera no interior do próprio Estado, através, entre outros fatores, da política de emancipação dos perímetros públicos. O indicador de que existe um processo de privatização da irrigação pública em curso, se constitui em um dos referenciais de mudança de rumo da política de irrigação, que tem, entre outras novas características, a mudança do perfil econômico dos seus beneficiários. O conjunto das mudanças identificadas pelo trabalho caracterizam a entrada da política de irrigação em uma nova fase, a da

privatização.

O trabalho, porém, não aprofunda estes indicadores, o que pode ser explicado por não ser este o principal objeto de estudo, mas sim, os aspectos relacionados à estrutura fundiária, sobre a qual os autores observaram que se encontra em curso um processo de reconcentração fundiária, a partir do avanço da irrigação nas atuais bases.

O balanço geral, portanto, indica que as problemáticas relativas ao novo modelo de desenvolvimento do semi-árido nordestino baseado na agricultura irrigada: as relações de produção intrínsecas a este modelo de exploração da agricultura e os mecanismos de articulação Estado-agroindústria parecem questões significativamente levantadas e discutidas.

Os estudos aqui citados tiveram, de uma ou de outra forma, por eixo central o processo de implantação dos perímetros, seu alto custo econômico e também seu alto custo social e, ainda, as contradições entre o discurso governamental e a prática de sua política.

No entanto, estes estudos lançam pouca luz sobre o futuro da política de irrigação e, em particular, sobre

sua evolução mais recente.

Esse novo curso da política de irrigação no Nordeste, que se materializa na sua importante ampliação, na mudança de seus beneficiários e na nova política em direção aos perímetros já implantados, permite rever com novos olhos as fases anteriores da política de irrigação e abre problemáticas novas para serem estudadas. Esta revisão proporcionará uma compreensão mais articulada do seu processo de implementação, bem como de sua trajetória que privilegiou em um primeiro momento um certo "caráter social" da política, chegando a abandoná-lo no momento atual, estimulando a "privatização" dos seus benefícios.

Neste sentido, as problemáticas insuficientemente abordadas, do ponto de vista deste estudo são: a política de emancipação como indicador de mudanças de rumo da política de irrigação e a presença e participação do segmento dos pequenos irrigantes (colonos), na viabilização prática da política de irrigação, ou seja, a sua importância na estratégia global de implantação e na condução desta política.

Por outro lado, o que parece suficientemente claro é que, com a evidência das mudanças nos rumos da política de irrigação, os sujeitos sociais que nela estão

envolvidos, passam a assumir outros papéis dentro da estratégia global da sua condução.

Este trabalho pretende, portanto, dar conta de abordar, com mais profundidade, a discussão sobre a atual fase em que se encontra a política de irrigação, tomando como unidade de análise a política de emancipação.

Este procedimento permite levantar importantes indagações sobre o futuro da irrigação pública, bem como dos seus beneficiários diretos: os irrigantes.

quatro questões, portanto, parecem centrais neste momento:

1- A discussão central passa, hoje, a privilegiar - mais do que a análise das relações sociais que caracterizam a produção familiar nos perímetros irrigados - o debate sobre o seu futuro dentro da política de irrigação, que privilegia cada vez mais as empresas em detrimento dos pequenos irrigantes.

2- O campo de valorização dos capitais amplia-se muito no quadro da irrigação no Nordeste. Além dos eixos já identificados de valorização fundiária e de capitais agroindustriais processadores, abrem-se

Esta designação possui um componente importante no que trata dos aspectos ligados à identidade sócio-política destes sujeitos sociais. Observou-se, por ocasião da pesquisa, que os mesmos preferem este a qualquer outro termo. Com o termo "Colono" todos se identificam, mesmo possuindo trajetórias sociais diferentes, como se pode perceber através desta rápida passagem da entrevista de um dos colonos ao se referir ao contrato de venda do tomate para a agroindústria, denunciando que este não tem nenhum suporte jurídico, diferentemente do contrato dos empresários:

"(...) se o contrato é de colono, colono é colono, porque já tem o nome de colono (...)" (A. J. S., colono do projeto Nilo Coelho onde ocupa um lote de 6 hectares).

Os termos "Camponês" e "Pequeno Produtor" não são utilizados por se considerar que, tanto um quanto o outro abrangem uma gama muito diversa de trabalhadores rurais, inclusive os colonos aqui referidos. No entanto, a utilização destas categorias sociológicas não contribuem muito para a discussão da questão da identidade sócio-política desses colonos, principalmente porque a sua inserção no âmbito do processo produtivo possui um grau de homogeneidade que torna muito mais fácil o seu reconhecimento como colono, fazendo com que isso se reflita no processo político-organizativo dos referidos

sujeitos sociais.

IV

A pesquisa teve como base de apoio empírico dois projetos de irrigação localizados no semi-árido pernambucano, na região de Petrolina, projeto Bebedouro e projeto Senador Nilo Coelho, sendo que o último chega a ultrapassar os limites do município de Petrolina, tendo, portanto, parte da sua área no Estado da Bahia. A escolha destes dois projetos passou pelo crivo de dois critérios relacionados aos aspectos metodológicos:

O primeiro critério é de ordem cronológica: Bebedouro foi um dos primeiros perímetros a serem implantados, ainda na década de 60, no vale do São Francisco e Nilo Coelho um dos últimos perímetros que foram implantados nesse mesmo vale, já na década de 80. Essa diferença de cronologia pode permitir, portanto, que se tenha uma maior compreensão dos impactos causados pela política de irrigação sobre a região e sobre os sujeitos sociais, com ela envolvidos:

O segundo critério se refere à existência de uma evidente diferenciação entre os dois perímetros, do ponto

de vista das suas características iniciais.

O projeto Bebedouro começou com uma, relativamente, pequena área, cuja maior parte era destinada à colonização. Com a sua ampliação, este quadro foi se modificando, passando assim a maior parte da área para lotes empresariais.

O projeto Nilo Coelho começou com uma grande área, cuja maior parte era destinada a empresas (pequenas, médias e grandes), restando em torno de 30% da área para colonização.

Foram entrevistados 36 interlocutores entre colonos, funcionários do Estado, empresário agrícola, empresário agroindustrial e gerentes de cooperativas e associações, como mostra o quadro abaixo:

NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR CATEGORIA DE INTERLOCUTORES

COLONO	FUNCIONÁRIO DO ESTADO	EMPRESÁRIO AGRÍCOLA	EMPRESÁRIO AGROINDUSTRIAL	GERENTES DE COOP. E ASSOC.	TOTAL
19	12	1	1	3	36

As entrevistas foram do tipo semi-estruturado. Os colonos foram entrevistados individualmente e em grupo.

A amostragem procurou abranger geograficamente todo o perímetro. Em Nilo Coelho, por exemplo, foram entrevistados colonos assentados nos núcleos 1, 4, 7 e 11. Já em Bebedouro, devido à sua pequena extensão, procurou-se privilegiar o aspecto do tempo de permanência no projeto, estando contempladas nas entrevistas as informações relativas ao perímetro e à história de vida dos mais antigos, bem como dos mais recentes colonos assentados.

Além dos colonos foram entrevistados funcionários da CODEVASF, das associações do projeto Nilo Coelho e da cooperativa do projeto Bebedouro, principalmente aqueles que ocupavam cargos de responsabilidade superior.

Por último, na tentativa de ampliar o máximo possível o espectro das visões e dos interesses, foram entrevistados, com muitas dificuldades do ponto de vista da concessão das entrevistas e das informações, dois empresários, sendo um exclusivamente agrícola e outro agrícola e agroindustrial.

Os dados secundários foram obtidos principalmente na CODEVASF (Brasília e Petrolina) e, através da revisão bibliográfica, sendo que os trabalhos

que forneceram um maior volume de informações foram os de Carvalho (1985) e de Graziano et. alii. (1988).

V

Avaliações feitas pela CODEVASF e incluídas em um dos seus documentos oficiais⁽⁵⁾ dão conta de que o pólo de irrigação mais desenvolvido no vale do São Francisco encontra-se na região em torno das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. (ver MAPA 1).

Por intermédio da SUDENE, foram realizados os primeiros estudos na região, ainda na primeira metade da década de 60, visando favorecê-la com a implantação da irrigação. Em 1968 foram implantados, também por intermédio da SUDENE, os primeiros projetos de irrigação **Mandacaru** e **Bebedouro**, com o assentamento dos primeiros colonos.

Com o crescimento da área irrigada, resultado da ampliação do projeto **Bebedouro** e da criação de novos projetos públicos, em 1988 a área irrigada no DIPOLLO chegou a 36.959 hectares, conforme dados da CODEVASF. (op. cit.:51). (Ver figura 1).

(5) CODEVASF 1985-88. Brasília, 1989.

MAPA I - VALE DO SÃO FRANCISCO - PROJETOS DE IRRIGAÇÃO



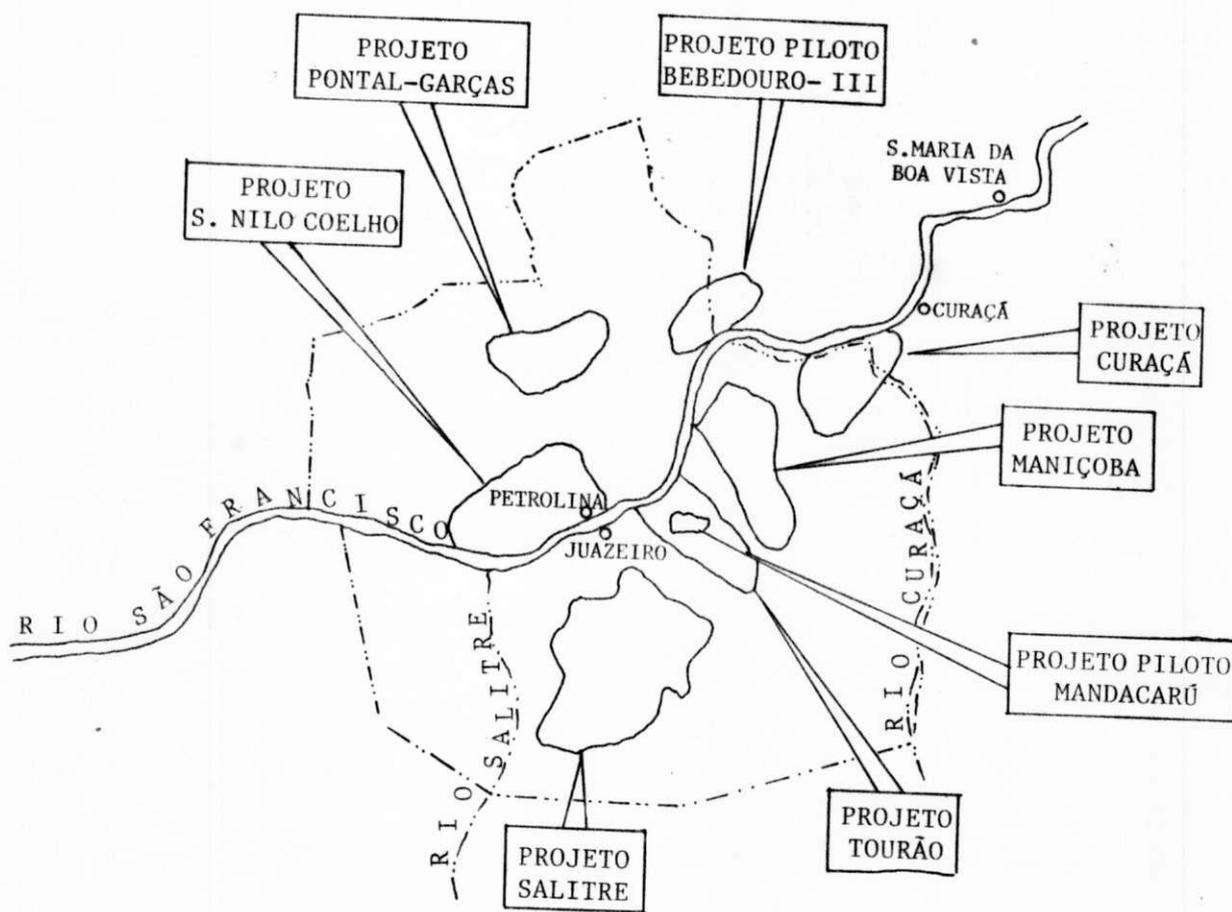


FIGURA 1. Projetos de Irrigação da 3ª Diretoria da CODEVASF no di-polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA.

Ao lado da ampliação da área irrigada, foram feitos outros investimentos em infra-estrutura: asfaltamento das rodovias Juazeiro-Salvador e Petrolina-Recife; ampliação da rede de energia elétrica; construção do reservatório e hidroelétrica de Sobradinho; construção do aeroporto de Petrolina, com capacidade para receber jatos comerciais; instalação do CPATSA (centro de pesquisa agropecuária do trópico semi-árido) da EMBRAPA.

Com o apoio dos governos dos dois Estados, foram instalados os distritos industriais, visando comportar as agroindústrias que para ali vieram, vale dizer, com forte apoio da SUDENE, através do FINOR.

Hoje, depois de montada toda essa infra-estrutura e alocados os incentivos governamentais, o resultado é a atração cada vez mais forte de capitais para a região. Segundo dados da CODEVASF, "(...)estima-se que em 1988 os particulares tenham acumulado uma área irrigada da ordem de 45mil hectares, em Petrolina-Juazeiro e municípios limítrofes. Somada à área irrigada dos projetos públicos, verifica-se que o polo ultrapassa os 80 mil hectares irrigados". (CODEVASF, 1989:51). (grifo nosso).

Em 1976, o primeiro grande grupo industrial do

centro-sul, a CICA, instalou em Juazeiro uma fábrica para processamento do tomate. Em seguida veio a ETTI, no início da década de 80. Em 1986, o grupo Coelho, de origem local e com forte influência no poder oligárquico, implantou a FRUTOS DO VALE. Em 1988, o grupo Costa Pinto colocou em operação experimental a quarta indústria processadora de tomate. Também em junho de 1988, foi instalada uma fábrica da empresa Dantas Irrigação, com capacidade para produzir tubos, aspersores, pivôs centrais e autopropelidos, em ritmo suficiente para irrigar até 100 mil hectares por ano.

Estudos desenvolvidos pela CODEVASF dão conta, entre outras coisas, de que as distâncias também favorecem o Nordeste nas exportações. Por exemplo, Salvador está mais próxima dos Estados Unidos e da Europa do que os centros das principais regiões produtoras paulistas.

Os mesmos estudos também informam que "a soma de tantos fatores favoráveis reflete-se no fato de que, em 1988, pela primeira vez, o sub-médio São Francisco assumiu a liderança nacional na produção do tomate industrial (rasteiro), com cerca de 390 mil toneladas contra 330 mil em São Paulo". (Op. cit.:53).

A viabilidade econômica da irrigação no sub-

médio São Francisco, do ponto de vista da valorização dos grandes capitais, tem levado estes a ampliarem seus investimentos, tamanha são as vantagens decorrentes da forma como estão estabelecidas as relações de produção⁽⁶⁾ naquela região. Através da pesquisa, se tomou conhecimento que a Etti e a Peixe, esta última localizada em Pesqueira - PE, pretendiam expandir sua capacidade de processamento do tomate, com o apoio da SUDENE. A empresa CONSERVAS COLOMBO (grupo Casas da Banha), por sua vez, estava em fase de implantação de sua indústria em Petrolina, após aprovação de seu projeto, pela SUDENE, em 1988.

A existência de conflitos sociais na região envolvendo diversos setores envolvidos com a problemática das secas (o poder local, os grupos econômicos de outras regiões, os técnicos/funcionários do Estado, a Igreja, os Sindicatos, os Partidos, etc.), a partir dos quais se estabeleceu uma determinada correlação de forças, foi fator fundamental para a definição de uma política de irrigação que, juntamente com outros importantes

(6) Relações de produção, para efeitos deste estudo, engloba todos os aspectos que envolvem a produção, no seu conjunto, considerando-se inclusive as suas interrelações e mútuas determinações. Assim, o acesso à terra, ao crédito, a definição das regras de comercialização, os incentivos e subsídios, o acesso à tecnologia, entre outros aspectos econômicos que contribuem para o estabelecimento de relações sócio-políticas entre os sujeitos sociais envolvidos com a problemática da produção na região estudada, estabelecem relações de produção.

instrumentos, como o FINOR, fossem criadas as bases para a construção do cenário econômico-produtivo acima descrito, predominando uma estratégia que tem como base o complexo agroindustrial.

Desta forma, com o completo apoio do Estado, o avanço na ocupação do espaço de valorização dos capitais, pelos capitais privados, no dipolo Petrolina-Juazeiro, torna-se cada vez mais importante.

A partir deste momento, por outro lado, passa a ser colocada uma nova realidade para os colonos, quanto a seu novo papel na atual conjuntura. A intensificação do processo produtivo implica a adoção de novas tecnologias para garantir uma maior estabilidade e uma maior produtividade, bem como uma estruturação capaz de produzir cada vez mais em escala, o que obriga esses colonos a completar o seu processo de modernização, sob pena de não encontrarem espaço nesta nova realidade.

Torna-se, portanto, decisiva a atuação do Estado no sentido de favorecer, com sua intervenção, uma maior velocidade dos pequenos irrigantes em direção à plenitude de seu processo de modernização, a fim de atender às novas exigências do processo produtivo e do mercado.

Deste modo, a política de emancipação, pelo fato de também vir acontecendo paralelamente a este novo cenário, e por ser a mais importante questão colocada hoje para a camada dos pequenos irrigantes dos perímetros públicos, merece um nível de aprofundamento que leve em conta essa conjuntura. Essa lacuna também está presente na literatura, por isso, oferecer uma contribuição para preenchê-la é um dos objetivos deste trabalho.

VI

PROJETO BEBEDOURO

O projeto de irrigação Bebedouro I está situado na porção sub-média do vale do São Francisco, na área prioritária Juazeiro-Petrolina.

A área do projeto localiza-se no município de Petrolina-PE, a 40 km a nordeste da cidade. Limita-se ao leste com o rio São Francisco e ao oeste com a BR-122; ao norte, com terras onde atualmente está implantado o projeto Bebedouro II, e ao sul, com terras de terceiros. Esta situação estratégica, às margens da BR-122, permite o livre acesso dos produtores do projeto a todas as capitais nordestinas e às demais regiões do país.

O projeto Bebedouro I acha-se assentado numa área representativa dos 178.000 hectares de latossolos existentes na região sub-média do São Francisco. As classes mais representativas de solos existentes no período são: 37AA, 37AB e 37BB, que se caracterizam por apresentarem boa drenagem e baixa capacidade de retenção de água.

O projeto Bebedouro acha-se localizado em posição privilegiada quanto ao mercado consumidor, uma vez que grande parte de sua produção, que corresponde ao cultivo do tomate, é absorvida pelas agroindústrias localizadas no Dipolo Petrolina-Juazeiro. As demais culturas (melão, melancia, cebola, uva) são comercializadas parcialmente no mercado local, onde se encontra a maior concentração populacional da região, e a parte maior dessa produção é escoada para as capitais do Nordeste, para os grandes centros consumidores da região centro-sul (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte) e para o mercado externo.

Toda a produção do perímetro é comercializada em comum, por intermédio da cooperativa, que recolhe o produto na parcela e transporta para seus depósitos, onde executa os trabalhos de beneficiamento, classificação e embalagens. Além do setor de comercialização, a CAMPIB

possui também um setor responsável pelas compras em comum, através da qual a cooperativa compra e fornece aos associados utensílios de campo, máquinas agrícolas, fertilizantes e sementes.

Como órgão responsável pela orientação de todo o processo produtivo do projeto, a cooperativa elabora anualmente um plano agrícola, que leva em consideração, sobretudo, a sazonalidade do mercado, o fornecimento de matérias-primas às agroindústrias locais e ainda fatores fitotécnicos e ecológicos. Os parceleiros participam desse planejamento, apresentando à CAMPIS seus planos para o ano agrícola, ficando sob a responsabilidade dos planejadores da cooperativa a composição dos planos parcelares que devem obedecer à programação global. Uma vez elaborado, o plano agrícola é encaminhado ao agente financeiro (Banco do Nordeste do Brasil), onde depois da análise e aprovação, o financiamento é liberado à cooperativa, que o repassa de forma parcelada aos produtores, de acordo com os estágios de evolução da cultura.

As culturas exploradas no Bebedouro são, em sua maioria, de alto valor econômico, sendo não apenas muito exigentes no manejo, mas também de elevado custo de produção. Dentre as principais explorações cultivadas no projeto, destacam-se as de tomate, uva, melão, melancia,

feijão e cebola. A disponibilidade permanente de água, aliada à favorabilidade das condições climáticas, permitem que se obtenha, na área estudada, dependendo do ciclo da cultura, duas a três safras anuais, no entanto, a indisponibilidade desse e de outros fatores não tem favorecido tal desempenho produtivo.

A mão-de-obra existente na área é composta de força de trabalho familiar, mão-de-obra permanente e, sobretudo, mão-de-obra temporária ou eventual, em virtude da própria natureza das culturas exploradas.

As áreas destinadas a lotes empresariais no projeto Bebedouro passaram a existir com a incorporação do projeto Bebedouro II que começou com 900 hectares, contando hoje com uma ampliação considerável.

PROJETO SENADOR NILO GOELHO

O projeto implantado com a finalidade de irrigar inicialmente uma área de 15.000 ha é detentor de uma superfície que monta:

SUPERFÍCIE	PROJETO	ÁREAS	PROJETO
EM HA	INICIAL	ADICIONAIS	TOTAL
bruta projetada	17.272	9.310	26.582
líquida projetada	15.491	8.350	23.841
líquida irrigável	12.503	7.515	20.018

Observa-se que os dados acima são os reais para o projeto inicial e estimativas para as áreas adicionais.

Sua ocupação foi feita através de colonos e empresas. Os colonos estão distribuídos em lotes de 6 ha e as empresas em lotes de áreas variáveis e aglutináveis, de acordo com os empreendimentos pretendidos pelos próprios empresários, analisadas suas viabilidades técnico-econômicas pela CODEVASF.

O projeto Nilo Coelho conta com uma área total de 41.080 hectares dos quais 20.018 ha irrigáveis e 21.062 ha de sequeiro. Atualmente há em torno de 1.500 colonos assentados em parcelas com área média de 6,5 ha irrigáveis. A terra irrigável restante comporta o assentamento de mais 113 colonos, havendo ainda 99 glebas de 12 a 60 ha destinados a pequenos e médios empresários e 8 glebas de 60 a 320 ha para a instalação de grandes empresas. Estes dados foram colhidos no momento da pesquisa e sofrem variações constantemente.

A irrigação é feita por aspersão, com água captada da barragem de Sobradinho através de um canal principal, de 62 km de extensão. O projeto é servido por uma rede viária de 200 km, por uma rede de drenagem natural de 170 km e por 100 km de drenos escavados. Conta com 10 conjuntos de eletrobombas com capacidade total de 23,2 metros cúbicos por segundo. A água é distribuída através de 1.600 km de tubos que alimentam 55.000 aspersores.

O projeto Nilo Coelho, apesar de ter sido implantado em uma época em que a irrigação já vinha se desenvolvendo em outros projetos, possui características muito particulares quando comparado a outros projetos da região.

A primeira característica é a dimensão da área ocupada pelo projeto. Até então, os projetos que vinham sendo implantados no local eram de pequeno e médio porte. Com a construção da represa de Sobradinho e a modificação no método de irrigação inicialmente projetado, ampliou-se de maneira significativa a área a ser irrigada, atingindo, hoje, um potencial de 20.000 hectares.

A segunda característica é a de incorporar de maneira expressiva, todos os segmentos de agricultores

concebidos na implantação de um projeto de irrigação: colonos, pequenos, médios e grandes empresários e agroindústrias. O número de empregos criados pelo projeto é bastante significativo.

Uma terceira característica, talvez mais importante, é a associação do projeto Nilo Coelho com as agroindústrias estabelecidas na região do Dipolo. Esta visão foi incorporada ao projeto em 1980, quando se realizaram estudos visando à modificação do sistema de irrigação preconizado originalmente. Assim o projeto foi concebido concomitantemente com a implantação de indústrias de processamento de produtos agrícolas, possibilitando a transformação da produção local com a criação de empregos no setor industrial. Deve-se ter em conta que na época da implantação do projeto Nilo Coelho, a agricultura irrigada já era uma realidade e o processo de transformação da produção agrícola já estava iniciado através dos projetos Mandacaru, Bebedouro, Maniçoba, Curaçá e Tourão. O que o Nilo Coelho traz de novo é a introdução da fruticultura (goiaba, citros, manga, maracujá) e o significativo aumento da produção de tomate na região. Tanto a cultura frutífera quanto a cultura do tomate serão matéria-prima para as agroindústrias, reforçando a associação produção agrícola-processamento na região.

Um quarto elemento característico do projeto Nilo Coelho é o fato de sua concepção e, principalmente, sua localização serem resultado de mera decisão política. O que se deve, no entanto, interrogar é se a região abrangida pelo Dipolo apresenta outras áreas com um maior potencial produtivo e, portanto, com possibilidades de maiores e mais rápidos retornos para os investimentos na agricultura irrigada. Nesse sentido, basta levar em conta, por exemplo, a natureza dos solos: na região existem solos argilosos, com maior resposta agrícola que os solos arenosos característicos do projeto Nilo Coelho. As forças políticas do lado pernambucano, entretanto, foram suficientemente organizadas junto aos agentes governamentais, tanto nacionais quanto internacionais, no sentido de convencê-los da viabilidade técnica, econômica e social do projeto, conseguindo trazer os investimentos para a margem esquerda do rio São Francisco.

Uma quinta característica é de ser um projeto que não está à beira do rio, tornando produtivas as terras da caatinga, de natureza bastante diferente das terras do aluvião. Justamente para garantir a produção em solos arenosos foi modificado o método de irrigação inicialmente projetado.

PRIMEIRA PARTE

PRIMEIRA PARTE

DE BEBEDOURO A NILO COELHO: A TRAJETÓRIA DA COLONIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA EMANCIPAÇÃO

O capítulo I procura dar uma idéia sobre quem são os sujeitos sociais envolvidos com a política de irrigação, na sua atual fase, privilegiando a caracterização dos colonos.

O capítulo II apresenta as observações sobre a parte empírica da pesquisa realizada nos perímetros irrigados Bebedouro e Nilo Coelho, tentando identificar as trajetórias percorridas pelos perímetros e pela colonização no bojo do processo de implementação da política de irrigação.

No capítulo III, a preocupação é avaliar de que forma e em que intensidade os impactos sociais provocados pelas mudanças de rumo da política de irrigação

repercutiram, não só nos perímetros irrigados escolhidos para este estudo mas, sobretudo, nos colonos, seus principais ocupantes.

Por último, no capítulo IV, é feita uma análise da evolução do comportamento político dos colonos e como isso se reflete hoje no processo de implementação da política de emancipação.

CAPITULO I

OS COLONOS: QUEM SÃO E COMO ESTÃO SITUADOS SOCIAL E ECONOMICAMENTE

A existência de grandes conflitos, a extrema pauperização da produção familiar, além da arraigada relação da burguesia rural com a terra, talvez tenham sido os principais fatores que levaram o Nordeste a não ter uma participação significativa no processo de modernização da agricultura brasileira. Nas zonas onde essa participação poderia ocorrer de forma mais significativa se tornava imprescindível uma forte e incisiva intervenção governamental.

Em função dessa necessidade, o Estado colocou em prática, no Nordeste, políticas de fomento à modernização tanto da produção familiar através de "programas especiais de apoio ao pequeno produtor", quanto da produção capitalista, através de programas de incentivo à produção. Todos tinham como principal suporte, o crédito subsidiado.

Nesse bojo surgiram o PROTERRA, o POLONORDESTE, os programas de irrigação, o PROJETO SERTANEJO, o PRÓ-ÁLCOOL, a CEPLAC, o FINOR com seu segmento agropecuária, entre outros⁽⁷⁾.

No âmbito dos programas de irrigação, foi conferida, a partir da segunda metade da década de 60, prioridade à colonização, através de perímetros públicos. Neles seriam assentados produtores familiares que não dispusessem dos meios básicos de produção (terra, capital e tecnologia), tanto do campo quanto da cidade. Essa foi, sem dúvida, a característica mais marcante da política de irrigação na sua primeira fase, conferindo-lhe uma conotação social bastante evidente.

Do ponto de vista dos outros programas que procuraram dar suporte à modernização da agricultura, o crédito subsidiado comandou a sua evolução, não perdendo este comando nem mesmo com as sucessivas substituições dos nomes dos referidos programas.

(7) O financiamento desses programas contava com a participação de capitais estrangeiros e com uma contrapartida nacional, o que fazia com que as definições sobre o caráter dos programas fossem de cunho bilateral, como foi mais recentemente o caso do PAPP (programa de apoio ao pequeno produtor rural do Nordeste) analisado por CHALDUT (1988).

Martine (1989:04), discutindo a "Modernização Conservadora", no período de 1965 a 1979, considera que:

"(...) o principal instrumento utilizado para promover a industrialização do campo foi o crédito subsidiado. de acordo com Kageyama et alii, a concessão de crédito altamente subsidiado e amarrado à utilização de insumos e práticas pré-determinadas, conforme um padrão de modernização 'compulsória', foi capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo. A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente, grosso modo, maiores propriedades em terras melhores, tiveram acesso à crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos".

A especificidade da irrigação, no entanto, estava, não apenas no crédito agrícola, mas muito mais na necessidade de instalação de uma pesada infra-estrutura física - desde a captação até a aplicação da água na parcela. Como ainda se conhecia pouco sobre a sua viabilidade técnico-econômica, passou a existir uma pressão "natural" para que os recursos a serem dispendidos fossem públicos. Em função disso, as pressões sociais eram também elevadas, no sentido da definição dos beneficiários diretos da irrigação. Com isso, prevaleceu um segmento de camponeses pobres (descapitalizado e sem terra).

No projeto Cebedouro, um dos primeiros a serem instalados, foram assentados, inicialmente, 16 colonos, passando, em seguida, para 21, número mínimo para se criar a cooperativa. Os colonos eram divididos entre camponeses desapropriados pela instalação do perímetro, camponeses oriundos da própria região, além de outros trabalhadores ligados a atividades não agrícolas, porém, detentores da mesma escassez de condições financeiras e patrimoniais.

A tônica social assumida pela política de irrigação, na sua primeira fase, foi, em muito, decorrente de ações compensatórias, por parte do Estado, visando minimizar o custo social das desapropriações das famílias que viviam na área a ser inundada.

Em função desta especificidade, a irrigação, diferentemente dos outros projetos e programas, conseguiu manter durante muito mais tempo, praticamente uma década, a de 70, as suas características iniciais, que foram sendo revistas à medida em que a irrigação foi se consolidando e os blocos de interesses capitalistas foram se ampliando.

Por outro lado, o fato de a irrigação pública mexer com a estrutura fundiária - como afirma Carvalho (1985) - por desapropriar terras às margens do rio São Francisco, tanto de pequenos, quanto de grandes

proprietários, provocou fortes reações de médios e grandes proprietários, reações estas agravadas pelo fato de, entre eles, apenas os pequenos desapropriados poderem ocupar os lotes dos perímetros a serem implantados.

A irrigação passou, assim, a ter, por um lado, um corte "progressista", por atender em parte ao que defendiam setores ditos também progressistas dentro do próprio aparelho de Estado e/ou fora dele. Mas, por outro lado, passou a ter também um corte conservador, por não interferir significativamente na estrutura fundiária, além de contribuir mais para o desalojamento de famílias, com a construção dos reservatórios, do que para o reassentamento nos perímetros públicos de irrigação.

Os principais critérios para seleção dos colonos eram: ter sido desapropriado da área de instalação do perímetro⁽⁸⁾, não possuir outras terras, possuir um baixo nível de renda e ter experiência com agricultura irrigada.

(8) Nos casos onde não houvesse desapropriação para construção de barragens - como é o caso hora estudado - mas sim para instalação de perímetro público, o pequeno proprietário que não quisesse ser indenizado teria o direito de ocupar um dos lotes do perímetro.

De início, foram assentados, na sua maioria, camponeses que trabalhavam na região⁽⁹⁾, quase sempre como meeiros e ex-donos de pequenas propriedades no local onde foi instalado o perímetro. Destes, poucos possuíam alguma experiência com agricultura irrigada, problema que a então SUVALE tentou contornar através de treinamentos.

O relato apresentado por um dos primeiros colonos assentados e entrevistado durante esta pesquisa, atesta tal afirmativa:

"Nessa época desses primeiros lotes aí, ninguém queria pegar lote aí (...). O pessoal num tinha muito costume e num acreditava muito, então eles selecionaram esses dezesseis colonos, fizeram um treinamento de noventa dias (...). Depois do treinamento dos noventa dias eles entregaram o lote (...). Nosso primeiro trabalho no lote foi plantar dois hectares de capim (...). Esses dois hectares de capim eles compraram dezesseis boi mago, nós fizemos o curral lá e foi dado pra nós criar (...). Nessa época a SUDENE já passou pra SUVALE (...). Tinha uma máquina que cortava o capim e entregava pra gente já no curral (...). Essa pecuária num deu resultado o boi foi comprado muito caro (...). Quando eles chegaram com as notas, o gado num deu resultado. Aí eles mandaram plantar batata (...). Eu plantei um hectare de batatinha e um hectare de cebola mas aí foi numa época de chuva e aterrou muito o plantio, tanto da cebola quanto da batatinha e eu tive prejuízo logo do começo (...). Rapaz esse prejuízo era ainda por conta da SUVALE (...). Nós tava no lote mas tava recebendo um salário pra ser descontado depois mas, como num deu resultado, nós também num pagou nada". (A. S. - um dos 16 primeiros colonos do projeto Bebedouro e hoje, colono do núcleo 11 do projeto Nilo Coelho, onde possui um lote de 6 hectares).

(9) Com a ampliação das áreas irrigadas foram sendo assentados colonos provindos de outros ramos

Mesmo tendo sido aqueles primeiros colonos colocados inicialmente na qualidade de "funcionários públicos" e em função disso, até recebendo salário para permanecer nos lotes, essa situação era tida como provisória, pois os próprios documentos oficiais falavam na criação de uma "classe média rural", propósito esse que não era exclusivo dos programas de irrigação mas também de todos os outros programas especiais, em execução nessa época (começo dos anos setenta).

Para enfrentar as referidas reações do poder local, naquele primeiro momento, os colonos contavam com a força da CODEVASF, principalmente porque a maioria deles não tinha laços orgânicos com um passado de organização política (sindical, partidário etc.), sendo que até mesmo a sua identidade enquanto colonos, irrigantes, parceleiros ou produtores familiares, não lhes era presente. Entre eles havia colonos que não vinham da agricultura e outros que eram de origem urbana. Assim, ficaram um tanto "desgarrados", "pendurados" apenas na CODEVASF. Esta, por sua vez, nada fez para fomentar um processo de organização no sentido de emancipá-los. Deste modo, a

produtivos: mecânicos, pequenos comerciantes, auxiliar de topógrafo, marceneiros, pedreiros, etc., sendo estes numericamente minoritários em relação aos que têm sua origem na agricultura, predominantemente de sequeiro.

tutela da CODEVASF sobre os colonos propiciou uma condução menos turbulenta da política de irrigação e, por extensão, dos seus rumos.

Do ponto de vista econômico, a inserção dos colonos pode ser caracterizada com base em sua integração ao processo produtivo, que se dá em pelo menos três etapas: uma integração a montante do processo produtivo; o processo produtivo propriamente dito; uma integração a jusante do processo produtivo.

A montante do processo produtivo existe uma relação com o capital financeiro através dos bancos oficiais que se caracteriza por uma forte ausência de autonomia para com os pequenos irrigantes.

A pesquisa permitiu que se verificasse, por exemplo, que para cada 5 hectares irrigados - no caso do projeto Nilo Coelho - o financiamento disponível nos bancos só atinge as necessidades de custo de produção para 2 hectares.

Além deste, um outro fator que chega a descaracterizar a propalada "liberdade de mercado", é o fato de o financiamento nem sempre ser concedido para a cultura que o colono deseja plantar, como é o caso da uva,

no projeto Bebedouro que estava sendo a cultura mais rentável no momento da pesquisa, no entanto, praticamente inexistia crédito disponível para os investimentos necessários à ampliação da sua área plantada. O pouco que existia era destinado, por força do contrato, prioritariamente ao plantio do tomate. Isto significa que os bancos apenas financiam o custeio da parte da produção que tem mercado garantido.

Como se isso não bastasse, normalmente o financiamento só está disponível com um relativo atraso em relação à época de plantio⁽¹⁰⁾, o que afeta fortemente a produtividade das culturas e a sua valorização no mercado, na época mais propícia para comercialização, como relatou um dos colonos do Nilo Coelho:

"O ano passado, os primero que tiraro o tumate aí, hoje tão sem dever ao banco e nós que tiramo por último tamo cum dificuldade prá pagar o banco purquê a firma num comprou toda a produção e muita tomate, foi jogada fora, como o sinhô viu quando vel prá cá⁽¹¹⁾".
(A.J.S. - colono do núcleo 7 do projeto Senador Nilo Coelho, onde possui um lote de 6 hectares.

(10) O plantio fora da época recomendada afeta a produtividade da cultura e submete a produção a uma maior concorrência no mercado consumidor devido à maior oferta existente no final de cada safra e da saturação da capacidade de processamento da agroindústria.

(11) De fato, durante o nosso deslocamento dentro do projeto, verificamos que em várias estradas havia grande quantidade de tomate espalhado pelas margens.

Isso significa que, na maioria das vezes, o mercado condiciona o financiamento, o que limita a margem de escolha dos colonos, no que se refere inclusive à organização do seu processo produtivo e, conseqüentemente, a sua margem de lucro.

Outra característica deste processo é que, na maioria das vezes, o colono sequer se apropria do financiamento na sua totalidade para a compra dos insumos necessários à viabilização da produção. Em muitos casos ele recebe apenas uma pequena parte, pois o restante é repassado em forma de crédito diretamente dos bancos para os estabelecimentos que comercializam os insumos, deixando o colono com o único direito de se dirigir àqueles estabelecimentos para receber os insumos, em quantidades, muitas vezes, superiores às suas necessidades.

No caso do projeto Sebedouro, a cooperativa garante o mínimo de autonomia na utilização do financiamento, embora não possa garantir a pontualidade na liberação, nem as taxas de juros cobradas, muito menos a quantidade de recursos a serem liberados. Em Nilo Coelho, onde não existe cooperativa, nem mesmo essa pequena autonomia é assegurada.

Além das questões relativas aos insumos, ainda

se coloca a definição antecipada das regras de comercialização da produção - no caso do tomate, principal produto do ponto de vista econômico - através de um contrato que, por sinal, não tem validade jurídica por não ser registrado em cartório e ainda por, em alguns casos, como ocorre no Nilo Coelho, ter caráter individual, ou seja, é feito com cada colono individualmente, ao contrário do projeto Bebedouro onde o contrato é assinado com a cooperativa.

Através do referido contrato, a agroindústria processadora define o preço de compra e até a produtividade máxima da cultura por hectare, não assumindo qualquer responsabilidade de compra pelo excedente. Um dos colonos do Nilo Coelho fez o seguinte relato:

"Quando tem produção demais os contrato fica baguiado⁽¹²⁾ porque quem tiver a sorte de tirar o tomate todo, muito bem e, quem num tiver, a firma num tá nem aí". (A. J. S. - colono do núcleo 7, com um lote de 6 hectares).

Quando perguntado pelo contrato, o mesmo respondeu:

"O do empresário é registrado em cartório e o nosso aqui, rapaz, nós assina o contrato aqui, se dé pra tirar o tomate bem, se num dé agente vai lá, tá só assinado".

(12) "Baguiado" aqui quer dizer: que vira bagulho, perde o valor.

No âmbito do processo produtivo propriamente dito, devido à relativa ausência de financiamentos para investimentos, observa-se, a nível de campo, a realização de práticas agrícolas que se caracterizam pelo uso de equipamentos praticamente obsoletos do ponto de vista tecnológico, o que exige uma intensificação bem maior do trabalho humano, chegando, nas fase mais exigentes em mão-de-obra a ter que contratar mão-de-obra assalariada, o que aumenta os custos de produção, diminuindo a magnitude dos lucros ao final da safra⁽¹³⁾.

Além disso, se coloca a questão da assistência técnica que, com o surgimento da política de emancipação, começou a entrar em processo de desmantelamento, chegando ao ponto de, em 1989, encontrar-se, por ocasião da pesquisa de campo, uma situação de completa inexistência de assistência técnica. No caso do Nilo Coelho, os técnicos que desempenhavam estas funções foram dispensados por falta de recursos para pagar seus salários, sendo este um dos principais fatores que levou o Nilo Coelho a ter sua área plantada reduzida em mais de 70%, causando enormes dificuldades para os colonos e levando, segundo

(13) Observou-se, por exemplo, o baixo nível de mecanização do processo produtivo, onde uma associação no Nilo Coelho que engloba 150 lotes, possui apenas dois tratores para executar o trabalho de preparação do solo.

Informou um dos funcionários do Distrito de Irrigação, a um grande crescimento dos índices de inadimplência dos colonos do projeto.

A jusante do processo produtivo, o principal mecanismo de comercialização é o contrato antecipado de compra e venda do tomate, no qual está embutido o preço de compra do produto e a quantidade a ser comprada em cada lote, no caso do projeto Nilo Coelho. Assim, se um lote possui seis hectares e planta dois hectares de tomate, a agroindústria só se compromete a comprar 70 toneladas neste lote, ou seja, 35 toneladas por hectare.

O oligopólio do processamento da produção faz com que o preço do produto (matéria-prima) seja definido de forma unilateral, a partir do momento em que o fórum que decide o preço conta com uma representação dos produtores da matéria-prima, que pode ser definida como minoritária, no tocante ao seu poder de barganha, ainda mais quando se sabe não existirem outras opções de mercado para se comercializar a safra, principalmente no caso do tomate, que é um produto perecível e cujas variedades plantadas são de características industriais, não se prestando para o consumo "in natura".

Além disso, a concorrência que existe entre as médias e grandes empresas produtoras da matéria-prima e a produção familiar dos perímetros públicos faz com que o produto das empresas agrícolas gozem de uma relativa preferência em relação ao dos colonos, principalmente por causa da diminuição dos custos com transporte e também de uma certa solidariedade existente entre capitais, que muitas vezes até se confundem (produtores e processadores).

Torna-se importante, no entanto, que se considere que a exposição dos dois perímetros objeto deste estudo, aos impactos causados pela forma como têm se estabelecido as relações econômicas não se dá da mesma forma, do ponto de vista da organização da produção no Dipolo.

Bebedouro, por exemplo, possui uma situação menos instável do ponto de vista produtivo, pelo fato de possuir uma cooperativa ativa e estruturada que garante minimamente o funcionamento do perímetro. Além disso, o método de irrigação utilizado no perímetro, por gravidade, permite uma maior diversificação de culturas, principalmente, as frutas nobres de exportação, como a uva, responsável, no último ano, pela manutenção do perímetro e/ou dos colonos, em situações econômicas menos

constrangedoras do que em Nilo Coelho. Outro fator importante é a larga experiência da maioria dos colonos do Bebedouro, assentados no projeto há muitos anos.

Já Nilo Coelho vive uma situação completamente inversa: não tem cooperativa, o que leva as transações comerciais a serem feitas individualmente, fragilizando ainda mais o poder de barganha dos colonos; o método de irrigação é o de aspersão, o que implica sérios problemas técnicos, como a proliferação de pragas e doenças (devido à favorabilidade do micro-clima criado pela aspersão, principalmente no que se refere à umidade do ar); é ocupado por colonos ainda com pouca experiência, (porém, já em processo de emancipação).

Por outro lado, os instrumentos de política agrícola específicos existentes para regular as relações de produção entre os perímetros públicos de irrigação e os outros ramos produtivos (fornecedores de insumos, agentes financeiros e processadores da matéria-prima), não têm conseguido impedir o estabelecimento de uma estrutura oligopólica, por parte dos setores empresariais.

Esse processo toma forma tanto no momento da definição dos preços de compra e venda de insumos e produtos como no momento da definição das regras de

financiamento (juros, correção monetária, destinação, etc.), o que cria dificuldades externas à produção dos colonos assentados nos perímetros públicos, comprometendo mais ainda as suas possibilidades de diferenciação ascendente, devido à magnitude dos seus lucros.

Além de não conseguir intervir com base em um caráter regulador, o Estado ainda contribui para criar dificuldades. É o caso em que, ao liberar o crédito agrícola, já pré-determina a sua utilização na compra de insumos (adubos, agrotóxicos e sementes melhoradas), castrando assim a autonomia do processo produtivo do colono irrigante. Esta foi também uma situação que pôde ser conferida por ocasião da pesquisa de campo, através das entrevistas e da observação "in loco", como atesta a declaração de um dos colonos:

"O pior daqui que eu acho é a humilhação do banco, porque agente vai pedir e às vez ainda ouve piada e, pra quem num tem costume, rapaz, é duro! A outra humilhação é o seguinte: nós vamo pra uma loja dessa quando sai o financiamento. Nós num temo o direito de pegar no dinheiro que sai não, quem pega é o dono da casa. O ano passado o banco soltou o dinheiro, (...) eu fiz minhas conta sobrou mel mundo de veneno e eles butaro o pé no bucho pra o camarada comprar tudo e eu num pude fazer nenhuma defesa. (...) Esse ano do mesmo jeito. Agente num pega nesse dinheiro não, vai prá casa⁽¹⁴⁾. Agente pega nuns trocadim pra pagar hora de trator, limpar (...)" (A. J. S. - colono do núcleo 7 do projeto Nilo Coelho, onde possui um lote de 6 hectares).

(14) "Casa" aqui são os estabelecimentos comerciais que vendem os insumos.

Como resultado deste processo, os grandes grupos empresariais logram o surgimento na região, de um mercado de bens de consumo para a agricultura, de um mercado oligopolizado de processamento das matérias-primas, através das agroindústrias, além da estruturação de um mercado imobiliário que passa a supervalorizar as terras da região beneficiada pelo perímetro irrigado.

Estabelecem-se, a partir daí, mecanismos que passam a limitar a autonomia dos produtores familiares já que as agroindústrias determinam o que se produzir e o preço de compra das matérias-primas⁽¹⁵⁾, assim como afirma Wilkinson:

"O pequeno agricultor em processo de modernização tem agora que produzir em função dos novos custos de produção determinados pelo setor agroindustrial que, por sua vez, são agora a pré-condição para o acesso ao crédito oficial". (Wilkinson, 1986:184).

Portanto, para garantir as mínimas condições de produção, o colono tem que garantir os lucros do setor agroindustrial, tanto a montante quanto a jusante do processo produtivo, bem como os lucros do capital comercial e, ainda, ressarcir os bancos oficiais com juros

(15) Esta dependência torna-se maior quando a produção se relaciona com os produtos de maior importância econômica para a região, como é o caso do tomate no Dipolo, já que seu único destino é a agroindústria.

minimamente subsidiados ou integralizados.

Todo esse excedente sai exclusivamente da agricultura irrigada, porque, mesmo existindo uma área para sequeiro em cada lote, esta raramente é utilizada, visto que o processo de trabalho na agricultura irrigada dificilmente deixa tempo livre para outras atividades, existindo, ainda dificuldades para conseguir financiamento para a produção em áreas de sequeiro, como já foi observado por Carvalho (1985:480), citando Stern (1979:29).

"A agricultura irrigada tem como uma de suas características essenciais a de poder transformar as relações de produção vigentes no campo, e isso é bem visível quando se passa da agricultura explorada com base na água de chuva (agricultura de sequeiro) para a que se efetua sob o regime de irrigação. Na agricultura de sequeiro (rain cultivation) o agricultor pode deixar a fazenda de tempos em tempo a fim de participar de outras atividades não-agrícolas, pois nenhum prejuízo será causado às lavouras. Sob irrigação a água deve ser aplicada quando ela é necessária, e sob condições climáticas desfavoráveis, um dia ou dois de atraso no fornecimento de água pode resultar em sérias perdas para as culturas. O agricultor se encontra pois muito mais amarrado à sua terra quando ela é irrigada".

Observou-se, portanto, que a combinação de várias relações de trabalho ao mesmo tempo, como plantar de meia na época chuvosa e trabalhar de vaqueiro na seca, além de produzir por conta própria para subsistência foram estratégias de sobrevivência bastante comuns àqueles

camponeses, antes de se transformarem em colonos nos perímetros públicos de irrigação do Nordeste. Isso, além de necessário, era possível naquela época, porque o processo de trabalho na chamada "agricultura de chuva" (sem irrigação) não exigia tanta intensificação do trabalho humano como ocorre com a agricultura irrigada.

Hoje, depois dos projetos públicos de irrigação, apesar do grande avanço tecnológico no sentido da captação, condução e aplicação de água na parcela, o conjunto de tarefas continua sendo grande, ao ponto de impedir o afastamento de qualquer membro da família para atividades externas ao lote, principalmente na fase da colheita, quando a contratação do trabalho assalariado se torna indispensável mesmo com a presença de todos os membros da família.

Ao ser perguntado em entrevista feita por ocasião da pesquisa de campo sobre seus rendimentos extra parcela, um dos colonos respondeu:

"O colono que chegar na minha casa dizendo que não tem o que fazer no lote, esse é mentiroso. O tempo que eu mais trabalhei na minha vida foi depois que cheguei aqui". (J. G. - colono do núcleo 4 do projeto Nilo Coelho).

Constatou-se, portanto, que são poucas as

estratégias de sobrevivência econômica na agricultura irrigada⁽¹⁶⁾, considerando-se que as estratégias anteriores não são válidas diante das atuais condições criadas pela agricultura irrigada.

Por outro lado, existe uma imperiosa necessidade de se revalorizar os capitais acumulados refazendo opções econômicas, principalmente através da compra de imóveis em Petrolina e em Juazeiro. No geral, o colono que consegue este nível de acumulação é porque já chegou com algum capital - no caso dos novos perímetros - ou então porque é um antigo colono de um dos primeiros perímetros que conseguiu se diferenciar de forma ascendente.

Essa necessidade é decorrente do fato de a agricultura irrigada depender fortemente do "capricho" do mercado, ou seja, culturas, hoje, rentáveis deixam de sê-lo amanhã. Com isso, mesmo os colonos que haviam realizado consideráveis ganhos patrimoniais em períodos anteriores, são obrigados a vender esse patrimônio, visando obter recursos para fazer face às crises de produção⁽¹⁷⁾ e

(16)-----
Apenas o trabalho de Graziano et alii (1988) aponta para a recriação da parceria como uma estratégia de sobrevivência encontrada pelos colonos.

(17) As crises de produção podem ser causadas por pragas e/ou doenças, ou mesmo por falta de recurso para a manutenção do projeto e para o crédito agrícola (quando a cultura perde importância econômica), ameaçando os colonos com a inadimplência.

continuar produzindo de forma rentável. Pode-se citar o exemplo dos colonos de Bebedouro que passaram agora à produção de uva.

Em suma, pode-se dizer que os colonos são:

- a) produtores familiares; b) em sua maioria oriundos da agricultura de sequeiro, portanto, sem experiência com agricultura irrigada ou, em menor número, de outras atividades fora da agricultura; c) descapitalizados;
- d) semi-integrados, porque produzem tanto para a agroindústria, como é o caso do tomate quanto para o mercado "in natura", principalmente para exportação, como é o caso dos outros produtos (uva, melão, melancia, cebola, feijão, etc.); e) desprovidos de laços orgânicos com um passado político "institucional", o que pode ser observado, por exemplo, através do indicador filiação sindical, onde a maioria é filiada ao sindicato patronal.

CAPÍTULO II

A TRAJETÓRIA DOS PERÍMETROS

2.1- O CASO DO PROJETO BEBEDOURO

2.1.1- HISTÓRICO:

O projeto Bebedouro nasceu do acordo, firmado em 1960, entre o governo brasileiro e o Fundo Especial das Nações Unidas, com o objetivo de executar o levantamento completo dos recursos hídricos e pedológicos na área do sub-médio São Francisco.

Em janeiro de 1961, foram apontadas como entidades executoras do acordo a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Ao término daquele levantamento, os técnicos concluíram ser potencialmente irrigáveis 507 mil hectares

nessa região sanfranciscana. Destes, foram escolhidos 9 mil hectares da antiga fazenda Bebedouro, considerados de utilidade pública, para a implantação do primeiro projeto de irrigação do vale do São Francisco.

Em 1963, foi instalado como suporte para o projeto uma estação experimental, implantada e operada, àquela época pela SUDENE. Em fins de 1968, assumiu a implementação e operação do projeto a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - SUVALE - antecessora da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF - agência de desenvolvimento específica da região, e que tinha como principal objetivo o aproveitamento econômico dos recursos de água e solo, para elevar o padrão de vida do homem do São Francisco.

O perímetro irrigado de Bebedouro é administrado, hoje, pela Cooperativa Agrícola Mista do Projeto de Irrigação de Bebedouro (CAMPIB) e pela CODEVASF. A cooperativa responsabiliza-se pelo processo produtivo e por um amplo programa de prestação de serviços, tais como: assistência técnica, educação, saúde, serviços de mecanização, transportes, comercialização e repasse de crédito. A CODEVASF encarrega-se da operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação e drenagem sendo, por conseguinte, responsável pelo fornecimento de

água ao projeto.

O projeto Bebedouro I, que abrange uma área irrigada de 1.100 hectares, dividida em 130 parcelas, tem sua infra-estrutura de irrigação alimentada por cinco estações de bombeamento. Conta com uma rede de canais de 110.000 metros, classificados como: principal, secundários, terciários e quaternários. Possui uma rede de drenagem formada por drenos coletores, subcoletores e parcelares, num total de 124 km. No tocante à infra-estrutura social, o projeto dispõe de clubes agrícolas, centro social, templos, escolas e ambulatório médico. (Ver figura 2).

O Bebedouro I, por se tratar de um projeto piloto destinado exclusivamente à colonização, teve suas parcelas distribuídas sem uniformidade, com áreas oscilando entre 4,5 e 14 ha, tendo, no entanto, a maioria dos lotes a dimensão de 8 ha. Segundo a SUVALE, esta variação dos módulos teve como objetivo determinar a área ideal do lote familiar e também observar a capacidade empresarial do colono.

O projeto Bebedouro teve importância fundamental na extensão das áreas irrigadas do Nordeste e principalmente do vale do São Francisco. Hoje, somente na

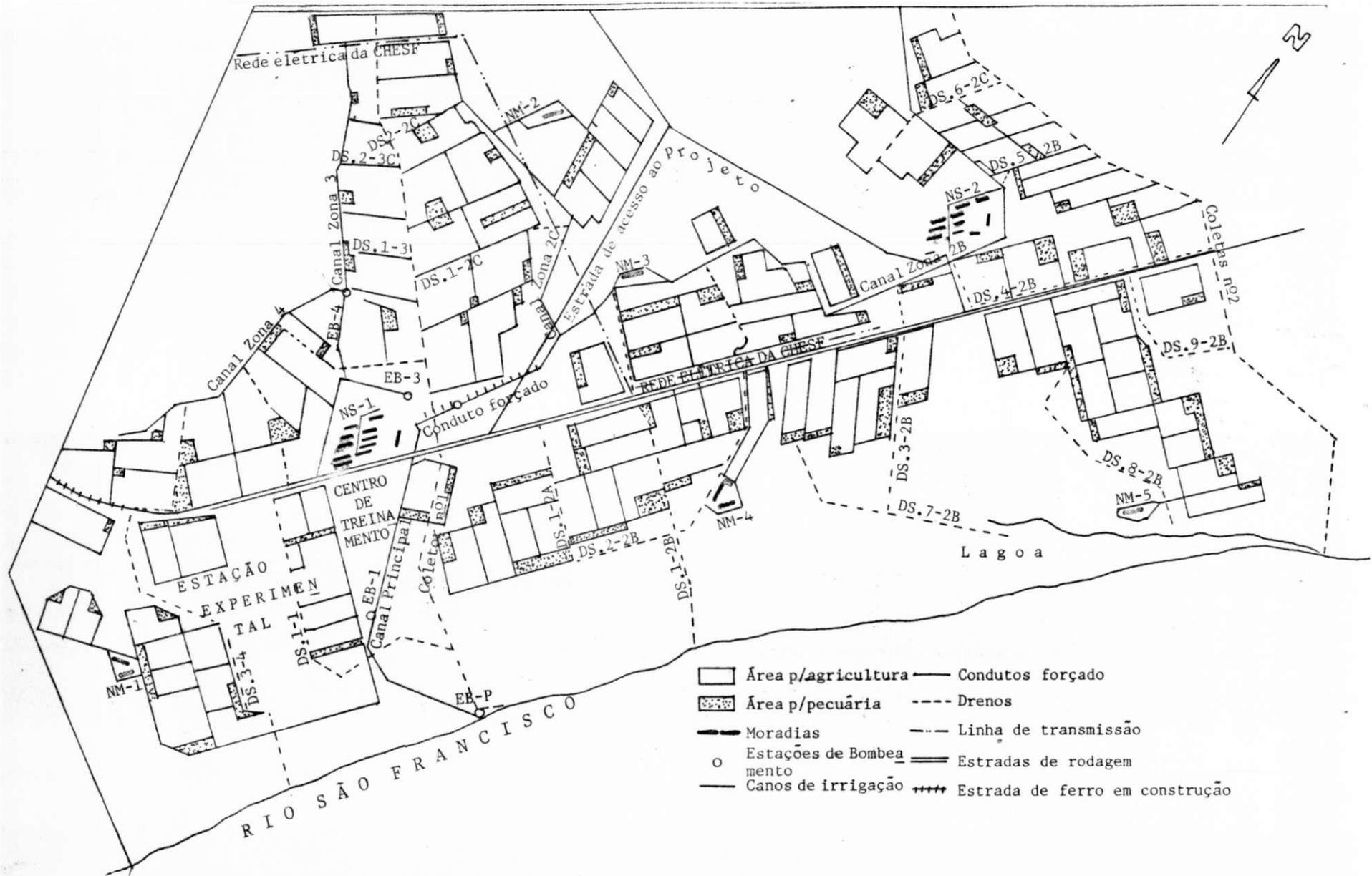


FIGURA 2. Projeto de Irrigação de Bebedouro.
 FONTE: SUVALE (19), Rio de Janeiro, 1971.

área do DIPLO Juazeiro-Petrolina, situado no centro da região que menos chove no vale do São Francisco, encontram-se seis projetos de irrigação em operação, perfazendo um total de 45.000 hectares, o que corresponde à maior área contínua irrigada do Nordeste⁽¹⁸⁾. E estes novos perímetros irrigados, apesar de diferirem dos pioneiros (Bebedouro e Mandacaru) quanto à forma de ocupação (colonização, empresas, agroindústria), foram orientados e estimulados, quer na parte de engenharia quer na parte de produção, pelos primeiros. Também muitos projetos de irrigação particulares implantaram-se no sub-médio São Francisco, inspirados nas técnicas desenvolvidas pelo projeto Bebedouro, que tem se constituído numa espécie de laboratório de irrigação.

(18) Ver figura 1, pag. 38.

2.1.2- SUA TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO À EMENCIPAÇÃO

O Projeto Bebedouro começou com 16 colonos seleccionados pela SUDENE, passando logo em seguida a 21 colonos, o que se constituía no número mínimo para se criar a cooperativa, como relatou um desses 21 colonos:

"Cheguei em Bebedouro em mil novecentos e sessenta e dois para exploração desta área que hoje tá o projeto (...). O Bebedouro começou com dezesseis lotes (...). Os lotes foram inicialmente distribuídos com o pessoal que trabalhava na própria área com agricultura, que foram depois treinados para produzir nos lotes (...). Prá criar a cooperativa tinha que ter vinte e um colonos que foi completado com funcionários da SUDENE e aí eu fui seleccionado". (G. J. S. - colono que possui um lote de 9 hectares no projeto Bebedouro).

Também não houve grande concorrência pela ocupação dos lotes, porque muitos agricultores, na época, não conheciam a experiência de perímetro irrigado e chegaram até a desconfiar desta ação do Estado, como também relatou o mesmo colono:

"Quando me inscrevi para vir pr'aqui vários amigos me diziam: você é um louco de deixar de tá no seu emprego prá vir trabalhar em roça dos outros e ninguém sabe nem o que é isso, irrigação, que aqui, de início o pessoal tinha esse negócio aqui, que era o comunismo, que tava tomando as terras do povo⁽¹⁹⁾". (G. J. S.).

(19) Referindo-se às desapropriações para implantação do perímetro irrigado.

Os interesses dos setores dominantes locais naquele período eram muito mais voltados à terra do que à modernização da base técnica da produção, chegando, muitas vezes, a serem contra qualquer política modernizante, principalmente considerando-se que, na sua maioria, elas traziam algum componente distributivo em relação à terra, principal fonte de riquezas do poder local, por onde se materializava a "indústria das secas".

Em função disso, por um lado, o interesse dos órgãos responsáveis pela execução da política de irrigação se tornava maior em função da necessidade de se viabilizar a irrigação pública o que, por sua vez, garantia a sua própria sobrevivência enquanto instituição⁽²⁰⁾. Aliado a este, um outro fator que favoreceu a irrigação naquele momento foi a disputa de espaço político e de influência no aparelho do Estado, entre os setores progressistas que se localizavam principalmente na SUDENE e os setores conservadores locais.

Por outro lado, a escassa experiência com agricultura irrigada e o baixo volume de tecnologias disponíveis no país, fizeram com que o processo evolutivo

(20)-----
A discussão sobre a intervenção dos diversos órgãos responsáveis pela coordenação da irrigação no vale do São Francisco está no capítulo V.

da política de irrigação se tornasse mais lento e quase que exclusivamente público, do ponto de vista da sua viabilização econômica, o que elevou a importância dos colonos, aos quais a burocracia estatal concedeu total prioridade através de fortes incentivos à produção. Esta foi, na verdade, a fase de "laboratório" da grande irrigação pública no Nordeste.

Logo no início, também, foi criada a cooperativa, que já existe há quase 30 anos. Sua criação ocorreu de forma vertical e ela foi conduzida sob a tutela da CODEVASF, que, deste modo, fez com que os colonos fossem sempre dependentes da burocracia estatal, produzindo uma situação em que quase todas as iniciativas dos colonos estiveram fadadas à inibição devido ao caráter da ação do Estado (paternalista, assistencialista e autoritário).

O caráter autoritário da atuação da CODEVASF e mesmo sua antecessora, a SUVALE, ficou patente em várias declarações. Conseguiu-se apurar, por exemplo, que em função de divergências entre a CODEVASF e a diretoria da CAMPIB, a companhia decidiu por se retirar, por mais de uma vez, do processo de gestão do projeto, cancelando o repasse de recursos e denominando o episódio de "tentativa de emancipação", o que resultou em fracassos sucessivos,

principalmente porque o verdadeiro objetivo da CODEVASF era continuar tendo o controle da administração do projeto através da cooperativa. Após ter levado a cooperativa a um processo de falência, a CODEVASF reassumiu na condição de poder nomear o presidente e o gerente geral, como relataram alguns dos entrevistados:

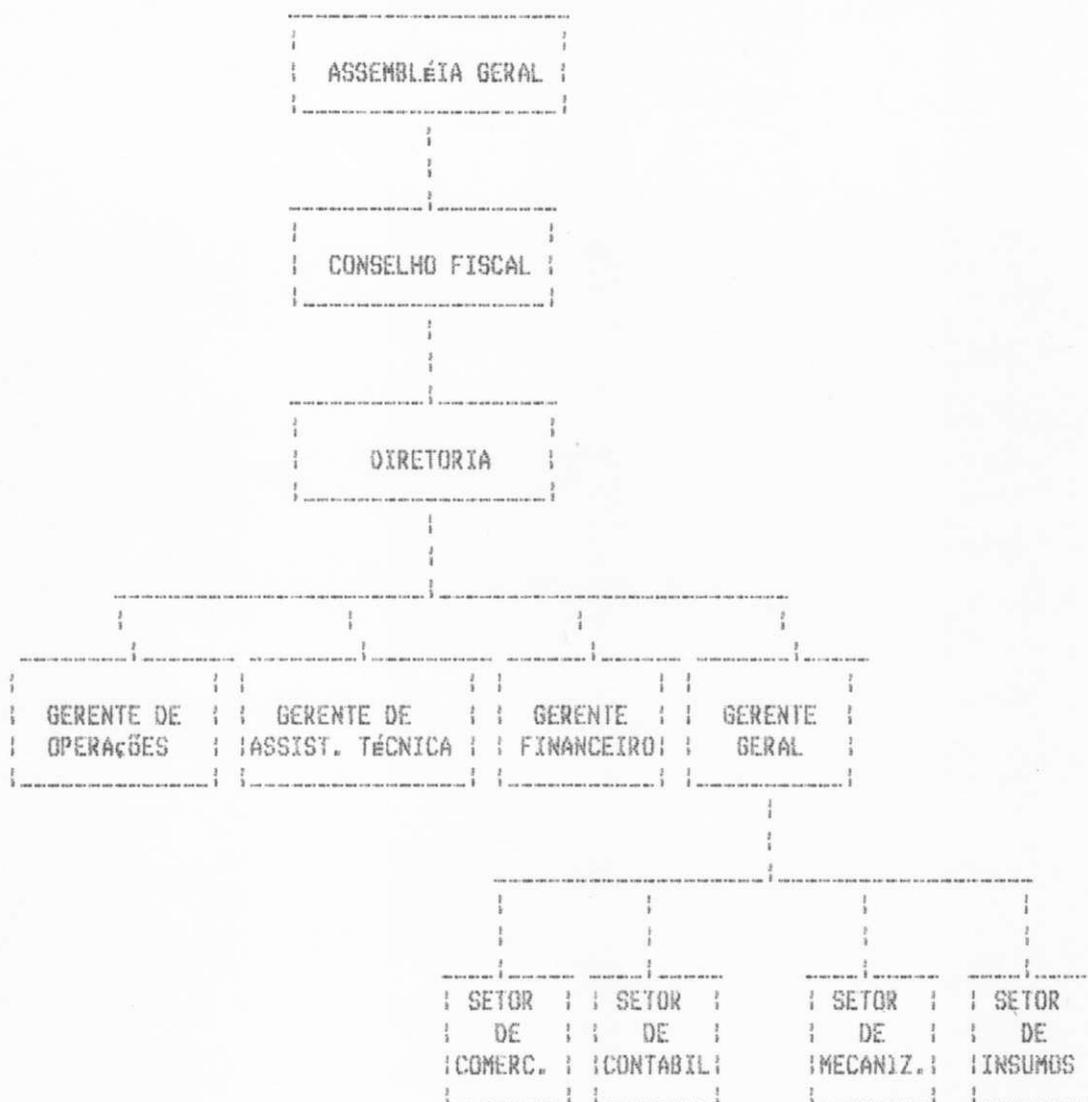
"(...) Antigamente o presidente havia uma certa imposição, quer dizer, quem indicava o presidente não eram os associados, era a própria CODEVASF. (...) Os associados em assembleia escolhiam os diretores mas, o presidente era uma pessoa de confiança da CODEVASF. O gerente geral também era uma pessoa de confiança da CODEVASF. Hoje a assembleia escolhe a diretoria toda (presidente, vice-presidente, secretário, três diretores e o conselho fiscal) e os próprios associados escolhem o seu gerente". (F. Q. - funcionário da CAMPB). (Ver organograma da CAMPB na figura 2.2).

Em outra entrevista um dos colonos fundadores do projeto conta como se deu a história da ocupação dos principais cargos da CAMPB:

"De início o presidente foi um associado, até setenta e cinco (...), de setenta e cinco até setenta e oito, por aí, (...) foi uma pessoa da CODEVASF. Ela como uma associada também da cooperativa. Então, a cooperativa ficou nesse fracasso aí, então, foi colocado o Maurílio pela CODEVASF (...) ele ficou e que num deu os quatro anos, ficou parece que três ano e tanto. Aí, saiu e ficou o Juraci terminando (da mesma CODEVASF). Já na saída de Juraci aí entrou novamente um colono. A lei dá o direito que tem que ser um colono (...). E agora novamente quando ela (a cooperativa) caiu aí entrou um (da CODEVASF) mas, não pôde entrar mais como presidente da cooperativa, ele entrou como gerente geral. O presidente, só mesmo o associado daqui (...)" (G. J. S. - um dos primeiros colonos do projeto).

FIGURA 2.2

ORGANOGRAMA DA CAMPIB



Isso mostra que a emancipação não estava de todo esquecida pela CODEVASF que dela lançava mão sempre que lhe interessava, como foi o caso de Bebedouro, no qual se procurou resolver alguns conflitos utilizando-se da emancipação, prevista desde a concepção da política de irrigação.

Atualmente o perímetro se encontra novamente em processo de emancipação⁽¹⁹⁾, ainda na fase de có-gestão, e com dificuldades consideráveis para avançar nessa direção.

Segundo um dos funcionários da CAMPB, com a ampliação da área plantada com uva, o Bebedouro pôde avançar no seu processo de emancipação, já que a uva quase sempre garante retorno econômico certo, pois o mercado principal é o da exportação, tanto para outros Estados quanto para o exterior, o que livra os colonos das pressões do mercado oligopolizado do tomate, sob o controle da agroindústria no Dipolo.

(19)-----
Desta feita a emancipação é colocada como uma política mais geral, atingindo a todos os perímetros do vale do São Francisco e com regras também universais, diferentemente das tentativas anteriores em Bebedouro quando a emancipação atingia apenas este perímetro e com regras casuísticas.

Com isso, já se observam alguns avanços no gerenciamento da CAMPIB, principalmente do ponto de vista dos subsídios concedidos pela CODEVASF, como relatou um dos seus funcionários:

"há um ano atrás o associado pagava uma hora/máquina por um preço totalmente defasado, o resto era pago pela CODEVASF; a água era subsidiada; os insumos também; enfim, os associados, de certa forma, eles tinham muita ajuda da CODEVASF. De julho de 89 para cá o associado passou a pagar o valor real da água ou, pelo menos, muito aproximado do real; passou a pagar uma hora/máquina pelo valor real, (...); enfim, os associados passaram a comprar os insumos por um valor muito aproximado da realidade, ou seja, nós temos que assegurar vender o insumo por um preço diferenciado do mercado (...). Eu diria que os associados estão em plena aceitação, com certas reações, mas na nossa realidade de Bebedouro, os associados não têm grandes ilusões que a CODEVASF vai continuar mandando dinheiro não, (...)" (F. Q. - funcionário da CAMPIB)

No entanto, esse mesmo funcionário reconhece que a emancipação do projeto é parcial e ainda está um pouco longe de ser total, apesar do longo tempo de existência do projeto na região e de sua ampla experiência com agricultura irrigada, como diz no seu relato:

"O mesmo Estado que dá as coisas (de forma paternalista) depois aparece querendo dar uma direção diferenciada. O caso das Cooperativas do DNOCS e da CODEVASF é típico porque estes dois órgãos sempre deram tudo de graça. No caso da CAMPIB há vinte e dois anos a CODEVASF vem jogando dinheiro, implementos, enfim, a CODEVASF sempre financiou e, de repente, esse mesmo Estado acha que esse povo que se acostumou a receber tudo de graça, já está capaz de, sem receber nada, administrar e gerenciar. Eu acredito que sim porque as pessoas têm

condições de dirigir os seus próprios negócios, seus próprios empreendimentos, agora, se você recebeu durante vinte anos tudo de graça, de repente você não recebe nada, você se incomoda". (F. Q. - funcionário da CAMPB).

e analisa a situação do projeto em relação à emancipação:

"Ainda não houve uma emancipação total e absoluta de Bebedouro. A cooperativa ainda tem que pedir. Infelizmente é pedir mesmo à CODEVASF. A CODEVASF, na medida do possível, ainda tá colocando dinheiro. As relações da cooperativa com a CODEVASF é bastante boa. Aqui tudo é caro, principalmente a energia e, em consequência a água. (...) Você tem só duas saídas para pagar essa manutenção, para corresponder aos custos dela: ou você tem dinheiro da CODEVASF ou tem dinheiro da própria produção e, como nós não somos ainda eficientes, como a cooperativa não pôde ser ainda eficiente na comercialização, como ela ainda tá tentando ser eficiente em outros setores, ela tem que conseguir da CODEVASF algumas ajudas para manter esse projeto e, a CODEVASF tem nos ajudado, só que vem diminuindo". (F. Q. - funcionário da CAMPB).

A partir desta realidade, tomando-se o projeto Bebedouro como balizador da análise - um projeto que conta com quase 30 anos de existência; algumas tentativas de emancipação; uma larga experiência com agricultura irrigada; um tipo de irrigação, por gravidade, tecnicamente adequado, (o que não acontece com o Nilo Coelho que utiliza irrigação por aspersão), entre outros fatores favoráveis, como a possibilidade de produzir uva - percebe-se que a emancipação é uma realidade muito mais complexa do que concebe o Estado. Tomando-se as informações sobre dois dos parâmetros que medem o comportamento do projeto em relação à política de irrigação/emancipação - os índices de inadimplência e de

abandono dos lotes pelos colonos - constata-se que estes ainda são muito altos no Bebedouro, como relatou um dos mais antigos colonos:

"Muitos dos mais velhos que entrou aqui, se muito tiver tem 30%". (G. J. S. colono que ocupa um lote de 9 hectares no projeto Bebedouro).

reforçado depois por um dos funcionários da cooperativa:

"Na medida em que o homem que produz na área irrigada paga tudo caro (água, hora de trator, insumo, mão-obra) e na hora que vai vender o produto o preço é irrelevante, no momento que isso acontece, o cara não vai sobreviver muito tempo se ele tá tendo prejuízo ou se ele tá trabalhando apenas pra pagar as contas. De um modo geral o que tá acontecendo é isso: tudo que você compra enquanto agricultor é caro mas, na hora de vender o produto não tem preço. (...) O nosso produto aqui é uma inquietação muito grande, quer dizer, não tem segurança. A única segurança que se tem um pouco mais é com o tomate porque a gente já planta com o contrato feito com a indústria". (F. Q. - funcionário da CAMPIB).

Por outro lado, na tentativa de buscar alternativas para as dificuldades econômico-financeiras colocadas pela política de emancipação, a administração do perímetro começa a apelar para a ocupação empresarial⁽²²⁾

(22)-----
Empresarial aqui quer dizer, que trabalha com conceitos empresariais como custo/benefício, ou seja, o perfil predominante dos produtores dos perímetros tende a ser o de pequenos capitalistas onde aqueles descapitalizados que foram inicialmente selecionados e que não conseguiram acumular - que é a maioria - estão sendo substituídos por outros que já chegam com um nível mínimo de capitalização que possa fazer face a algumas exigências, como a responsabilidade pelas dívidas dos que saíram, além do pagamento das benfeitorias, entre outros. Mesmo aqueles colonos cooperativizados terão que trabalhar agora com outros tipos de procedimentos administrativos e contábeis, além de terem que

de alguns lotes destinados à colonização, como relata um dos colonos, ao falar sobre a produção de uva, reforçado em seguida por um dos funcionários do Distrito de Irrigação do projeto Nilo Coelho:

"Na minha área eu já aumentei mais um hectare, só ainda não tá produzindo. Então eu já tô pensando aumentar mais porque tá chegando uma firma aqui, por sinal tá comprando lote, a vinicóla, né?, da Cooperativa de Aurora. Ela tá com intenção de implantar uma fabricazinha de vinho aqui no projeto e nós já tamos com as mudas aí pra plantar a uva do vinho⁽²³⁾ e eles já compraram dois lotes e vão comprar mais. (...) Os lotes é dos associados que tinha aqui e que justamente venderam os lotes" (entre 6 e e 12 hectares). (G. J. S. - colono do projeto Bebedouro).

"Em Bebedouro cooperativas vindas do sul e centro-sul estão comprando lotes e entregando para colonos vindos de lá. Como exemplo tem a Aurora e a Cotia que tanto compram lotes empresariais quanto de colonos". (J. R. - funcionário do distrito de irrigação do projeto Nilo Coelho)⁽²⁴⁾.

Desta forma, a privatização do perímetro passa a ser tida como um importante recurso, no sentido de buscar sua viabilidade econômica e, em consequência, sua sobrevivência.

dispor de capital, se quiserem permanecer nos perímetros, se transformando assim em produtores modernos de mercadorias.

(23) até o momento da pesquisa os colonos do Bebedouro só plantavam uva de mesa.

(24) Em alguns momentos do texto encontra-se depoimentos de interlocutores ligados ao projeto Nilo Coelho falando de Bebedouro e vice-versa. São contribuições importantes de pessoas que têm ou tiveram laços estreitos com o perímetros em questão.

Este recurso traz consigo, no entanto, a inevitabilidade da mudança de perfil dos colonos que ora ocupam os perímetros públicos. Assim, aqueles que não conseguirem completar o seu processo de modernização e, em consequência, não passarem a utilizar instrumentos de gerência empresarial, estarão fadados à inadimplência que, por sua vez, ao se prolongar, provoca o abandono do lote. Por outro lado, as novas regras estabelecidas com a emancipação obrigam o novo ocupante do lote abandonado a assumir todos os compromissos do antigo colono, o que significa saldar seus débitos com a CODEVASF e/ou com a cooperativa, bem como com o banco, se for o caso. Esta é uma das consequências concretas, já observáveis, da política de irrigação, na sua atual fase, marcada pela emancipação.

Todo esse processo é tido pela CODEVASF como normal. É o que o próprio órgão denomina de "seleção natural".

Por um outro ângulo, no entanto, os resultados até aqui obtidos a partir da colonização, marcados por níveis de renda insignificantes em relação à agricultura de sequeiro antes praticada, significam, também, o fracasso da CODEVASF, bem como de suas antecessoras. Em outras palavras, a transformação de camponeses pobres em

produtores familiares significativamente capitalizados ao ponto de competir no mercado e poder fazer parte da classe média, como versavam os documentos oficiais, fracassou e, juntamente com ela, fracassam também os órgãos responsáveis pela sua implementação por não terem conseguido viabilizá-la.

Portanto, a trajetória de um desenvolvimento truncado e tutelado pela burocracia estatal, do projeto Bebedouro, coloca-o hoje numa condição de fragilidade econômico/produtiva ideal para a sua privatização, que tem se acentuado em um momento que pode também ser considerado ideal, tanto internamente com a política de emancipação, quanto externamente no contexto macro-econômico das políticas econômicas dos últimos governos brasileiros, que aponta na direção de políticas de forte cunho liberal/neoliberal.

2.2- O CASO DO PROJETO NILO COELHO

2.2.1- HISTÓRICO:

O projeto Nilo Coelho teve seus estudos iniciados na primeira metade da década de 60, através de um acordo básico entre o governo do Brasil e as Nações Unidas, tendo sido a FAO (Food and Agriculture Organization), selecionada como agência executora pelo lado das Nações Unidas, e a SUDENE, em contrapartida, pelo lado do governo brasileiro, efetuando-se, a nível de reconhecimento e plano diretor, o levantamento dos recursos de solo e água na região do submédio São Francisco, cobrindo uma área de cerca de 600.000 km quadrados.

Na seleção das áreas potencialmente irrigáveis, insere-se o projeto Nilo Coelho, cujo nome original era projeto Massangano, em função da desapropriação da área do mesmo nome.

O estudo inicial da viabilidade técnica, realizado pela SUVALE em 1969, abrangia uma área de 8.000 ha, levando-se em conta que a irrigação seria efetuada através de bombeamento das águas do rio São Francisco.

Recomendava-se a adoção do sistema de irrigação por gravidade, tendo como limitação a presença de solos arenosos, inadequados para esse sistema e também a ocorrência de camadas impermeáveis a pouca profundidade (após região das raízes) em algumas áreas do projeto.

Os estudos evoluíram entre 1977/1979, a CODEVASF contratou os serviços da Geotécnica para elaboração de um projeto, cujo resultado foi o aumento da área para 15.000 ha, o reforço da conclusão sobre a adoção da irrigação por gravidade e a mudança da captação da água para a barragem de Sobradinho em vez do leito do rio. O projeto não levou em conta as áreas potencialmente irrigáveis acima do canal principal. As obras foram executadas pela CHESF, que deu início à construção da tomada d'água no lago e da galeria de condução sob o dique da barragem. A continuidade das obras principais de drenagem e infra-estrutura auxiliar ocorreu em 1979, financiadas pelo BID.

Em 1980, a Overseas Development Administration (ODA), contratada pelo governo de Pernambuco, estudou a área do projeto, analisando os trabalhos recomendados. A partir desta análise, elaborou um relatório que viria a mudar totalmente os rumos do projeto, ao propor a adoção da irrigação por aspersão e ao considerar a associação da produção agrícola do projeto com o desenvolvimento da

agroindústria na região. o relatório da ODA, curiosamente, chama-se "Desenvolvimento da Agroindústria no Estado de Pernambuco"

A aceitação das proposições apresentadas pela ODA resultou na revisão e adequação de todo o projeto que vinha sendo implantado. Dada a maior eficiência da aspersão sobre o método gravitacional, foi possível incorporar as áreas irrigáveis acima do canal principal, ampliando o total líquido irrigável para mais de 20.000 ha (o estudo da Geotécnica previa uma área líquida irrigável de 12.503 ha). O novo projeto reformulou o original também no que diz respeito aos canais principal, secundários e terciários, substituídos por estações de bombeamento e rede subterrânea de adução e condução da água sob pressão para viabilizar a aspersão.

Estas modificações elevaram os custos do projeto de US\$ 96,7 milhões para US\$ 123 milhões e ampliaram o prazo do seu término de junho de 1984 para dezembro de 1986.

2.2.2- SUA TRAJETÓRIA EM DIREÇÃO À EMANCIPAÇÃO

O projeto Nilo Coelho entrou em funcionamento em 1984, com aproximadamente 1200 colonos chegando hoje, após a conclusão das obras, a assentar em torno de 1500 colonos.

Diferentemente do projeto Bebedouro, que já possuía, em 1985, uma certa estabilidade do ponto de vista da produção, o Nilo Coelho entrou no processo de emancipação completamente despreparado e com muitos problemas estruturais, que até hoje não foram resolvidos, porque a CODEVASF não vem cumprindo o contrato de co-gestão, onde consta que os perímetros devem ser reabilitados num prazo de 5 anos - sendo este o período que dura a co-gestão -, a expensas da CODEVASF, para depois serem emancipados. Além disso, a CODEVASF não se propõe mais a bancar os prejuízos das safras como fez em Bebedouro, principalmente porque a irrigação já se consolidou em seus mais importantes aspectos, como os técnicos e os econômicos.

Mesmo assim, os problemas técnicos específicos do Nilo Coelho são estruturais, ou seja, vêm desde a sua concepção. Os pareceres técnicos iniciais indicavam que a

Irrigação deveria ser feita por gravidade e o projeto deveria ser instalado no lado baiano do Dipolo. O resultado foi a instalação do perímetro no lado pernambucano e com a irrigação sendo feita por aspersão, o que é desfavorável, por exemplo, para a produção da uva.

A partir disso, o Estado, através da CODEVASF, deu andamento à política de emancipação, criando o Distrito de Irrigação, que é um dos mecanismos de instalação da primeira fase da emancipação, chamada de "Co-gestão", onde a CODEVASF continua assumindo algumas das atividades dentro do perímetro como a operação e a manutenção.

Segundo um dos funcionários do Distrito de Irrigação, - o que foi também verificado em algumas entrevistas com os colonos do Nilo Coelho - estes têm uma péssima imagem de cooperativa, refletida neste depoimento:

"Cooperativa foi o diabo que inventou e a CODEVASF aprimorou". (J. R. - funcionário do Distrito, plageando alguns colonos do Nilo Coelho).

Essa imagem que muitos colonos do Nilo Coelho fazem das cooperativas é proveniente da primeira fase da política de irrigação quando a burocracia estatal obrigava todos os colonos a serem sócios; as administrações eram

externas aos associados - como visto no caso de Bebedouro; a prática era fortemente assistencialista; a corrupção imperava; tudo isso fazendo com que os resultados tivessem sido marcadamente danosos aos associados⁽²⁵⁾.

Considerando esse indicador e o fato de a CODEVASF necessitar, ainda, manter um certo controle sobre os perímetros públicos que estão em fase de emancipação, a companhia optou pela criação do Distrito de Irrigação, que viria com o intuito de substituir as associações, no que se refere às suas atuais funções na administração do perímetro e também como alternativa à cooperativa. (ver figura 2.3).

Com isso, fica mantida a tutela do Estado, determinando de que forma os colonos devem se organizar para produzir, mantendo como trunfo o repasse de recursos financeiros para o Distrito.

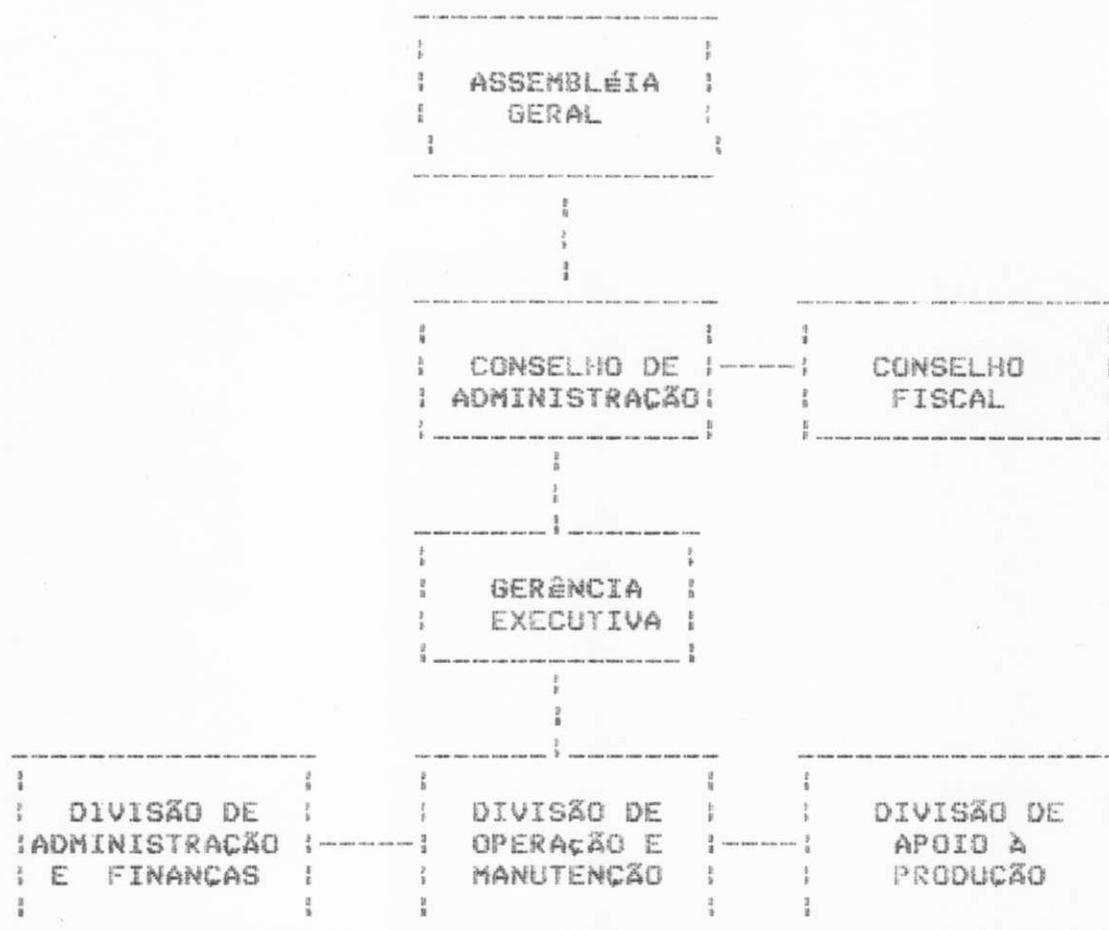
Através deste controle sobre as formas de organização dos colonos, a burocracia estatal implementa a política de emancipação de forma autoritária e com poucas resistências, devido à dispersão organizacional que ainda

(25) ver Bernardo, Maristela B. Capitalismo e relações de produção no campo: os projetos de irrigação no Nordeste. UNB, Brasília, 1978. (Dissertação de Mestrado).

marca os colonos do Nilo Coelho (26).

Figura 2.3

MODELO DE ORGANOGRAMA DO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO



(26) No intuito de vestir esta decisão com uma roupagem democrática, a CODEVASF argumenta que a implantação do Distrito de Irrigação foi decidida através de uma votação entre os colonos. No entanto, pouco mais de 800 dos 1500 colonos votaram favoráveis mesmo com toda a pressão feita pela companhia, segundo informações de alguns dos entrevistados.

A CODEVASF justifica a criação dos Distritos de Irrigação afirmando que "era preciso se encontrar uma alternativa que tivesse o condão de acelerar a emancipação dos perímetros" (CODEVASF: O Distrito de Irrigação, s. d.:01). Esta alternativa é a introdução de um novo modelo de administração de perímetro público chamada de Distrito de Irrigação. Neste sentido, a CODEVASF afirma que "ao entregar a administração aos próprios usuários do projeto, a administração pública economizará recursos que poderão ser investidos em novos projetos de irrigação, expandindo e reproduzindo o modelo" (op. cit.:02). Esta parece ser a justificativa mais concreta visto que a aparente crise financeira por que atravessa o Estado, praticamente o obriga a refazer opções. Curiosamente, no entanto, as novas opções são pela expansão da irrigação em detrimento da recuperação do que existe e se encontra debilitado, como defendia Paiva (1987)⁽²⁷⁾.

Uma das grandes contradições encontradas no documento ora analisado⁽²⁸⁾ e que é merecedora de destaque, diz respeito à forma autoritária como a CODEVASF concebe a criação do Distrito.

⁽²⁷⁾ Esta discussão está colocada de forma mais ampla no capítulo V.

⁽²⁸⁾ CODEVASF: O Distrito de Irrigação, s. n. t.

Na definição do que seja um Distrito de Irrigação a CODEVASF estabelece que:

"o modelo de gerenciamento privado baseado no Distrito de Irrigação pressupõe a criação de uma associação de usuários que, em substituição ao Estado passa a ser responsável pela administração do projeto de irrigação". (op. cit.:01).

Por outro lado, a CODEVASF também determina qual deve ser o caráter da citada associação:

"sendo uma organização privada de caráter coletivo sem fins lucrativos e dotada de personalidade jurídica própria". (op. cit.).

e ainda estabelece suas atribuições:

"tendo por função a administração do patrimônio do projeto, incluindo os bens físicos e financeiros que receba do governo ou de particulares, bem como a cobrança de taxas pela prestação de serviços, como a do fornecimento da água". (op. cit.).

No mesmo documento, no entanto, apenas duas páginas à frente, encontra-se a seguinte afirmativa:

"Para que funcione eficientemente, a implantação dos Distritos deve emanar de decisão política e de conscientização técnica". (op. cit.:03).

No entanto, a atuação de cunho clientelista, paternalista e autoritário da CODEVASF ao longo do tempo não propiciou a existência de um processo de conscientização política que pudesse levar os colonos a tomarem decisões técnicas, também conscientes. Em

consequência os colonos ficam submetidos a um conjunto de pressões, dentre as quais, a ameaça da retirada da CODEVASF da operação e manutenção do perímetro. Isto significa dizer que as alternativas que se lhes apresentarão, dificilmente poderão ser consideradas como uma decisão política livre e muito menos uma conscientização técnica.

As associações, no caso do projeto Nilo Coelho, mesmo com a criação do Distrito de Irrigação continuaram existindo, contudo, em processo de extinção. Esta extinção poderá acontecer em relação a algumas funções da associação, como por exemplo, a administração da assistência técnica.

Atualmente a relação das associações com a CODEVASF está centrada no repasse de recursos destinado ao pagamento dos técnicos de cada associação, o que, segundo um dos funcionários de uma das associações, é insuficiente:

"Além de ser insuficiente, eu poderia até dizer que realmente não dá, tá certo? Só prá você ter uma idéia a CODEVASF, o governo, vem cortando ano a ano os repasses, tá certo? Só prá você ter uma idéia o primeiro ano foi realmente um mar de rosas, tá certo? Houve a aquisição de mei mundo de coisas. No segundo ano nós fizemos um orçamento, ela cortou cinquenta por cento. Esse ano, nada de investimento, só a parte de custeio. No próximo ano eu tenho certeza que não haverá verba do governo federal. Com certeza esse é o último ano". (G. B. - funcionário de uma

das associações do projeto Nilo Coelho).

Segundo informações colhidas através de funcionários do Distrito de Irrigação, o grande problema hoje se constitui no fato de a CODEVASF não estar, sequer, cumprindo o contrato de co-gestão que deu origem à constituição do Distrito de Irrigação, o que se reflete na ausência de condições, principalmente financeiras, para garantir a manutenção da estrutura do perímetro e viabilizar a assistência técnica.

Por tudo isso, o avanço do processo de co-gestão no projeto Nilo Coelho é por demais lento, além de ter produzido resultados bastante tímidos em relação ao que propõem os documentos oficiais.

Em entrevista, o gerente de uma das 11 associações, ao ser perguntado se os colonos já teriam condições para assumir a administração do projeto, mesmo se considerando apenas as atividades relativas exclusivamente ao processo produtivo propriamente dito (assistência técnica, tarifa real da água, gerência plena da associação, entre outros), o mesmo respondeu:

"Uma pequena minoria já teria essa condição. Para o restante seria realmente uma catástrofe, eu garanto a você. Iriam plantar aí mandioca, batata, só pra comer. Não teriam noção nenhuma de comercialização. Seria

realmente uma catástrofe, do meu ponto de vista". (G. B. - funcionário de uma das associações do projeto Nilo Coelho).

Um outro indicador que caracteriza bem a situação do Nilo Coelho é o número de colonos que tem abandonado os lotes, quase sempre por estarem inadimplentes com os bancos (empréstimos financeiros), com a associação (hora de máquina) e com a CODEVASF (energia/água).

O depoimento de um colono assentado no primeiro e mais antigo núcleo do Nilo Coelho (N-1), proporciona uma rápida noção de como se encontra hoje o perímetro, e indica ainda qual deve ser o rumo a ser tomado pelo perímetro em função da política de emancipação, coincidentemente semelhante ao rumo que tende a se configurar no projeto Bebedouro, já discutido anteriormente:

"Aqui ainda num teve um colono que vendesse o lote que num devesse ao banco e à associação. Aí é que eu vejo a dificuldade do pequeno com o grande, porque o grande pode plantar setecentos hectares e o pequeno só pode plantar dois, quer dizer que a fábrica não vai deixar de ser pelos que planta setecentos hectares pra ir panhar dois hectares (...)" (A. R. - colono do núcleo 1 do projeto Nilo Coelho, onde possui um lote de 6 hectares).

completou um outro colono que participava da conversa na associação do N-1:

"Sempre o governo faz isso: se nós temos seis

hectare, ele dá o dinheiro pra dois. Se desse dinheiro pra seis, nós ia formar muito mais do que os empresario lá o tanto que tem". (A. J. S. - colono do núcleo 7 do projeto Nilo Coelho).

Oficialmente, eles alegam motivos os mais variados - como mostram os quadros 2.1, 2.2 e 2.3. No entanto, os depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo apontam como principal motivo do abandono dos lotes a inadimplência, principalmente pelo baixo nível de capitalização, consequência do também baixo nível de acumulação com que estes colonos têm convivido, como relata um funcionário do Distrito de Irrigação:

"Bastou um sério ataque da traça do tomateiro⁽²⁹⁾ em 88/89, para que 95% dos colonos do Nilo Coelho ficassem inadimplentes". (J. R. - funcionário do Distrito).

(29)-----
a Traça do Tomateiro é um inseto que ataca as folhas provocando a diminuição do rendimento da cultura, além da elevação dos custos devido à aplicação de grande quantidade de inseticidas.

QUADRO 2.1

ATIVOS QUE LEVAM OS COLONOS A DESISTIREM DE LOTES NO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO
(JANEIRO/84 A DEZEMBRO/89).

NUCLEOS	N-1	N-2	N-3	N-4	N-5	N-6	N-7	N-8	N-9	N-10	N-11	TOTAL
Falta de condição financeira	03	12	12	15	12	16	16	07	13	12	13	125
Problemas de saúde	01	07	08	08	10	08	10	06	13	09	09	89
Descrédito na política agrícola	-	06	01	02	04	03	02	04	06	03	06	37
Falta de mão-de-obra familiar	01	02	-	-	-	02	02	-	03	01	03	14
Falta de adaptação da família no perímetro	-	02	01	01	01	-	01	-	-	-	-	06
Briga entre famílias	01	-	-	-	02	01	02	-	-	-	02	08
Outros	03	-	-	-	01	01	-	-	-	02	02	09
TOTAL	09	29	22	26	30	25	33	17	35	17	35	260

FONTE: Assessoria de Apoio ao Desenvolvimento Rural.

QUADRO 2.2

PERCENTUAL DO NÚMERO APROXIMADO DOS COLONOS QUE PERMANECERAM E DOS QUE DESISTIRAM DE LOTES
NO PERÍMETRO IRRIGADO SENADOR NILO COELHO⁽³⁰⁾.
(JANEIRO/84 A DEZEMBRO/89)

NUCLEOS	N-1	N-2	N-3	N-4	N-5	N-6	N-7	N-8	N-9	N-10	N-11	TOTAL
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Permanência	90,59	67,95	84,38	86,42	78,68	97,22	83,15	90,71	74,80	88,41	76,42	83,20
Desistência	9,41	32,05	15,62	13,58	21,32	12,78	16,85	9,29	25,20	11,59	23,58	16,30
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Assessoria de Apoio ao Desenvolvimento Rural.

QUADRO 2.3

NÚMERO APROXIMADO DOS COLONOS QUE PERMANECERAM E DOS QUE DESISTIRAM DOS LOTES NO PERÍMETRO
IRRIGADO SENADOR NILO COELHO.
(JANEIRO/84 A DEZEMBRO/89).

NUCLEOS	N-1	N-2	N-3	N-4	N-5	N-6	N-7	N-8	N-9	N-10	N-11	TOTAL
Permanência	77	53	108	140	197	116	148	120	92	122	81	1164
Desistência	08	25	20	22	29	17	30	12	31	16	25	235
TOTAL	85	78	128	162	136	133	178	132	123	138	106	1399

FONTE: Assessoria de Apoio ao Desenvolvimento Rural.

(30)

O percentual de 16,30% de desistência, que aparentemente é pequeno, precisa ser analisado considerando-se a resistência dos colonos em abandonar o lote. (ver depoimento pag.117).

Os dados da tabela 2.1 ilustram, a partir dos próprios dados oficiais, a situação com a qual convivem os colonos dos projetos públicos de irrigação de responsabilidade da CODEVASF. Segundo estes dados, na maioria dos perímetros os colonos não conseguem obter nem o correspondente a dois salários mínimos (referente a dezembro de 1988), através do indicador receita líquida familiar. Por outro lado, pelo fato de esta tabela trazer informações de perímetros, onde não se incluem os que foram escolhidos para a realização das observações empíricas do presente estudo, torna-se menos problemática a generalização das referidas observações e reforça os seus aspectos heurísticos.

Na mesma linha de raciocínio, relatou um funcionário de uma das associações:

"Hoje tem mais vendedores do que compradores, mais gente vendendo do que gente querendo comprar. Aqui mesmo tem uns quatro ou cinco vendendo e apareceu um comprador na semana passada". (G. B. funcionário de uma das associações do projeto Nilo Coelho).

A inadimplência é o principal motivo que provoca o abandono dos lotes e, em consequência, a mudança de perfil dos novos colonos que compram os lotes daqueles que desistem, em relação aos que foram selecionados

TABELA 2.1

PERÍMETROS DA 2ª DR

RECEITA LÍQUIDA TOTAL E FAMILIAR (*)

PERÍMETRO	RECEITA LÍQUIDA TOTAL DTN	RECEITA LÍQUIDA FAMILIAR		
		DTN	US\$	SALÁRIO MÍNIMO MENSAL
SÃO DESIDÉRIO\BARREIRAS SUL	12.471,40	41,99	195,54	0,43
FORMOSINHO	19.846,17	601,40	2.800,62	6,26
CERAÍMA	25.122,75	232,61	1.083,22	2,42
ESTREITO I e II	12.383,06	109,84	511,50	1,14
MANICUBA	36.698,38	132,32	616,19	1,37
CURACÁ	46.748,62	175,08	815,35	1,82
GORUTUBA	41.957,29	124,87	518,51	1,30

(*) DTN média Jan-dez/88 = Cz\$ 1.920,20

US\$ médio Jan-dez/88 = Cz\$ 412,34

Salário mínimo médio Jan-dez/88 = Cz\$ 15.355,08

FORNE: Monitoria da 2ª D. R. da CODEVASF.

inicialmente, tudo facilitado após sucessivas revisões da lei de irrigação, como relataram alguns entrevistados:

"Quem tem comprado lote aqui são gerentes de bancos, comerciantes, fazendeiros. Compram a chave⁽³¹⁾ do lote por valor que não paga a tubulação". (J. R. - funcionário do Distrito de Irrigação do projeto Nilo Coelho).

(31) Os lotes do Nilo Coelho ainda não têm titulação.

De maneira geral, pode-se afirmar que as dificuldades de enfrentamento da crise, provocada pela entrada da política de irrigação em uma nova fase do seu desenvolvimento, fase esta, regida exclusivamente pelas leis do mercado (na qual a emancipação se constitui como principal instrumento no que tange à irrigação pública), são maiores em Nilo Coelho do que em Bebedouro. Em Bebedouro alguns colonos conseguiram reinvestir, na pecuária ou no mercado imobiliário, o pouco capital que conseguiram acumular durante todo o tempo em que lá estiveram. Já em Nilo Coelho isso ainda não foi possível porque, nem mesmo do ponto de vista técnico, o perímetro conseguiu ainda se viabilizar.

CAPÍTULO III

A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOBRE OS COLONOS

O ingresso desse segmento de produtores na irrigação se deu de forma relativamente passiva, já que não existia, naquele momento, um nível acirrado de conflitos expostos nas regiões onde os perímetros públicos foram instalados. Existiam sim, embora distantes daquelas áreas, conflitos pela posse da terra e pela solução do problema das secas mais acirradas, porém, com pouca ressonância nas áreas desapropriadas pela irrigação.

Além da passividade dos assentamentos nos perímetros públicos, o projeto da irrigação do semi-árido foi, num primeiro momento, muito mais produto do interesse de alguns técnicos, funcionários do Estado, os quais, numa aliança com alguns setores empresariais - principalmente do centro-sul ligados à agroindústria e à construção civil - procuraram instalar dois "projetos-piloto" (Mandacaru e

Bebedouro). Foi uma tentativa de, por um lado, dar respostas a uma das reivindicações populares, através da adoção de medidas duradouras para solucionar o problema das secas, e, por outro lado, descobrir novos campos de valorização de capitais agroindustriais, no caso dos grupos empresariais.

Nesse bojo, surgiram os colonos como elemento central da política de irrigação, tanto do ponto de vista político, quanto do ponto de vista econômico.

Do ponto de vista político, ter os colonos como principais beneficiários atendia aos interesses da visão progressista dos técnicos-funcionários do Estado, por ser aquele público as principais vítimas da seca e por se constituírem, naquele momento, em importantes armas no combate aos setores conservadores da região, o que se transformaria em dividendos políticos, através do apoio popular, para execução do projeto de irrigação do semi-árido. Para isso, não faltaram os subsídios e todo tipo de incentivos, como já foi discutido no caso do projeto Bebedouro.

Do ponto de vista econômico, os colonos passaram a ser os únicos produtores resultantes desse processo. Em consequência, eram também os únicos que podiam ser

explorados o que ocorria, basicamente, através da transferência de valor do excedente produzido, cujo destino era a agroindústria.

A grande produtividade da agricultura irrigada - comparada com a agricultura de sequeiro - não é sempre sinônimo de grandes lucros. Na verdade, a agricultura irrigada tem por base custos também elevados. É, desta forma, uma agricultura custosa, mesmo sem se levar em consideração os custos de implantação física da infraestrutura de uso comum. Ou seja, para se produzir um hectare irrigado, necessita-se dispor de recursos suficientes para custear: a preparação do solo (sistematização); a água (energia); os insumos (sementes melhoradas, adubo, agrotóxicos, enfim, todo o pacote tecnológico, cuja necessidade já vem embutida na semente); a assistência técnica; entre outros, como a necessidade de contratação de mão-de-obra extra familiar.

Isso significa também dizer que os produtos produzidos através da agricultura irrigada têm que compensar lucrativamente os custos exigidos pelo processo produtivo. É nesse momento que entram algumas questões fundamentais como: a definição do preço de venda do produto, as condições de comercialização e o destino da produção. Considerando-se que são poucas as opções do que

se produzir - já que esse fator é cada vez mais determinado pelo mercado - e menos ainda os destinos possíveis dos produtos, verifica-se que o estabelecimento de uma relação monopsonica de troca torna-se quase que inevitável.

É, portanto, a partir dessa realidade que são estabelecidos os mecanismos de transferência de valor, onde o poder de barganha das agroindústrias processadoras tem influenciado decisivamente a seu favor, ao longo de todo o processo histórico da irrigação pública.

É por aqui que se explica a entrada da "iniciativa privada"⁽³²⁾ na produção direta de produtos agrícolas (matérias-primas para as agroindústrias e produtos para o consumo "in natura"). Ao eliminar uma boa parte desses condicionantes, os grupos econômicos passam a ter condições de acumular a partir dessa atividade.

No caso da água/energia, por exemplo, o seu custo passa a ser bastante reduzido, quando a produção é feita em escala e em grande quantidade, pois, se passa a utilizar tecnologias mais modernas, como o pivô central

(32) A chamada "iniciativa privada" na irrigação, assim como em outros ramos da economia brasileira, tem muito de privada e pouco de iniciativa. Neste caso, a água é colocada na "porta" do lote empresarial, sem nenhum custo para o usuário.

para irrigar grandes áreas.

No caso do destino da produção, as opções passam a ser bem maiores, pelo fato de se ter condição - através da produção em escala e da possibilidade de se cultivar produtos nobres - de ocupar mercados em regiões distantes e até no exterior, em função da demanda e do preço de venda.

Tendo em vista a ascendência que estes setores têm sobre o Estado, conseqüentemente sobre a formulação de suas políticas, percebe-se que o avanço do processo de consolidação da irrigação foi marcado pela crescente perda de importância dos colonos em relação à estratégia de modernização adotada pelo Estado, à medida em que este foi cedendo às pressões de setores que passaram a ver na irrigação um importante campo de valorização de capitais através da produção direta da matéria-prima. Com isso, ao longo do tempo, foram se instalando na região empresas agrícolas que, altamente beneficiadas pelos favorecimentos públicos, passaram a concorrer com a produção originária dos colonos.

O atual estágio de desenvolvimento da irrigação tem empurrado o Estado a adotar uma postura em relação à irrigação pública, que procura jogar os novos perímetros

públicos de irrigação na chamada "economia de mercado", eliminando os traços de política social inicialmente predominantes.

Evidentemente, a irrigação se encontrando nesta fase, marcada fundamentalmente pela sua consolidação econômica, se constitui agora em um péssimo instrumento de política social, já que o espectro de interesses econômicos é muito maior do que aquele existente em outras fases. Os grandes grupos econômicos, por exemplo, não se contentam mais apenas com o processamento agroindustrial, com o comércio de insumos, máquinas e equipamentos, nem só com a valorização fundiária ou com a construção de grandes obras. Eles partem em busca da valorização dos seus capitais também na produção direta de produtos agrícolas.

Assim é que se explica a opção do Estado pela ampliação (ao invés de consolidar o que já existe) e pela emancipação dos perímetros públicos, marcada por características privatizantes.

Neste sentido, a alteração que a emancipação propicia, ao permitir a venda de lotes, está ocorrendo de duas maneiras: a primeira delas é que mesmo aqueles produtores que foram camponeses pobres antes de serem seleccionados, agora transformados em colonos, sobretudo em

Nilo Coelho, venderam e continuarão vendendo seus lotes quase sempre para pequenos capitalistas urbanos ou para especuladores. A segunda diz respeito aos colonos que serão assentados em novos perímetros, que deixarão de ser minifundiários, pobres, e terão que possuir um nível mínimo de capitalização, mesmo sendo pequenos.

Não obstante essas perspectivas, ainda há uma tendência, à médio prazo, de reconcentração fundiária, mesmo dentro dos perímetros - porque fora já está existindo, como verificou Graziano et alii, (1988) -, neste caso, através da concentração de vários lotes comprados por um só produtor, constituindo lotes maiores. Isso significa também que à medio prazo, a própria existência de pequenos irrigantes está em jogo.

Do ponto de vista macro, essas mudanças coincidem com a adoção de uma postura "neoliberal", pelo Estado brasileiro e pelas mudanças ocorridas nos critérios adotados pelas entidades multilaterais - como o Banco Mundial - para financiamento de projetos nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, no caso específico da América Latina, com reflexos diretos nas políticas de desenvolvimento regional, como é o caso da irrigação.

Deste modo, os colonos que eram considerados, no

início, elemento central da irrigação, passaram, no atual momento, a "primos-pobres", assistidos, dispendiosos, etc., ou seja, estabelece-se um certo paradoxo: quanto mais se consolida a irrigação no Nordeste, menos importantes são os colonos⁽³³⁾.

Do ponto de vista da sua trajetória enquanto categoria social, as indicações da pesquisa apontam no sentido de que os atuais colonos, que estavam antes inseridos em diversas categorias de trabalhadores, tanto rurais, quanto urbanos tendem hoje, no limite, para a sua reinserção em categorias anteriores e/ou para a sua transformação em assalariado, já que, na sua maioria, aqueles que possuíam terra ou outro tipo de propriedade urbana antes de se transformarem em colonos, as perderam e dificilmente terão condições financeiras de as recuperarem.

Um outro dado importante colhido pela pesquisa, através das entrevistas, é que 100% dos entrevistados afirmou que não tinham qualquer interesse em abandonar seus lotes em troca de outra atividade, como pode ser percebido nesse relato:

(33) Uma importante contra-argumentação a esse respeito pode ser encontrada em Carvalho (1988), onde o autor trata do custo para criação de um emprego no Nordeste. (ver tabela anexo 1).

"Aqui só se trabalha para o comércio e, outra coisa não. (...) Agora, a vantagem que nós temos aqui é porque se nós estamos aqui (na casa onde estava sendo feita a entrevista) já estamos pensando para onde vamos: se nós estamos na roça já temos a certeza para onde vamos. Pronto, a vantagem é essa. De qualquer maneira né? Tem outra liberdade, que isso vai se acabar mais logo, é que nós plantamos, colhemos, vendemos a quem quiser - a não ser industrial, o tomate, né? (...). (J. G. - colono do núcleo 4 do projeto Nilo Coelho, onde possui um lote de 6 hectares).

Esse mesmo colono chega até a apontar a viabilidade do projeto, para justificar a sua permanência:

"Nós não podemos dizer que aqui tá tudo escuro (...) porque realmente não tá mesmo. A dificuldade nossa aqui só é agente não arranjando o recurso próprio pra não passar muita humilhação ao banco, ao comércio, plantar na época certa, porque se agente arrumasse um meio de andar sempre na época certa e, (...)" (op. cit.).

Este dado está relacionado com possíveis formas de resistência daqueles colonos ao processo de privatização dos perímetros públicos, assunto que é discutido no capítulo IV.

CAPÍTULO IV

O ESTÁGIO DE AMADURECIMENTO POLÍTICO DOS COLONOS

A discussão sobre o estágio de amadurecimento político dos colonos, enquanto categoria social, se torna mais compreensível, quando se considera o processo histórico de sua constituição enquanto colono.

Do ponto de vista político observou-se que os atuais colonos são oriundos de uma gama diversa de categorias de trabalhadores, da cidade e do campo. Contudo, trazem em comum - com exceção daqueles que são oriundos das lutas dos desabrigados pela construção de reservatórios de água (as barragens) - um traço de pouca ou nenhuma tradição de envolvimento em movimentos reivindicatórios, sindicais, muito menos partidários. Este fator emperra fortemente o seu amadurecimento político-organizativo nas atuais circunstâncias, ainda que as condições objetivas para que esse amadurecimento aconteça

estejam muito mais evidentes do que em períodos anteriores, antes da irrigação ou mesmo nos seus primórdios.

Além da questão da sua origem, acima colocada, ainda se coloca a questão da sua inserção no processo produtivo da agricultura irrigada, agora como colono. Este "novo camponês" passa a ser em parte patrão e, em parte trabalhador, por exigência do próprio processo produtivo. Por outro lado, as formas, através das quais o mesmo foi inserido no processo de modernização passaram a agravar ainda mais essa sua dupla representação⁽³⁴⁾.

Essa situação engendra algumas contradições fundamentais que ajudam a compreender o processo de amadurecimento político dos colonos.

Uma destas contradições está, por um lado, na ambiguidade criada pela filiação da grande maioria deles ao sindicato patronal e, por outro lado, na ausência de autonomia no âmbito do processo produtivo, ficando quase que na total dependência do Estado, que por sua vez tem

(34) A criação dessa categoria de "camponês modernizado" foi totalmente passiva, onde a terra foi "concedida" e as condições para seguir produzindo foram completamente artificiais, do ponto de vista da economia de mercado capitalista, na qual estão hoje "sendo ingressados".

cedido muito mais às pressões de interesses das agroindústrias que, não por acaso, também são patrões.

Uma outra importante contradição se situa no âmbito do acesso à propriedade da terra. Na medida em que os colonos têm acesso à terra - neste caso, de forma "concedida", ou seja, não conquistada - torna-se difícil que eles lutem para que outros tenham também este acesso. Isso significa dizer que a sua luta tem sido bastante imediatista, localizada, não abrangendo ainda, sequer, a irrigação pública.

Em função disso tem surgido um certo impasse quando as dificuldades econômicas afloram, como no atual momento, onde, em função das crises de viabilidade da produção, provocadas principalmente pela emancipação (no que se refere à reabilitação dos perímetros e ao preço da energia) e pela política de preços das agroindústrias (tanto no que se refere à compra de insumos quanto à venda do produto), passa a ocorrer um relativo aumento nos índices de inadimplência que, quando se prolonga, tem como consequência o abandono dos lotes.

Nesse momento - como também identificou a pesquisa empírica - os colonos ficam sem ter muito a quem recorrer, devido à sua desarticulação com os movimentos

dos trabalhadores e à sua submissão aos interesses dos patrões que são, em muito, responsáveis por estas crises, contando inclusive com a colaboração da CODEVASF.

Ao se buscar uma possível comparação entre Bebedouro e Nilo Coelho, observa-se que os conflitos de classe existentes na primeira fase de Bebedouro eram diferentes em termos de formas de acumulação. Naquela primeira fase os conflitos existentes tinham como elemento central a questão da terra. Já na fase atual o elemento central passa a ser a valorização de capitais produtivos a partir da irrigação. Nesse contexto, no entanto, a questão da terra continua como uma questão estratégica, inclusive com uma conotação diferenciada das fases anteriores no que se refere à sua valorização, hoje bem maior em função das obras de infra-estrutura física realizadas ao longo do vale do São Francisco.

Agora, com Nilo Coelho, os conflitos continuam existindo, só que são de outra ordem. Nesta fase as pressões dos grandes grupos econômicos vêm mais no sentido de que o Estado passe a formular políticas que viabilizem a acumulação a partir da própria irrigação, seja através da agroindústria, que perpassa os dois momentos, seja através da produção direta de produtos agrícolas ou da concentração das terras já valorizadas com as obras de

infra-estrutura.

No que se refere aos colonos e seu envolvimento com os referidos conflitos, estes logravam, antes de tudo, a proteção da CODEVASF que tinha interesse em preservá-los.

Hoje a CODEVASF já cedeu às pressões referidas e, diferentemente do tratamento dado aos primeiros colonos de Bebedouro, essa burocracia não tem mais o interesse de preservar os colonos a qualquer custo. Isto decorre tanto da crise financeira por que passa o Estado (como afirmam os documentos oficiais, muitos deles já analisados), quanto do fato de que, do ponto de vista da viabilização da irrigação, nos seus mais variados aspectos, eles já cumpriram o papel que lhes foi atribuído pela burocracia estatal no decorrer do processo de implementação da política de irrigação.

Isto significa dizer que mudam, também, os principais eixos de aliança da CODEVASF com os setores envolvidos com a irrigação, a partir do que, fatalmente, passa a ser reduzida a importância dos colonos, quando comparada com fases anteriores da política de irrigação.

A partir daí, colocam-se novas perspectivas do

ponto de vista dos rumos que a política de irrigação passa a tomar. Esse contexto aponta para uma crescente privatização da irrigação. Aqueles que não conseguiram completar seu processo de modernização e se inserir de forma concreta e independente no mercado - seja individualmente, seja de forma cooperativizada - estão fadados à inadimplência por falta de suporte econômico que lhes possa garantir a permanência nos lotes nos momentos de crise de produção, além do seu potencial para competir no âmbito da escala de produção.

Por outro lado, na primeira fase da política de irrigação, o comportamento político dos colonos foi dotado de um caráter muito individualista, assumindo o paternalismo da burocracia estatal e buscando realizar sua acumulação. Em função disso, inclusive, não procuraram alianças com os setores mais organizados da sociedade civil, nem com as entidades representativas dos trabalhadores rurais, sendo que estas, por sua vez, não se preocuparam em formular políticas para estes setores.

Num segundo momento - a fase atual - as contradições colocadas pela trajetória da política de irrigação - inadimplência, taxa de evasão, dificuldades produtivas causadas pela debilidade progressiva dos lotes, etc. - foram significativas e despertaram, de certa forma,

um outro nível de comportamento político, ao nível dos "sujeitos coletivos", porém deparando-se com um decisivo grau de isolamento da sociedade, com uma ainda pequena unidade interna e formas de representação limitadas, pelo menos a nível "institucional".

De qualquer forma, apesar de não se constituir em objeto principal desse estudo⁽³⁵⁾, foi detectado, durante a realização das pesquisas empírica e documental, que existe um nível de intervenção política por parte dos colonos que os coloca na qualidade de sujeitos ativos do processo de implementação da política de irrigação, fazendo com que esse processo não ocorra de forma linear e vertical como, na sua maioria, os estudos têm percebido.

Assim, através de um determinado grau de detecção/apropriação das contradições engendradas na política de irrigação e, utilizando-se de instrumentos nem sempre perceptíveis por parte dos analistas, estes atores sociais têm produzido um nível de respostas políticas, certamente ainda insuficientes, mas que têm influenciado,

(35) A discussão sobre este aspecto, aqui desenvolvida, pretende apenas indicar a existência de um processo de politização dos colonos, (enquanto categoria) social, e levantar questões pertinentes a este processo que possam ser melhor trabalhadas em outros estudos.

até certo ponto, o ritmo de implementação da referida política.

Por outro lado, o processo de construção das formas de resistência/sobrevivência, assim como de sua identidade enquanto sujeitos coletivos, é também influenciada negativamente pela ausência de políticas no interior do Movimento Sindical, dos Partidos Políticos, bem como da Igreja, políticas estas que os considerem como trabalhadores rurais.

A unanimidade dos colonos entrevistados desconhece completamente qualquer intervenção das instituições citadas que dissessem respeito à política de irrigação. Em consequência, em torno de 90% dos colonos são filiados aos sindicatos patronais de Petrolina e Juazeiro. Muitos deles acham mesmo que são patrões. Aqueles que são filiados aos respectivos sindicatos de trabalhadores rurais o são, principalmente, por causa do serviço assistencial (médico e odontológico), que também perde em concorrência para os serviços do mesmo tipo prestados pelo sindicato patronal.

Diante dessa realidade, considerando-se a trajetória social e política da grande maioria dos

colonos, marcada pela ausência de tradição de organização político-institucional, nota-se que o avanço no seu processo organizativo em um novo ambiente se torna muito mais lento e debilitado quando não se pode contar com outros mediadores além do Estado, já que este tem cedido muito mais às pressões dos grandes grupos econômicos.

De qualquer forma, mesmo com todo esse conjunto de dificuldades do ponto de vista da elaboração de uma visão mais sistemática da realidade, os colonos têm, individual ou coletivamente, conseguido, com seus próprios instrumentos, elaborar uma certa percepção do momento atual da política de irrigação, principalmente no que se refere à política de emancipação.

Essa percepção, no entanto, ainda é muito difusa, refletindo o seu próprio grau de desarticulação política.

Para uns, a emancipação tem sido uma coisa muito nebulosa, muito mal explicada, como relatou um dos colonos do Nilo Coelho:

"(...) Agora tudo indica que a coisa vai mudar muito contra nós. Eu digo que seja contra nós. Criou-se um tal de um Distrito e esse Distrito ninguém tá sabendo o que vai significar". (J. G. - Colono do núcleo 4 do projeto Nilo Coelho, onde possui um lote de 6 hectares).

Para outros, é uma coisa bastante desejável, como se pode ler em algumas das conclusões da Carta de Caldas Novas, resultante do "I Seminário sobre co-gestão dos Projetos Públicos de Irrigação", datada de 03 de dezembro de 1987 e assinada por 19 representantes de cooperativas e associações do vale do São Francisco:

"1- A co-gestão dos projetos é meta eficaz e irreversível.

2- Existe conscientização dos colonos sobre as vantagens obtidas com a emancipação dos projetos".

Nessa mesma linha de percepção, relatou um dos funcionários da cooperativa do projeto Bebedouro (CAMP1B):

"Em Bebedouro esse processo está tendo plena aceitação, com certas reações, é claro, porque os colonos não têm ilusão de que a CODEVASF vai continuar mandando dinheiro". (F.Q. - funcionário da CAMP1B).

Para outros, ainda, a emancipação está sendo uma desgraça. É o que se observou, fundamentalmente no Nilo Coelho, devido à sua maior fragilidade econômico/produtiva, como relatam o gerente de uma das associações e um dos funcionários do Distrito de Irrigação do Nilo Coelho:

"Uma pequena minoria já teria essa condição.

Para o restante seria realmente uma catástrofe, eu garanto a você. Iriam plantar aí mandioca, batata, só prá comer. Não teriam noção nenhuma de comercialização. Seria realmente uma catástrofe, do meu ponto de vista". (G. B.- gerente de uma das associações do Nilo Coelho).

"Estão mudando de nome para Distrito e com a mesma coisa: a CODEVASF continua mandando. Na hora que a CODEVASF tira o dinheiro não funciona"⁽³⁶⁾. (J.R. funcionário do Distrito).

Por outro lado, as críticas feitas por uma boa parte dos analistas têm se concentrado mais na atuação paternalista e assistencialista do Estado, por terem tido estes aspectos uma importância realmente decisiva na condução da política de irrigação, tendo se constituído em um dos instrumentos de uma também política de controle do processo de implementação da irrigação, pela burocracia estatal. Recentemente essas críticas passaram a ser assumidas pela própria CODEVASF, como autocrítica da sua intervenção e, ao mesmo tempo, justificando a implementação da política de emancipação dos perímetros públicos, como forma de dar maior liberdade de ação aos colonos em todos os aspectos que dizem respeito ao perímetro.

(36) Na época da pesquisa de campo - data dessa entrevista, 25 de novembro de 1990 - o Distrito de irrigação do projeto Nilo Coelho estava devendo três meses de salário aos seus funcionários, enquanto que as associações do mesmo projeto já deviam cinco meses de salário aos seus funcionários, por falta de repasse de recursos, por parte da CODEVASF, para as duas entidades.

A partir desse momento, uma questão passa a ter relevância: ou a emancipação vai proporcionar uma situação de liberdade para os colonos, como afirma a CODEVASF, (liberdade esta que será efetivada com a sua retirada da administração dos perímetros), ou vai proporcionar uma situação de abandono dos colonos por parte da CODEVASF, (ao não se responsabilizar pela manutenção e pela operação do perímetro), favorecendo ao funcionamento das regras do "livre mercado" em relação a um setor completamente despreparado e descapitalizado para seguir as regras estabelecidas, com base na competição entre capitais.

A diversidade de formas com que os colonos vêm a emancipação, demonstra, portanto, que existem realidades bastante diferenciadas de um perímetro para outro e até de um núcleo para outro, dentro do mesmo projeto.

Por um lado, existem diferenças do ponto de vista da estabilidade econômica do perímetro como um todo ou do colono individualmente. Por outro lado existe, o que é quase que geral, uma falta de visão de conjunto da problemática, levando, mesmo aqueles que conseguem percebê-la de forma mais crítica, a não conseguir elaborar a sua percepção tendo em conta o conjunto das questões.

Este quadro reforça a importância dos encontros

e seminários que vinham sendo realizados até o momento da pesquisa, no sentido de que esse é um dos raros e importantes espaços de discussão e sistematização de uma visão o mais homogênea possível da problemática da irrigação.

4.1- OS ENCONTROS E DISCUSSÕES COMO ESPAÇOS POLÍTICOS E CONTRADITÓRIOS DA POLÍTICA DE EMACIPAÇÃO

"O sucesso ou o fracasso de projetos dessa natureza estão em grande medida condicionados às respostas (atitudes) dadas pela população desapropriada/reassentada frente ao impacto mesmo do projeto, por desagregar a base comunitária anteriormente existente⁽³⁷⁾". (SALLAS, 1989:02)

Neste sentido, salvo algumas exceções, como o caso de Itaparica⁽³⁸⁾ aqueles grupos sociais produtos de assentamento/reassentamento por ocasião da instalação de projetos públicos de irrigação no Nordeste, apesar de constituírem uma base comunitária, carecem da construção da sua própria identidade enquanto grupo.

(37) Através de funcionários da CODEVASF, tomou-se conhecimento do relatório de uma consultoria encomendada pela própria CODEVASF à Antropóloga Dra. Ana Luiza F. Sallas, que teve por objetivo um reconhecimento preliminar da realidade sócio-cultural dentro dos perímetros irrigados diante da estratégia de emancipação.

(38) Ver MACHADO, E. P. et alli: Poder e Participação Política no Campo. São Paulo-Salvador, 1987.

Um dos fatores que contribui para isso é o fato de naquela base territorial - o perímetro - não existir mais a mesma base comunitária que foi desapropriada, o que ocorre por vários motivos: nem todos são reassentados; além dos reassentados são assentados outros que são estranhos à antiga comunidade⁽³⁹⁾; ocorrem mudanças radicais no processo produtivo; carecem agora, mais do que antes, da presença e da intervenção de outros mediadores; etc.

(39) Citando Donald Pierson, SALLAS (1989) observa que "Devido mesmo às condições ecológicas do Vale do São Francisco, existe a presença de três tipos de habitantes: os moradores das cidades, os veredeiros e os generalistas. Os moradores das cidades e vilarejos ganham a vida no comércio em lojas pequenas e mal abastecidas, como artesãos, em serviços outros prestados aos moradores ou na criação de gado em enormes latifúndios (que não foram legalmente delimitados ou registrados). Os veredeiros ou moradores das veredas da caatinga, geralmente analfabetos e extremamente pobres, vivem na lavoura de subsistência ou como vaqueiros empregados pelos grandes senhores de terra. Os generalistas ou habitantes das imensas campinas, são caçadores e agricultores em escala muito limitada, porquanto os enormes areíões apresentam-se quase sempre estéreis".

Neste sentido, SALLAS considera que:

"Se antes estes pequenos produtores se constituíam enquanto uma comunidade, o que para sabermos teríamos que recorrer à etnohistória da região, no momento fica difícil de perceber se existe dentro dos perímetros irrigados uma comunidade, entendida aqui dentro das seguintes características: a) uma definida área ecológica; b) um grupo de pessoas interagindo socialmente; c) certos interesses e valores comuns. Com relação à definição de comunidade, temos que reconhecer no que diz respeito ao primeiro e segundo elementos, diríamos que estamos diante de uma comunidade agregada ainda à constituição de todo um aparato institucional comum a esta população (O NÚCLEO HABITACIONAL, A ESCOLA, O POSTO DE SAÚDE, A COOPERATIVA, A ASSOCIAÇÃO, O LOTE). No entanto percebe-se que não tem existido de modo articulado os chamados interesses e valores comuns. Isto pode ser constatado pela desarticulação entre boa parte dos agentes sociais envolvidos, estabelecendo-se na prática um "jogo de empurra", diante das responsabilidades de cada parte envolvida com a situação atual dos perímetros irrigados, lançando-se assim estas responsabilidades sempre para o "outro" (CODEVASF, COOPERATIVAS, COLONOS, TÉCNICOS)". (op. cit.:09).

A pesquisa, no entanto, observou que, mesmo existindo uma certa lentidão e uma certa desarticulação "político-institucional", em relação ao processo de amadurecimento político dos colonos, além de uma certa ambiguidade em relação à sua "situação de classe"⁽⁴⁰⁾, está em curso um processo de construção de uma identidade, enquanto sujeito coletivo, a partir das novas bases comunitárias, onde o perímetro passa a assumir essa condição de base comunitária e alguns interesses comuns

(40) Em relação à categoria sociológica "Situação de Classe", ver Bourdier (1987:3-25).

podem já serem percebidos, ainda que não existam formas organizadas de expressá-los, como por exemplo: permanecer no lote a todo custo; não se emancipar, da forma como está sendo feita a emancipação, ao contrário do que diz a CODEVASF, nem também continuar completamente dependente da mesma CODEVASF como era antes; cobrar a reabilitação dos perímetros à CODEVASF (no caso do Nilo Coelho); aumentar a área plantada com uva (no caso do Rebedouro).

Neste sentido, dois indicadores podem reforçar essa percepção: o primeiro diz respeito ao fato de ter havido uma apropriação do termo "colono" pelos irrigantes, como forma de se definirem, tanto econômica quanto politicamente, na medida em que, a partir daí - de se identificarem enquanto colonos - possam vir a ocupar o espaço de reivindicações que esta situação propicia e que lhes interessa; o segundo diz respeito aos documentos - "Cartas" - resultantes dos encontros dos irrigantes que indicam que os impactos que têm causado as atuais mudanças de rumo ocorridas na política de irrigação têm, ao mesmo tempo, provocado um determinado nível de afloramento das contradições engendradas na política de emancipação que, em certa medida vem contribuindo para desencadear um processo de construção de instrumentos políticos no sentido de responder às questões colocadas pelo enfrentamento cotidiano.

Uma análise sucinta dos documentos resultantes dos encontros realizados pelos colonos irrigantes dos perímetros públicos do vale do São Francisco, ainda que na maioria das vezes tenham sido promovidos pela CODEVASF, proporciona uma visão panorâmica do comportamento destes "sujeitos sociais"⁽⁴¹⁾, no que se refere ao ritmo de avanço do seu processo organizativo.

Estes encontros começaram a acontecer no período posterior à implementação da política de emancipação, como uma estratégia que visa a sua legitimação. Assim, na tentativa de vestir a política de emancipação com uma roupagem democrática, a CODEVASF decidiu promover seminários de irrigantes, que tinham o objetivo de preparar os colonos para a convivência com a emancipação, discutindo, num primeiro momento, a co-gestão.

É importante observar que o primeiro evento realizado - "I SEMINÁRIO SOBRE CO-GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO" em Caldas Novas (GO) - teve um caráter exclusivamente diagnosticador dos entraves à implementação do processo de co-gestão, como passo inicial para a completa emancipação dos perímetros públicos. Isso significa dizer que, quando chamados a discutir, os

(41)-----
Sobre a categoria "sujeitos sociais", ver Sader (1988).

irrigantes já entraram numa etapa posterior à própria decisão de se realizar a emancipação, inclusive do ponto de vista formal e jurídico.

Ao abrir a CARTA DE CALDAS NOVAS, tem-se a seguinte redação:

"Este documento contém as conclusões do I SEMINÁRIO SOBRE CO-GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, realizado em Caldas Novas (GO), no período de 30/11 a 4/12/87, patrocinado pela CODEVASF. É resultado das discussões entre os representantes das organizações (cooperativas e associações) dos agricultores dos perímetros de irrigação do vale do São Francisco".

Algumas conclusões tiradas do encontro dão uma idéia da tentativa, por parte da CODEVASF, de buscar, através deste mecanismo, o apoio dos colonos:

"CONCLUSÕES:

- 1- A co-gestão dos projetos é meta eficaz e irreversível.
- 2- Existe conscientização dos colonos sobre as vantagens obtidas com a emancipação dos projetos.
- 3- Houve aumento de produtividade e de produção, diminuição da inadimplência e melhoria das condições de vida dos colonos dos perímetros já emancipados.
- 4- Existe resistência de algumas diretorias regionais e de órgãos de assessoria à CODEVASF ao processo de emancipação.
- 5- A CODEVASF oferece apoio integral aos projetos sob o regime de co-gestão.
- 6- É preocupante a atual política de crédito agrícola e,

nesta oportunidade, formalizamos nossa moção de protesto em nome de todos os irrigantes conhecedores da inviabilidade da maioria das atividades agrícolas com as atuais taxas praticadas de 7% (sete por cento) de juros mais OTN.

7- A maioria dos produtores ainda não tem um nível de tecnologia suficiente para alcançar produções que remunerem o atual custo do capital ofertado pelos agentes financeiros."

No final, seguem as assinaturas dos representantes dos irrigantes, num total de 11 cooperativas e 8 associações.

Apesar de todos os desvios que possam ter ocorrido com aquele primeiro encontro, ele serviu para aproximar os irrigantes que, por estarem reunidos, discutindo seus problemas comuns, exercitaram, mesmo que inconscientemente, o processo de construção de sua identidade, o que, de certa forma, contribuiu para a realização do segundo encontro.

O segundo encontro foi realizado entre os dias 27 e 29 de abril de 1988, na cidade de Propriá, no estado de Sergipe e chamou-se 1º ENCONTRO DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO, isso porque o primeiro foi denominado de "Seminário sobre Co-gestão".

Este encontro foi promovido, diferentemente do

anterior, pelo CONVASF - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social dos perímetros irrigados do baixo São Francisco e contou com a presença de 15 associações e 8 cooperativas de todo o vale do São Francisco e seus respectivos técnicos e gerentes, além de dirigentes da CODEVASF.

Segundo a própria CARTA DE PROPRIÁ, este evento caracterizou-se como sendo de extrema autenticidade por ter sido patrocinado pelas próprias entidades presentes, constituindo-se desta forma numa iniciativa histórica no âmbito das organizações de classe existentes ao longo do vale do São Francisco.

Dentre as 4 cartas a que se teve acesso durante a pesquisa documental, esta foi a mais avançada, demonstrando ter havido, do 1º seminário sobre co-gestão para o 1º encontro de cooperativas e associações, um avanço relativamente grande no processo de conscientização dos irrigantes.

Um dos trechos da carta deixa transparecer este avanço:

"Nesta oportunidade, em que a grande maioria das associações e cooperativas dos perímetros irrigados do vale do São Francisco, estiveram presentes nesse encontro,

veio nos proporcionar além de um intercâmbio de experiências e idéias entre todos os presentes, a descoberta dos problemas e o encontro de soluções de interesses comuns". (carta de Propriá, 1988:03).

A partir daí, pode-se obter, através de outro trecho, uma noção bem melhor do citado avanço:

"Neste sentido, consideramos a proposta da CONVASF de fundarmos a Federação dos Colonos Irrigantes do Vale do São Francisco, de grande importância. Sem dúvida alguma, será através de uma entidade única no vale do São Francisco que venha atuar na defesa dos nossos interesses, é que de fato iremos alcançar um nível de organização suficiente para ultrapassarmos as grandes barreiras que o sistema impõe sobre os pequenos agricultores do nosso país". (op. cit.)

Mesmo considerando-se que este é um documento oficial, principalmente porque está assinado por 15 associações e 8 cooperativas, é necessário que se faça um paralelo com as informações colhidas a partir da pesquisa de campo, que apontam fortemente para uma realidade, a nível das bases, ou seja, do conjunto dos irrigantes, diferente da que está explícita na carta de Propriá. Assim como se pode dizer que a carta de Galdas Novas é "a cara" dos funcionários da CODEVASF, pode-se também dizer que a carta de Propriá é "a cara" de algumas poucas lideranças que cresceram no seio dos irrigantes, bem como de alguns técnicos comprometidos com os interesses destes irrigantes.

Os dados colhidos pela pesquisa dão conta de que a maioria dos colonos dos perímetros pesquisados é filiada ao sindicato patronal e não ao sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolina ou de Juazeiro, em grande parte alegando como justificativa, a infraestrutura de assistência médica e odontológica existente no sindicato patronal. Este é um dos fortes indicadores de que o nível de discussão política no conjunto desta camada social ainda se encontra bastante incipiente.

Por outro lado, em contato com algumas lideranças, estas informaram que praticamente não existe uma atuação mais articulada do sindicato dos trabalhadores rurais do município, junto aos colonos irrigantes. Não se fala também em nenhum tipo de trabalho pastoral e nem dos partidos políticos. No entanto, o fato de já existirem lideranças expressas, permite identificar que existe um potencial de organização político-reivindicatório, autônomo e combativo que possa dar respostas às questões que hoje estão colocadas para estes produtores.

Naquele mesmo ano, (1988), a CODEVASF promoveu o III SEMINÁRIO SOBRE CO-GESTÃO, de 11 a 17 de dezembro, novamente em Caldas Novas - GO.

Segundo a CODEVASF, foram discutidos, entre

outros temas, os perímetros, a organização dos agricultores, a capitalização/autosuficiência e a emancipação dos perímetros.

Observa-se, a partir da leitura dessa carta, que as discussões não tiveram o mesmo nível de politização que tiveram no encontro de Propriá. O próprio caráter de seminário, já tirou muito da liberdade dos colonos, principalmente, por não ter "caráter deliberativo" e sim, "de formação". Por outro lado, o fato da iniciativa ter partido da burocracia estatal já coloca, mesmo que não deliberadamente, alguns limites para a discussão.

Contudo, percebe-se também um avanço nas discussões em relação ao I SEMINÁRIO, ocorrido em Caldas Novas (GO), mesmo considerando-se a participação da CODEVASF, da forma como foi antes caracterizada. Através das conclusões a que chegou o Seminário, contidas na II carta de Caldas Novas, que pode-se detectar tal avanço:

- "SOBRE A EMANCIPAÇÃO

1- Todos querem a emancipação, porque os agricultores sabem cuidar melhor dos seus interesses do que a CODEVASF, desde que:

a- As organizações⁽⁴²⁾ sejam fortalecidas e bem assessoradas tecnicamente pela CODEVASF;

(42) São consideradas organizações, neste caso, as cooperativas e as associações.

- b- O perímetro esteja funcionando normalmente;
- c- Os lotes sejam titulados;
- d- Sejam feitas as obras complementares e de melhoramentos necessários;
- e- Seja incentivada a criação de agroindústrias".

Estas reivindicações, quando comparadas com as conclusões do I SEMINÁRIO, são dotadas de um maior nível de clareza política.

Por um lado, o desenrolar da política de emancipação tende a forjar este avanço, proporcionando, para os pequenos irrigantes, as condições necessárias a uma crescente mudança no caráter das suas reivindicações, no sentido da sua politização, ajudada também pelo avanço do processo de construção da sua própria identidade.

Por outro lado, o nível de politização e o caráter das discussões ocorridas no 1º ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DOS PERÍMETROS IRRIGADOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO, em Propriá - SE, promovido pelos próprios irrigantes, refletiu e influenciou fortemente este II SEMINÁRIO SOBRE CO-GESTÃO, principalmente, porque aquele encontro traduziu com muito mais autonomia política as reivindicações dos colonos.

O último encontro de que se teve notícia, por ocasião da pesquisa, se realizou na cidade de Garanhuns - PE, em torno do dia 27 de outubro de 1989 e teve também o caráter de seminário promovido pela CODEVASF.

No decorrer do texto, a carta de Garanhuns trata quase que exclusivamente de problemas técnicos, na sua maioria, ligados à operação e manutenção da infraestrutura de uso comum dos perímetros públicos. Mesmo quando trata da emancipação, a carta privilegia o aspecto técnico, levantando aqueles problemas que estão tornando cada vez mais difícil o processo de co-gestão.

Em suma, as questões tratadas e que constam da carta de Garanhuns são:

- I- Operação e manutenção de perímetros irrigados;
- II- Reabilitação de perímetros irrigados;
- III- Formas de organizações existentes;
- IV- Mecanização e outros serviços;
- V- Comercialização;
- VI- Emancipação.

Grosso modo, o que se observa na carta de Garanhuns é a repetição de muitas questões já discutidas nos encontros anteriores. Isso ocorre, fundamentalmente,

porque estes seminários não têm "caráter deliberativo", ou seja, os colonos levantam os problemas, apontam as soluções, as quais são redigidas em forma de carta (conclusões) do encontro, esta por sua vez, é enviada para a diretoria da CODEVASF, que decide o que deve ser resolvido.

Mesmo assim, estes seminários têm se constituído em raros espaços de aproximação e de discussão pelos Colonos, das suas principais problemáticas ligadas à agricultura irrigada, o que, de uma certa forma, favorece o avanço do processo de construção de sua identidade enquanto colonos (produtor familiar tecnificado), o que também se reflete no seu processo de organização, politizando as suas reivindicações e até criando novas formas de organização, além das associações e cooperativas, como é o caso da federação dos colonos irrigantes do vale do São Francisco que, após o encontro de Propriá, passou a ser discutida também nos próprios seminários sobre co-gestão, promovidos pela CODEVASF.

A partir dessas informações, pode-se observar que existe, de fato, uma grande resistência por parte dos colonos em abandonar a atual atividade, mesmo com o nível de dificuldades existente.

No caso do Nilo Coelho, por exemplo, mesmo com todos os problemas técnicos e estruturais lá existentes, ocorre uma certa demanda, no que se refere aos lotes que estão sendo abandonados. A explicação para esse fato reside na viabilidade econômica desses lotes, ainda que o perímetro esteja em processo de emancipação e com a infra-estrutura individual e de uso comum debilitadas⁽⁴³⁾.

Dessa forma os novos colonos que compram os lotes daqueles que desistiram, na sua maioria, têm essa condição de reabilitar o seu lote e considerar isso como investimento a ser ressarcido com a própria produção, que passará a se organizar em bases empresariais e mais modernas.

(43) O projeto Nilo Coelho padece do crônico problema causado pela sua concepção em solos arenosos e com o sistema de irrigação por aspersão, tecnicamente não recomendáveis. Além disso, os lotes necessitavam, no momento da pesquisa, de algumas medidas técnicas de correção de problemas, como: a recuperação da infra-estrutura de uso individual através da dessalinização e da sistematização dos solos; e a recuperação da infra-estrutura de uso comum (canais principal e secundários, estações de bombeamento, entre outros). Desses, pelo menos a infra-estrutura de uso individual é possível de ser recuperada pelo colono desde que esse disponha de capital para tanto.

Com base nos dados expostos acima, pode-se concluir que:

1- A emancipação em Bebedouro, pelo fato de o perímetro possuir uma certa estabilidade, ocorre de forma menos traumática, principalmente, porque as condições para a privatização do perímetro e para o empresariamento dos colonos são mais concretas;

2- A emancipação em Nilo Coelho, em função dos seus problemas estruturais, por não ter tido as mesmas condições de favorecimento durante tanto tempo, (como ocorreu com Bebedouro), por ter sido criado em um momento em que os conflitos de interesses a partir da irrigação eram muito maiores; tem colocado o projeto em cheque, até porque a sua primeira fase, (a da co-gestão), que implica a reabilitação do perímetro, não está sendo cumprida;

3- existe um processo de amadurecimento político dos colonos, porém, este ocorre de forma lenta e difícil, devido ao seu isolamento político e à sua ambígua situação de classe.

SEGUNDA PARTE

SEGUNDA PARTE

O PROCESSO HISTÓRICO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E SUAS PRINCIPAIS FASES

As mudanças ocorridas nos rumos da política de irrigação foram resultado de um processo, em cujos cenários históricos atuaram diversas forças.

No intuito de se tentar entender esse processo e suas múltiplas relações, procura-se a partir daqui construir uma periodização da política de irrigação, descrevendo-se os principais conflitos e suas respectivas sínteses. Esta periodização é dividida em três fases.

O capítulo V, que discute a primeira fase, trata do contexto no qual se deu a concepção e a elaboração da política de irrigação, considerando as décadas de 50 e 60.

Já a segunda fase, que é discutida no capítulo VI, trata da implementação da política de irrigação,

considerando o período que vai de 1970 a 1984.

Em seguida, o capítulo VII, que trata da terceira fase, tem como elemento central a política de emancipação e considera o período que se inicia em 1985 até os dias atuais.

Por último são feitas algumas CONSIDERAÇÕES FINAIS, onde se procura explicitar as principais impressões deixadas pela pesquisa.

CAPÍTULO V

O CONTEXTO NO QUAL SE DEU A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO

Carvalho (1985) considera que, até mais ou menos a década de 50, a agricultura do semi-árido se caracterizou pela:

"Manutenção das atividades agrícolas e pastoris de baixa produtividade praticadas em suas faixas semi-áridas, como resultado da nucleação artificial de nuvens, da previsão de secas, do fomento às lavouras xerófilas e da dinamização pura e simples da pequena irrigação a nível de propriedade privada". (op. cit.)

Com o advento da roda d'água, a irrigação surgiu nas margens do São Francisco. Plantava-se cebola, cana-de-açúcar e fruteiras. Daí veio a moto-bomba (1951) e as bombas elétricas no final da década de 50⁽⁴⁴⁾.

(44) -----
Esta informação é encontrada em ANDRADE, Manuel C.:
"A Terra e o Homem no Nordeste". São Paulo, 1980 (4ª
edição).

Depois do surgimento da irrigação, surge a SUDENE, apoiada pelos movimentos sociais de intelectuais, igreja e trabalhadores da cana-de-açúcar da zona da mata, trazendo uma proposta de modernização das relações de produção e de sua base técnica.

Para Carvalho (op. cit.), a SUDENE, criada no final da década de 50, foi o principal mentor de uma nova visão de desenvolvimento do semi-árido. Na concepção da SUDENE, a seca não seria mais colocada na qualidade de carro-chefe dos problemas dessa zona, ou mesmo como fonte básica de atraso da região como um todo. Os efeitos das secas, segundo essa nova concepção, tenderiam a desaparecer ou a serem consideravelmente reduzidos à medida que a região se desenvolvesse:

"Era por intermédio desses programas, concebidos com objetivos de, por um lado, ampliar a oferta de terras e de melhorar o uso da água e do solo, e, por outro, de reorganizar a economia do semi-árido, entendida nesse sentido no que dissesse respeito mais à agricultura de sequeiro do que à irrigada, que a SUDENE esperava poder enfrentar o problema da seca". (Carvalho, op. cit.:331).

Dentre os mecanismos, dos quais a SUDENE pretendia lançar mão, estavam a ampliação da oferta de terras, a racionalização do uso da água e do solo e a reorganização da economia do semi-árido.

A partir daí, a irrigação já começava a galgar níveis mais altos de importância, muito embora o Estado ainda insistisse em dar prioridade ao desenvolvimento da agricultura de sequeiro.

Mesmo assim, até meados da década de 60, mantiveram-se as mesmas relações de produção características da primeira metade do século, resultado do insignificante desenvolvimento das forças produtivas, apesar das boas intenções da SUDENE que queria dar-lhes grande impulso, a partir de uma intervenção mais globalizante do Estado e da democratização do uso dos seus instrumentos de regulação da economia do semi-árido, o que esbarrou na força do poder local que, através do governo militar, conseguiu manter as bases da estrutura até então vigente.

De qualquer forma, neste cenário também existia, entre as frações da classe dominante, um forte conflito pela hegemonia dentro do aparelho de Estado. A conquista dessa hegemonia proporcionaria a condição de dirigir o processo de acumulação, determinando as suas bases.

Além dos setores da classe dominante, também atuavam os setores populares que, através de seus mediadores (Igreja, Partido Comunista e Sindicatos),

respondiam àquela conjuntura, tentando influenciar no processo político de definição dos rumos que seriam dados às políticas públicas para o Nordeste.

Produto, até certo ponto, das pressões populares, aquele quadro político passou a acomodar também sujeitos sociais propensos a representar os setores politicamente minoritários no âmbito do aparelho de Estado forçando, assim, alguns setores menos conservadores da classe dominante, inclusive parte do poder local, a adotarem uma determinada postura que viesse a garantir a acumulação, mesmo que em outras bases⁽⁴⁵⁾.

A evolução da agricultura nordestina, contudo, teve características muito mais conservadoras do que modernizantes.

Os planos diretores da SUDENE, por exemplo, passaram a sofrer fortes influências da nova política de desenvolvimento global do governo militar para a

(45)-----
Considerar a importância da intervenção dos ditos setores populares, organizados ou não, nos processos históricos da intervenção do Estado no Nordeste se constitui em elemento fundamental para se compreender as políticas de aliança implementadas, durante um período qualquer, considerado para efeito de um determinado estudo. Este procedimento metodológico, fruto de uma opção teórica, ajuda também a se compreender os rumos tomados pelas políticas públicas, ao longo do tempo, em comparação com os discursos que os tentam justificar.

agricultura que tinha, em linhas gerais, os objetivos de substituir a reforma agrária por programas especiais de colonização: implementar um modelo de modernização da base técnica da produção que se caracterizava pelo seu alto potencial de consumo intermediário de insumos, viabilizando assim a constituição dos Complexos Agroindustriais e de um sistema financeiro - instrumentado pelo crédito agrícola - que passava, com isso, a assumir uma posição de regulador do processo de acumulação capitalista⁽⁴⁶⁾.

No que toca à especificidade do semi-árido Nordestino, o Estado passou a implementar uma política de irrigação que, por um lado, enfatizava a prioridade aos pequenos produtores e trabalhadores sem-terra no processo de assentamento/reassentamento nos projetos públicos de irrigação, o que atendia, em parte, também às pressões populares por soluções mais duradouras para o problema da seca.

Por outro lado, procurava o Estado criar as condições necessárias para que se estruturasse nesta zona um mercado de bens de consumo para a agricultura, de

(46) Ver DELGADO, Guilherme. da C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. Ícone Editora. São Paulo, 1985.

valorização de capitais processadores de matérias-primas e de valorização fundiária a partir das obras de infraestrutura.

CAPÍTULO VI

A PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO PROPRIAMENTE DITO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO (1970 a 1985)

A análise do processo de implementação da política de irrigação será feita com base em quatro dimensões: a dimensão política, a dimensão institucional, a dimensão legal e a dimensão financeira.

Esta estrutura analítica oferece a oportunidade de se fornecer informações detalhadas do processo de implementação da política de irrigação que ajudarão a que se possa adentrar na análise de questões minuciosas, porém fundamentais para a compreensão do referido processo, principalmente quando as informações têm como base dados qualitativos, levantados através de entrevistas.

A opção pela descrição ininterrupta do processo de implementação da política de irrigação, na sua primeira

fase, pode chegar a relegar a ocorrência de certos conflitos de interesses, principalmente no campo institucional, deixando soltas algumas argumentações.

6.1- A DIMENSÃO POLÍTICA

O fio que conduz a exposição dos aspectos relativos à dimensão política, localiza-se na política de alianças estabelecida pela burocracia estatal com os diversos setores envolvidos, visando dar conta do processo de implementação da política de irrigação na sua primeira fase.

Assim, em 1967, a SUDENE se vinculou ao Ministério do Interior e elaborou o seu IV Plano Diretor entre 67 e 68. A partir daí, foi criado o GEIDA (Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola), sendo elaborado aquilo que Carvalho considera como "a mais ampla programação de irrigação que já se fizera no país". (op. cit.:337). O Estado passou assim a fortalecer a irrigação pública⁽⁴⁷⁾ nas áreas das bacias dos açudes públicos e nas margens dos rios importantes como o São Francisco, ao mesmo tempo em que diminuía o apoio às atividades

(47)-----
Segundo Paiva (1987:16), a implantação de projetos de irrigação pública ganha escala razoável com a criação do programa de integração nacional em 1970.

tradicionais, no campo da açudagem particular, em cooperação.

Deste momento em diante, a política de irrigação passou a atuar como o principal instrumento de intervenção do Estado na área.

Devido ao alto custo de instalação da infraestrutura física, desde a captação até à aplicação na parcela, a grande irrigação tinha que ser pública, ou seja, financiada pelo poder público. Em decorrência, a definição dos seus principais beneficiários passou a estar intimamente ligado a esta forte participação governamental.

Ao se conjugar o aspecto do nível de participação do Estado no financiamento da irrigação com as pressões populares por soluções duradouras para o problema da seca, passa-se a compreender a opção feita pela burocracia estatal pelos colonos, que se tornaram, inicialmente, nesta primeira fase, os principais beneficiários da grande irrigação no Nordeste.

Oficialmente, portanto, os objetivos gerais dos programas de irrigação, tinham um conteúdo que vinha ao encontro de algumas reivindicações populares, o que, em

outras palavras, significava a proposição de uma aliança com estes setores, que passava por:

a) Utilizar recursos inexplorados de terra e água para a produção agrícola empregando técnicas modernas e equipamentos adequados.

b) Elevar o padrão dos agricultores mediante o estabelecimento de "unidades agrícolas familiares" integradas num esquema de colonização.

c) Contribuir em pequena escala para o progresso sócio-econômico do Brasil, pela melhoria da produtividade agrícola e o aumento da oferta de alimentos para áreas urbanas em expansão, com isso reduzindo a necessidade de serem importados produtos agrícolas.

d) Concorrer para o desenvolvimento da área receptora do projeto (municípios) com o fornecimento de insumos à indústria local de alimentos e com a criação de serviços necessários à moderna agricultura"⁽⁴⁸⁾.

As políticas agrária e agrícola então vigente faziam com que o êxodo rural alcançasse altos índices, promovendo a expulsão massiva dos trabalhadores rurais do campo para a cidade, sendo que, neste caso, o sacrifício daqueles que não queriam se deslocar até o centro-sul se tornava bem menor já que a oportunidade de ficar em uma das cidades pólo, às margens do São Francisco era também bastante atraente.

(48) CODEVASF, Recife, julho de 1978.

Assim, com a estruturação do parque industrial de Petrolina-PE, que se destaca até hoje pela sua grandeza, foi formado um contingente de mão-de-obra que ficou disponível para atender às necessidades da indústria mas, também, para atender à demanda dos colonos dos projetos públicos de irrigação, principalmente na época da colheita.

Desta forma, além de ser o colono, considerado como um dos principais beneficiários, o Estado também anunciava a criação de empregos na cidade e no campo, o que servia como tentativa de reforçar a aliança com a sociedade civil da região e de fora dela, já que se esperava, com o avanço da irrigação, o deslocamento de grandes contingentes populacionais de todo o Nordeste para as margens do São Francisco.

Para outros setores, principalmente os grandes grupos econômicos, o Estado acenava com o FINOR - AGROPECUÁRIA (Fundo de Investimentos do Nordeste - setor agropecuária), além dos incentivos dados pelos governos estaduais, como o "Programa de Desenvolvimento da Agroindústria", criado em 1980 pelo governo de Pernambuco e que resultou na mudança das bases iniciais do projeto Nilo Coelho. Além do FINOR, a perspectiva de valorização fundiária decorrente da instalação da infra-estrutura

física da irrigação era outra via de acumulação atraente, principalmente para os grupos ligados aos capitais locais, já proprietários de terras na região.

O processo de consolidação, tanto técnica quanto econômica, da irrigação levou os setores empresariais a buscarem uma diversificação ainda maior das suas formas de acumulação, partindo, desta feita para a produção direta de produtos agrícolas/ Deste modo, com a introdução deste novo patamar de demandas, por parte destes setores, foram abertos espaços, através da destinação de lotes (acima de 15 ha) para médias e grandes empresas, nos projetos em expansão e nos novos projetos em implantação, como é o caso dos projetos administrados pela CODEVASF:

-Projeto MANDACARU, com 370 ha, no município de Juazeiro-BA, destina-se à colonização. Foi um dos primeiros projetos a entrar em operação na região e considerado como "Projeto Piloto". Manteve a exclusividade da colonização.

-Projeto BEBEDOURO, distando 40 km de Petrolina-PE, com 1.060 ha, destinados à colonização. Com a ampliação do projeto (BEBEDOURO II), a área destinada a empreendimentos empresariais já soma mais de 1.000 ha.

-Projeto CURAÇÁ, com 4.200 ha, fica a 70 km de Juazeiro-BA, apresentando também 2 tipos de exploração:

3.100 ha para pequenas e médias empresas agroindustriais e 1.100 ha destinados à colonização.

-Projeto MANICÓBA, com 4.350 ha, fica a 40 km da cidade de Juazeiro-BA. Parte dele (3.200 ha) destina-se a pequenas empresas agroindustriais e o restante (1.150 ha) à colonização.

-Projeto NILO COELHO, com 1.600 ha destinados à produção agroindustrial de grandes e médias empresas e também à colonização (30% da área). O projeto cruza a divisa da Bahia com Pernambuco.

-Projeto TOURÃO, na Bahia, tem área prevista de 10.473 ha, destinada à produção agrícola e agroindustrial com grandes e médias empresas e à colonização (20% da área).

Neste sentido, enquanto pouco se conhecia sobre os potenciais da irrigação no semi-árido nordestino e enquanto se considerava que era preciso um grande volume de recursos para investimentos em obras de infra-estrutura básica que só poderiam ser feitos com dinheiro público, a política de irrigação foi dotada de um caráter social, privilegiando o assentamento de pequenos irrigantes descapitalizados como beneficiários dos lotes dos projetos de irrigação.

Percebe-se, portanto, que nesta fase de

Implementação da política de irrigação, a burocracia estatal procurou utilizar mecanismos que dessem conta de estabelecer um amplo leque de alianças com os diversos setores envolvidos com a irrigação, propondo uma definição de prioridades para os grupos sociais que estavam mais sujeitos às consequências da seca. Sem deixar, porém, de viabilizar o estabelecimento de condições infra-estruturais e econômicas que favorecessem os grupos econômicos interessados nos diversos espaços de valorização de capitais que a irrigação oferecia.

6.2- A DIMENSÃO INSTITUCIONAL

"A irrigação pública no Brasil tem sido objeto de muitas controvérsias. Há vários anos vem sendo analisada tanto no meio acadêmico quanto por órgãos do governo. Alguns a defendem fervorosamente, nela vendo a única solução para a agricultura nordestina. Outros a criticam com base na observação empírica de que, do ponto de vista econômico, a irrigação pública está longe de ser uma experiência bem sucedida". Paiva (1987:15).

Como afirma Paiva, existem muitas controvérsias sobre a irrigação pública, principalmente, no setor público, onde os órgãos ligados à problemática divergem, tanto entre si, quanto internamente a cada um deles.

Diante disso, a importância da análise da trajetória institucional da irrigação reside no fato de se

poder perceber, através dela, quais os interesses e os conflitos que ocorrem tanto a nível macro, ou seja, do Estado como um todo, quanto ao nível micro, onde suas instituições muitas vezes passam a agir com um grau de autonomia tão elevado que chega às vezes a se configurar "um Estado dentro do próprio Estado".

A atuação do governo federal no vale do São Francisco, no que diz respeito à política de irrigação, na primeira fase da sua implementação, teve, como órgãos executores, primeiro a CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), que tinha como objetivo principal difundir a irrigação entre os pequenos agricultores ribeirinhos. A CVSF foi logo substituída pela SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), que passou a atuar mais em áreas seleccionadas, privilegiando a colonização através dos primeiros perímetros irrigados, denominados projetos-piloto (Bebedouro e Mandacaru). Já na primeira metade da década de 70, mais precisamente 1975, surge a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que substituiu a SUVALE e que tem tido uma trajetória marcada por um maior estímulo à iniciativa privada.

Dentre as três instituições citadas, a CODEVASF é a que tem uma atuação mais articulada e duradoura, além de está relacionada com a fase atual de desenvolvimento da

política de irrigação, à qual o presente estudo procura dar uma ênfase especial. Em função disso, os aspectos relacionados à dimensão institucional serão tratados tendo como base a sua trajetória.

A CODEVASF possui uma estrutura burocrática que, enquanto órgão, tem alguns interesses específicos, como a sua preservação e a sua importância política. Em função disso, esta estrutura burocrática se articula, estabelece alianças, relações, que podem e são alteradas no processo. Se o fundamental para a instituição é a sua sobrevivência com um certo grau de importância, com prerrogativas para a manipulação de recursos e/ou outros instrumentos, no decorrer do processo, ela pode alterar seus principais eixos de articulação e alianças dentro e fora do aparelho de Estado.

No início, a CODEVASF não tinha uma estrutura de alianças fora do aparelho de Estado muito precisa. Naquele momento as articulações tinham que ser feitas com as processadoras de matérias-primas e com as grandes construtoras. Além de não contar com aquelas alianças, enfrentava, ainda, reações por parte do poder local.

É, portanto, compreensível que os colonos fossem, naquele momento, as "meninas dos olhos" da

CODEVASF.

A partir do momento em que a irrigação passou a um estágio de consolidação mais definido (como discutido na dimensão política), as pressões dos grupos econômicos dominantes sobre a CODEVASF tomaram formas mais amplas. Daí em diante, começaram a ser acomodados todos os interesses econômicos, inclusive os do poder local, que em grande parte, teve um comportamento de resistência às mudanças na forma de acumulação, mas que passou também a se beneficiar, acumulando em novas bases. Com isso, o setor mais frágil, o dos colonos, passou a ser marginalizado. Começou aí, portanto, a mudança do eixo social de que foi dotada a irrigação no seu início.

Percebe-se, a partir da inversão ocorrida na relação CODEVASF/colonos⁽⁴⁹⁾, do ponto de vista da sua importância, que aquela relação não era suficientemente orgânica. Ela serviu principalmente para que a CODEVASF pudesse se amparar nos colonos, assim como em outros setores já citados, (o setor agroindustrial e o setor ligado às grandes construtoras), para enfrentar as reações

(49) Da parte dos colonos não ocorreram mudanças qualitativas substanciais nas suas reivindicações que pudessem concorrer com as reivindicações dos grupos econômicos. Com isso passou a haver uma inversão na relação CODEVASF/colonos, através de uma inversão significativa de prioridades.

contrárias à irrigação nos moldes que estavam sendo propostos.

Isso permite explicar, por outro lado, como a CODEVASF pode, em última instância, conviver hoje com perímetros mal projetados e deficitários, como é o caso do projeto Nilo Coelho.

De outro ângulo, a estrutura organizacional da CODEVASF possui uma configuração, na qual, as macro políticas são elaboradas em Brasília e implementadas no vale do São Francisco. Isso tem favorecido o estabelecimento de, pelo menos, duas CODEVASF.

Percebeu-se, por ocasião da pesquisa empírica, que a partir de meados da década de 80, estabeleceu-se uma articulação entre um grupo de funcionários que tem procurado resistir a determinados aspectos da política de emancipação.

A atuação desses grupos de funcionários baseia-se numa proposta que, considerando a presente crise financeira vivida pelo Estado, defende a consolidação do que já existe, contrapondo-se à atual política de ampliação da irrigação através da abertura de novos perímetros, com o conseqüente abandono dos que estão em

funcionamento.

Paiva (1987:26), após um rápido balanço no processo de implementação da política de irrigação, conclui:

"É necessário concentrar recursos humanos e financeiros nos perímetros que se encontram em operação. Isto é indispensável para expandir sua capacidade produtiva sem o que não se geram receitas suficientes, para cobrir os custos de operação e manutenção dos mesmos. Essa medida é, sem dúvida, uma das pré-condições para a auto-suficiência dos perímetros públicos. Considera-se, inclusive, que esta estratégia tem prioridade sobre outras que se vinculem à criação de novos perímetros, pois isto implica em abrir novas frentes sem antes ter-se solucionado problemas já existentes".

A alternativa colocada por Paiva foi descartada pelo Estado, que optou pela "emancipação/abandono/privatização" dos perímetros que ora estão em operação e decidiu ampliar o ritmo de sua intervenção, através da incorporação de novas áreas aos projetos em operação (mesmo sem um funcionamento condigno das áreas atuais) e da abertura de novos projetos.

Este tem sido ainda um importante ponto de apoio que têm tido os colonos no enfrentamento da adversidade de condições técnicas, econômicas e políticas, colocadas pela

emancipação⁽⁵⁰⁾.

6.3- A DIMENSÃO LEGAL: A LEI DE IRRIGAÇÃO

As discussões para elaboração de uma lei de irrigação começaram ainda na década de 50, quando, em 1958 foi aprovado, pelo antigo CODENO, um anteprojeto de lei. A lei, em si, só veio a ser aprovada em 1979 (lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979), data esta que coincide com a primeira fase de implementação da política de irrigação.

Deduz-se daí, que a correlação de forças entre os setores envolvidos com a irrigação, naquele momento, não exigiu, de imediato, o estabelecimento de uma lei, mas sim, um processo de negociação que procurasse acomodar os interesses dominantes.

Por outro lado, esta lei em relação ao anteprojeto de lei do CODENO de 1958, até pelo grande espaço de tempo existente entre uma data e outra, sofreu

(50) Por ocasião do desmantelamento do serviço de assistência técnica no projeto Nilo Coelho, alguns funcionários lotados na 3ª D. R. montaram um esquema de resistência ao descaso, prestando eles mesmos este serviço. Em outro momento, quando estava em discussão a emancipação, quando seria colocada em votação para aprovação por parte dos colonos, um grupo de funcionários fez um trabalho de rejeição à referida proposta pela forma como estava montada.

várias modificações que vieram mais no sentido de oficializar as mudanças de rumo já ocorridas entre o que se pretendia em 1958 e o que se apresentava em 1979.

No entanto, após vencida a etapa da aprovação da lei, ainda era preciso regulamentá-la, o que só veio a ser feito em 1984, através do decreto número 89.498 de 29 de março. Através deste decreto, ficou oficializada a ocupação dos perímetros públicos de irrigação no limite de 20% de sua área por empresários, conforme seu artigo 14:

"As áreas dos projetos de interesse social predominante serão divididas em lotes familiares, admitida a implantação, nos mesmos, de pequenas empresas, desde que não ocupem, em conjunto, área superior a 20% (vinte por cento) do perímetro irrigado e os seus titulares se conformem com os preceitos regulamentares estabelecidos pela entidade administradora".

A partir desta data, estava regulamentada uma situação já há muito tempo prevalecente, que se configurava na ocupação das áreas dos perímetros públicos de irrigação por empresas privadas de produção direta de produtos agrícolas.

Apesar da magnitude (20%) da abertura, esta se mostrou, na prática, insuficiente diante da real ocupação privada que naquela data já existia nos perímetros

públicos, como mostra um relatório da CODEVASF datado de 1984, mas, relativo a 1983, onde consta que, do total das áreas irrigadas até 1983, nos projetos de irrigação administrados pela CODEVASF, 43,7% estavam sendo operados por colonos e 56,3% por empresas. Quando se observa os dados referentes ao submédio São Francisco, verifica-se que, dos 59,2% das áreas irrigadas em operação, apenas 30% são operadas por colonos enquanto que os 70% restantes são operadas por empresários⁽⁵¹⁾.

Estas informações, ao que parece, causaram uma imediata reação do Estado, sob pressão dos empresários, o que, ainda em 1984, no mês de outubro, provocou a revisão do decreto número 89.496/84, do mês de março, resultando daí um novo decreto, número 90.309/84 de 16 de outubro, que deu a seguinte redação ao parágrafo terceiro do artigo 14:

"Nas áreas dos projetos de interesse social predominante em que se justifique a implantação de um maior número de pequenas e médias empresas, o ministro de Estado do Interior poderá, em caráter excepcional e mediante proposta fundamentada da entidade administradora, elevar até 50% (cinquenta por cento) o percentual de que trata o caput deste artigo"⁽⁵²⁾.

(51) CODEVASF - Relatório anual de 1983. Brasília, 1984, pag.30. (quadro 2.D.2).

(52) O percentual de que trata o caput do artigo 14 é 20%.

Percebe-se, portanto, que a lei de irrigação sempre veio depois das mudanças, no sentido de oficializá-las. Por outro lado, essas mudanças tiveram, principalmente a partir de 1984, um caráter privatizante com a inversão de prioridades em relação ao perfil do público beneficiado.

6.4- A DIMENSÃO FINANCEIRA

Segundo aponta Graziano et alii (1988), citando dados da FAO (1988), o governo brasileiro só tornaria viáveis os perímetros irrigados, em condições de financiamento extremamente favoráveis, e para tanto a FAO sugeria o seguinte: "empréstimos para pagamento em 50 anos com 10 anos de carência e pagamento de 1% de juros ao ano, nos dez primeiros anos e 3% ao ano nos trinta anos seguintes". Além do crédito subsidiado, ainda foi necessário a isenção de tributos fiscais, a instalação da infra-estrutura, desapropriação de áreas, assistência técnica, alguns destes a fundo perdido e outros resgatáveis a longo prazo.

Isso quer dizer que a irrigação pública necessitava, num primeiro momento, do completo apoio técnico e financeiro do Estado.

No entanto, a trajetória financeira da política de irrigação - na fase de sua implementação propriamente dita - que pode ser observada através do confronto entre as metas e as realizações no período correspondente (1971-86), segundo dados fornecidos por Paiva (1987)⁽⁵³⁾, indica que as condições sugeridas pela FAO, quando foram consideradas pelo governo brasileiro, tiveram uma abrangência bastante restrita em termos de público beneficiado.

A tabela 6.1 mostra que em 16 anos de implantação, (1971-86), a política de irrigação só conseguiu implantar 71.741 hectares de um total, em termos de meta, de, pelo menos, 349.707 hectares previstos, dos quais, apenas 57.489 hectares conseguiram entrar em operação.

(53) Existiu uma grande dificuldade em se conseguir dos órgãos oficiais informações sobre os recursos destinados à irrigação pública no período referido (1970-85).

TABELA 6.1

IRRIGAÇÃO PÚBLICA FEDERAL - METAS E REALIZAÇÕES DE 1971 a 1986⁽¹⁾.

Anos	Área implantada (ha)			Área em operação (ha)		
	(A) Metas	(B) Realizações	B/A	(A) Metas	(B) Realizações	B/A
1971-1974	-	9.653	-	52.507	5.837	0.11
1975-1979	130.000	38.931	0.30	160.000	18.253	0.11
1980-1985	188.200	23.157	0.12	137.200	33.399	0.24

FONTES: Diagnóstico de Desempenho do Programa de Irrigação do Nordeste, SUDENE/MINTER 1980; Relatórios Trimestrais da SUDENE; Informações especiais fornecidas ao IPLAN pelo DNOCS e CODEVASF relativas a 1986.

(1) A tabela se refere às metas e realizações do DNOCS e CODEVASF.

Observa-se, a partir destes dados, que o comportamento do Estado em relação à irrigação pública neste período, foi marcado por um forte conteúdo propagandístico, como foram, diga-se de passagem, todos os projetos especiais para o Nordeste e, até mesmo a reforma agrária dos primeiros governos militares que se limitou à elaboração do "Estatuto da Terra".

Em outras palavras, isso quer dizer que a disponibilidade efetiva de recursos para a irrigação pública federal, naquele primeira fase, foi bastante escassa, ainda mais quando se sabe que a década de 70 foi uma das mais propícias para investimentos deste porte já que as condições brasileiras de captar recursos externos

eram bem maiores do que no momento atual em que os grandes financiadores externos dispõem de maiores opções de mercado, principalmente depois das mudanças no leste europeu.

No entanto, verifica-se que a irrigação ultimamente tem sido favorecida com um volume considerável de recursos que têm origem inclusive nos países do leste europeu, como a Hungria e a União Soviética, sem falar no Japão, como mostra os quadros 6.1, 6.2 e 6.3.

Estes dados caracterizam um paradoxo quando considerada a conjuntura global da nova divisão internacional do trabalho e/ou da nova ordem econômica mundial, ou seja, considerando-se a escassez de recursos, tanto a nível interno quanto a nível externo.

Por outro lado, estes financiamentos carecem de uma contra-partida nacional, que geralmente oscila em torno de 50%, nunca sendo inferior a este percentual, recursos estes já assegurados pelo governo brasileiro, segundo afirma a CODEVASF, como mostra a tabela 6.2, que trata da ampliação já realizada. Estes dados consideram apenas as ações de responsabilidade da CODEVASF, o que deve ser bastante ampliado quando somadas as ações do DNOCS no mesmo período.

QUADRO 6.1

FINANCIAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE IRRIGAÇÃO
(EM US\$ 1000).

Fonte Financiadora Externa	Valor do Financiamento Inclusive Contra-partida Nacional*	projetos Abrangidos	Área (ha)
BIRD	158.000	Jaíba 1ª etapa	22.000
BIRD	124.600**	Formoso "A"	9.518
		Estreito I e III	1.574
BIRD/CHESF	258.000	Itaparica	20.000
BID e GOV. do JAPÃO	132.000	Estreito IV	6.820
		Mirorós	3.400
		Nilo Coelho	4.940
GOV. da HUNGRIA	32.500	Vale do Salitre	4.515
GOV. da URSS	300.000***	Pontal	50.000
TOTAIS	1.065.100		122.767

FONTE: CODEVASF, 1985-88. Brasília, 1989.

* As contrapartidas nacionais somam US\$195,6 milhões, nos projetos incluídos neste quadro.

** Inclui a reabilitação dos projetos Gorutuba, Estreito I, II e III, Ceraíma, Piloto do Formoso, São Desidério-Barreiras Sul, Manicoba e curaçá, bem como a ampliação de Estreito I e III.

*** Cobre a elaboração de estudos básicos e projetos.

QUADRO 6.2

FINANCIAMENTO DA ELABORAÇÃO DE NOVOS ESTUDOS E PROJETOS (EM US\$1000)

Fonte Financiadora Externa	Valor do Financiamento Inclusive Contrapartida Nacional*	Projetos Abrangidos	Área (ha)
BIRD	108.590	Jequitaí	35.000
		Formoso "H"	5.000
		Serra do Rama- lho**	145.000
		Barreiras Norte	3.070
		Riacho Grande	2.300
		Nupeba	3.020
		Baixio de Irecê	250.000
		Platô de Irecê	605.000
		Tourão II	40.000
		Marituba	1.700
BID	4.000	Angical	54.000
TOTAIS	112.590		1.594.090

FONTE: CODEVASF 1985-88. Brasília, 1989.

* As contrapartidas nacionais montam a cerca de US\$61,7 milhões, nos financiamentos incluídos nesse quadro.

** Área total em estudo, a ser reduzida na determinação da área efetivamente irrigável.

QUADRO 6.3
ESTUDOS BÁSICOS E PROJETOS CONCLUÍDOS E EM ELABORAÇÃO*

D I S C R I M I N A Ç Ã O	ÁREA (ha)
ESTUDOS BÁSICOS	
Cobertura Aerofotogramétrica	413.900
Levantamentos Aerofotogramétricos	906.834
Levantamentos Planialtimétricos Topográficos	44.276
Cadastrros Aerofotogramétricos	547.770
Cadastrros Topográficos	6.800
Levantamentos Detalhados de solos e classificação de Terras para Irrigação	381.722
Levantamentos de solos (reconhecimento)	60.000
Relatórios de Impacto Ambiental	16
PROJETOS	
Pré-viabilidade	87.000
Viabilidade	239.363
Projeto Básico	140.363
Projeto executivo	39.278

FONTE: CODEVASF 1985-88. Brasília, 1989.

* Inclui projetos e estudos contratados, com recursos financeiros assegurados.

TABELA 6.2
OCUPAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS SOB RESPONSABILIDADE DA CODEVASF (em hectares)

Tipo de Área	1985	1988	Aumento	Aumento (%)
Irrigável	47.947	63.859	15.912	33,2
Sequeiro	32.222	44.580	12.358	38,4
TOTAL	80.169	108.439	28.270	35,3

FONTE: CODEVASF, 1985-88. Brasília, 1989.

Observa-se, no entanto, que essa atual conjuntura financeira da irrigação coincide com uma fase igualmente nova da política de irrigação, em que o eixo

central deixou de ter um caráter social/paternalista, passando a ter um caráter privatizante/empresarial/emancipatório. Ou seja, ao lado do aumento da disponibilidade de recursos para a irrigação pública, foi se concedendo também prioridade à chamada irrigação empresarial, não apenas no vale do São Francisco, como em outras áreas que iam sendo identificadas como passíveis de irrigação, como por exemplo, o oeste da Bahia, o sudoeste do Maranhão e o sul do Piauí, que constituem um espaço de produção agrícola de grande potencial não apenas com agricultura irrigada, como também com agricultura de sequeiro.

Neste sentido, o governo José Sarney decidiu incluir inicialmente no PROINE (Programa de Irrigação do Nordeste), apenas no âmbito da CODEVASF, 19 ações entre incorporação de novas áreas e abertura de novos projetos.

Segundo a CODEVASF, cinco dos 19 projetos estão situados no estado de Minas Gerais:

- JEQUITAI;
- GORUTUBA, margem esquerda;
- JAIBA, primeira etapa;
- JAIBA, segunda e terceira etapas;
- ITACARAMBI.

Na Bahia localizam-se os seguintes:

- ESTREITO I, II e III (reabilitação e ampliação);
- ESTREITO IV;
- FORMOSO, áreas "A" e "H";
- BARREIRAS NORTE;
- NUPEBA;
- RIACHO GRANDE;
- MIRORÓS;
- BAIXIO DE IRECÊ;
- VALE DO SALITRE/TOURÃO II.

Em Pernambuco, ficam os seguintes projetos:

- NILO COELHO, áreas adicionais;
- PONTAL.

Em Sergipe situa-se o projeto de PEQUENAS VÁRZEAS que também se estende a Alagoas. Em Alagoas fica também o projeto MIRITUBA.

Em função da área de abrangência do presente estudo, detalhar-se-á apenas a ampliação do projeto Nilo Coelho e a abertura do projeto Pontal por se localizar no lado pernambucano do dipolo Petrolina-Juazeiro.

Implantado a partir de 1984, o projeto Nilo Coelho, situado no município de Petrolina, irriga

atualmente 15.000 ha, de um total de 20.000 programados. Segundo a CODEVASF, a incorporação da área adicional de 4940 ha, localizada à esquerda do canal principal, foi incluída nas metas do PROINE, agora incorporadas às do PRONI.

A ampliação prevê, segundo os documentos oficiais (CODEVASF 1985-88. Brasília, 1989), a derivação com recalque de 5,40 metros cúbicos por segundo, a partir do km 43,7 do canal principal. Onze estações adicionais de bombeamento atenderão às necessidades técnicas de pressurização da água, para emprego do método de aspersão, também servindo ao abastecimento das residências das 920 famílias a serem assentadas.

O projeto PONTAL é um outro projeto integrante do dipolo Petrolina-Juazeiro e que irrigará no lado pernambucano do dipolo, cerca de 55.000 ha. Segundo a CODEVASF, o governo da União Soviética manifestou-se oficialmente interessado em participar da execução do Pontal, inclusive com financiamento da ordem de US\$ 300 milhões, o que viabilizará a conclusão dos estudos e projetos, a execução das obras e a aquisição dos equipamentos necessários à implantação do projeto.

Informações colhidas a partir da pesquisa

documental, dão conta de que em 26 de maio de 1988 foi assinado, com a URSS, um contrato básico que fixa as condições de cooperação entre os dois países na realização do empreendimento. Esse documento prevê a execução do projeto em cinco etapas, sendo que a primeira compreende o estudo de viabilidade abrangendo 90.000 ha e o projeto executivo da área piloto de 1.000 ha.

Diante desse processo de ampliação física e financeira, considerando-se que a situação dos projetos públicos de irrigação em operação, é de profunda dificuldade, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista técnico, percebe-se que a incorporação de novas áreas aos já existentes e a abertura de novos perímetros trazem à tona uma série de questões. Dentre elas destacam-se: a) para onde vai a irrigação pública? b) qual o futuro da colonização? c) qual o papel da irrigação pública diante das estratégias governamentais de modernização da agricultura da zona semi-árida do Nordeste?.

Naturalmente, não se está colocando em discussão a necessidade da ampliação da irrigação, principalmente no que toca à zona semi-árida, mas, em função disso, ou seja, dessa necessidade, é que se torna questionável a forma como vem se dando tal generalização.

Dessa forma, a irrigação pública tem sido utilizada, por um lado, muito mais como "vitrine" (legitimadora da utilização dos recursos públicos para viabilizar a acumulação privada), o que explica o tratamento dado aos colonos pela burocracia estatal; e, por outro lado, como "laboratório", onde se elabora em termos econômicos, agrônômicos etc., a viabilidade da agricultura irrigada, a partir do desbravamento de novas áreas.

Portanto, a análise da trajetória da disponibilidade de recursos financeiros para a irrigação é um dos parâmetros que ajudam a entender a atual mudança de rumos da política de irrigação, onde a impressão deixada é a de que o momento atual é o mais favorecido, desse ponto de vista, pois ocorre uma ampliação de alguns perímetros públicos já em operação - porém bastante debilitados, diga-se de passagem - e a abertura de outros tantos, como mostra a tabela 6.3 que trata das metas físicas de implantação de áreas irrigadas no período 1986-90, tudo isso numa conjuntura de crise financeira do Estado como um todo, inclusive, sendo este último, um dos argumentos utilizados para justificar a emancipação dos perímetros públicos de irrigação, o que tem resultado numa crescente privatização dos mesmos e numa clara mudança de perfil dos seus beneficiários. Este aspecto é analisado a seguir,

quando tratar-se-á da fase atual da irrigação.

TABELA 6.3

PROINE - METAS FÍSICAS ANUAIS DE IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS IRRIGADAS 1986/1990

órgãos	Ano					TOTAL
	1986	1987	1988	1989	1990	
DNOCS	14.518	17.140	26.195	98.800	35.647	122.300
CODEVASF	27.568	47.853	48.406	39.297	39.296	202.400
DNOS	9.350	60.690	15.360	1.600	-	87.000
TOTAL	51.436	125.683	89.961	69.697	74.943	411.720

FORNE: Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE - 1986/90, Recife, janeiro de 1986.

CAPÍTULO VII

A FASE ATUAL:

EMANCIPAÇÃO, AMPLIAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO

7.1- A POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO

Neste primeiro momento será feita uma descrição minuciosa do que significa a política de emancipação para o Estado, na sua versão oficial elaborada pela CODEVASF, como órgão executor. Num segundo momento, será feita de forma mais ampla uma análise crítica da emancipação, buscando-se identificar os impactos por ela provocados, bem como o futuro projetado a partir desta nova conjuntura.

7.1.1- A EMANCIPAÇÃO COMO "LIBERTAÇÃO": A VERSÃO OFICIAL

Embora prevista desde a concepção inicial das áreas irrigadas implantadas e/ou geridas pela CODEVASF, a emancipação era considerada uma etapa a ser vencida somente após o atendimento a uma série de pré-requisitos, dentro de um lento e progressivo processo de amadurecimento coletivo dos irrigantes.

Segundo a própria CODEVASF, a atual política de estímulo à emancipação está informada na compreensão de que a auto-gestão é um poderoso indutor do amadurecimento da comunidade de irrigantes e não ao contrário. Ela corporifica-se na co-gestão, através da qual são delegadas responsabilidades às entidades associativas dos irrigantes, na manutenção, operação e administração dos projetos implantados.

Essa linha foi fixada em resolução da diretoria executiva (número 201, de 16 de maio de 1986), posteriormente referendada pelo conselho diretor (deliberação número 18, datada de 10 de outubro de 1986).

Todas as áreas públicas irrigadas, sob a responsabilidade da CODEVASF, entram em regime de co-

gestão. No quadro 7.1 vê-se a cronologia cumprida na implantação do processo.

QUADRO 7.1
CRONOLOGIA DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE CÓ-GESTÃO

Projeto	Entidade có-gestora	Início da có-gestão
Gorutuba	Coop. Agric. de Irrig. do Vale do Gorutuba (COVAG)	Maio/86
Estreito	Coop. Agric. de Irrig. do Projeto Estreito (COPERE)	Julho/86
Ceraíma	Coop. Agric. de Irrig. do Projeto Ceraíma (COOPERC)	Outubro/86
Bebedouro	Coop. Agric. Mista do Proj. de Irrig. de Bebedouro (CAMPB)	Outubro/86
Mandacaru	Coop. Agric. Mista do Proj. Irrig. de Mandacaru (CAMPIN)	Dezembro/86
Caatinga do Moura*	Assoc. dos Agric. do Vale da Caatinga do Moura	Julho/87
S.Desidério-Barreiras Sul	Coop. Agr. Mista dos proj. Ir. do Médio S. Francisco (COMESF)	Julho/87
Nilo Coelho	Assoc. dos Colonos dos Núcleos I, II, III, IV, V, VII	Julho/87
Pirapora	Assoc. dos Usuários do Proj. Piloto de Pirapora (AUPPI)	Julho/87
Formoso	Assoc. dos Produtores do Proj. Piloto Formoso	Julho/87
Betume	Coop. Agric. Mista de Betume (CAMIB)	Agosto/87
Itiúba	Coop. Agric. Mista de Itiúba (COOPERMIT)	Agosto/87
Propriá	Assoc. dos Suíno-Rizi-Piscic. do Baixo S. Francisco (ASPIBS)	Outubro/87
Boacica	Assoc. dos produtores do Perímetro Irrig. do Boacica (APIB)	Dezembro/87
Cotinguiba-Pindoba	Coop. Mista e de Colonização do Camurupia (COOPERCAM)	Dezembro/87
Nilo Coelho	Assoc. dos Colonos dos Núcleos VI, IX e XI	Dezembro/87
Maniçoba	Coop. Agric. Mista do Perímetro Irrig. de Maniçoba (CAMPIMA)	
	Assoc. dos Colonos do Perímetro Irrig. de Maniçoba (ACOPIM)	Fevereiro/88
Nilo Coelho	Assoc. dos Colonos dos Núcleos VIII e X	Fevereiro/88
Curaçá	Coop. Agric. Mista do Perímetro Irrig. de Curaçá (CAMPIC)	Março/88
Tourão	Assoc. dos Usuários do Perímetro de Tourão	Abril/88

* Área de sequeiro

FONTE: CODEVASF 1985-88. Brasília, 1989.

O estímulo à emancipação tem sido, desde 1985, a linha mestra de atuação da CODEVASF, no tocante às áreas públicas irrigadas sob sua responsabilidade. A Companhia considera que a emancipação demonstrou ser o procedimento capaz de sintetizar e viabilizar numerosas metas a serem incansavelmente perseguidas por órgãos públicos: o aumento

da eficiência produtiva, a aceleração do retorno dos investimentos públicos, a liberação dos recursos humanos e materiais para a execução de novos projetos de interesse do país.

A CODEVASF também considera que a emancipação traz para a relação irrigante-governo, um padrão de liberdade e responsabilidade muito mais consentâneo com a redemocratização do Brasil.

A co-gestão é o primeiro passo para a emancipação. É formalizada mediante contrato, pelo qual a CODEVASF transfere à entidade representativa dos usuários do perímetro, responsabilidades nas áreas de manutenção, operação e administração da infra-estrutura de uso comum, além da assistência técnica e social. Diz a CODEVASF que cada cooperativa ou associação manifesta-se livremente sobre que atividades deseja assumir, dentre as opções oferecidas pela companhia.

Durante a co-gestão são realizadas, às expensas da CODEVASF, as obras necessárias à completa reabilitação da infra-estrutura de uso comum e, no caso dos colonos, também da infra-estrutura parcelar, já que os desgastes e insuficiências anotados decorrem do período em que esteve a cargo da empresa o controle dessas áreas públicas. O

valor dispendido nessas obras é agregado ao montante financiado, para ser ressarcido na forma descrita no tópico referente ao modelo público de irrigação.

O período de co-gestão está previsto nos contratos assinados para durar cinco anos. É prazo considerado, preliminarmente, adequado ao desenvolvimento do processo natural de amadurecimento da coletividade de usuários, para que possa assumir, em definitivo, todas as responsabilidades inerentes à gestão integral da área. Contudo, a CODEVASF admite que não é um prazo rígido, pois prevê que alguns perímetros poderão desejar emancipar-se integralmente antes de concluído o prazo do contrato celebrado, enquanto para outros os cinco anos talvez se mostrem insuficientes.

A emancipação, que se formaliza através de ato do Ministro da Agricultura, consiste no reconhecimento do "status" de completa independência do perímetro irrigado.

Com isso, o perímetro emancipado deve ser capaz de gerar, internamente, os recursos necessários à operação, manutenção e administração da infra-estrutura de uso comum.

Um dos pré-requisitos à emancipação de perímetro

Irrigado é a condição de que dois terços de suas parcelas estejam devidamente titulados.

Ao projeto emancipado dá-se o direito de seus irrigantes obterem, individualmente ou em grupo, financiamento de quaisquer fontes, públicas ou privadas, sem necessidade de aval ou interferência do órgão público responsável pela implantação da área. Apesar da cessação do vínculo de dependência, os usuários da área irrigada continuam ressarcindo o governo, durante o prazo pactuado, dos recursos investidos.

Os documentos oficiais dizem que:

"Foi livre a adesão pelos colonos à proposta da CODEVASF de emancipação via co-gestão. O processo seguiu o ritmo próprio ao desenvolvimento interno de cada perímetro. Concluído o seminário de Salvador e revistos os documentos básicos da política de estímulo à Emancipação, deu-se início a uma série de reuniões com os irrigantes nas próprias áreas em que se encontram. Foi um longo ciclo de reuniões iniciado em março de 1986, durante o qual a nova filosofia de trabalho da CODEVASF foi minuciosamente explicada". (CODEVASF 1985-88, 1989:17).

As atividades delegadas às cooperativas e associações que assumem a co-gestão dos projetos são as seguintes:

- operação, manutenção e administração dos sistemas de irrigação e drenagem;
- assistência técnica, agronômica e social;

- ações de apoio ao associativismo;
- vigilância e segurança;
- cobrança e recolhimento dos arrendamentos e das parcelas de amortização dos lotes, vencidas a partir da vigência da delegação.

Durante o período da co-gestão, a CODEVASF compromete-se a alocar recursos técnicos e financeiros para a execução das obras e prestação de serviços de que trata a delegação. Segundo a companhia, o repasse é trimestral, submete-se às normas que regulamentam a aplicação dos recursos públicos e depende do prévio exame e aprovação da diretoria executiva do plano de aplicação elaborado pela entidade co-gestora.

A escrituração contábil da cooperativa ou associação é obrigatoriamente feita dentro dos mesmos padrões obedecidos pela CODEVASF, a quem compete fiscalizar e auditar a administração do perímetro.

Ao assumir a co-gestão, a cooperativa ou associação é livre para absorver ou não, no todo ou em parte, o corpo de funcionários da CODEVASF até então alocado à administração, operação e manutenção do projeto. Os funcionários absorvidos permanecem na folha de pagamento da empresa, durante a vigência do contrato de delegação. Findo esse período, os funcionários podem ser

contratados pela entidade dos irrigantes - mediante mútuo acordo - ou devolvido à CODEVASF, que os transferirá para um dos novos projetos ou obras ou em implantação, sendo dado o mesmo destino àqueles não absorvidos anteriormente.

A CODEVASF, portanto, entende que assim a passagem das áreas públicas para o regime de co-gestão - e posterior emancipação - não provoca desemprego e ainda libera recursos humanos para execução do programa nacional de irrigação (PRONI).

Embora o início do período de co-gestão ainda seja muito recente - os perímetros que primeiro aderiram ao processo contam com pouco mais de dois anos de experiência - já é possível demonstrar o acerto da estratégia adotada, de acordo com avaliações da CODEVASF.

Antes da co-gestão, a assistência técnica vinha sendo prestada, na maioria dos projetos, por entidades públicas especializadas e, nos outros, por equipes técnicas da própria CODEVASF.

Com o início da co-gestão, a maior parte das cooperativas e associações estruturou suas próprias equipes de assistência técnica e extensão rural. Algumas entidades preferiram celebrar contratos com entidades

especializadas, para montagem total ou parcial de suas equipes.

A CODEVASF considera também que:

"A comercialização também torna-se mais eficiente pelo ganho de escala e poder de barganha. Antes, a inoperância da entidade associativa - onde existia - levava o agricultor a tentar caminhos individuais para a venda do produto do seu trabalho. Agora, além dos núcleos urbanos próximos à área de cada projeto, as vendas das associações e, principalmente, das cooperativas começam a alcançar cidades de grande e médio porte - e até o exterior - em busca das melhores condições de preço, prazo de pagamento e regularidade da demanda". (op. cit:18).

Segundo a CODEVASF, a adoção da emancipação só foi definitivamente proposta depois que ficou demonstrado o acerto das primeiras experiências de atribuição às entidades dos usuários dos perímetros da responsabilidade de administrar obras de recuperação da infra-estrutura de uso comum: canais, acéguas, drenos, estradas. A partir daí, esta passou a ser uma política definitivamente assumida pela CODEVASF, em relação a todas as entidades que se dispõem a incorporar a tarefa sempre dentro do processo de crescente delegação de responsabilidades, com vistas à definitiva emancipação.

Um balanço da política de emancipação, por parte da CODEVASF, dá conta de que:

"As obras têm tido seus custos reduzidos - às vezes em mais de 50% - em relação aos incorridos em obras administradas diretamente pelo poder público. Os prazos são mais estritamente cumpridos e a qualidade dos serviços mostra-se superior. Todas estas vantagens resultam da proximidade e interesse do beneficiário final, o irrigante, que além de ser e sentir-se como o virtual dono da cooperativa ou associação, acompanha, cobra e fiscaliza a execução dos serviços, situação bem diferente de quando estes são administrados a partir de Brasília ou de sedes regionais, a centenas de quilômetros de distância". (op. cit.:20).

Desde o início do segundo semestre de 1987, onze cooperativas e associações assumiram, em diferentes proporções, responsabilidades de execução e/ou administração de obras e outros serviços, relacionados com:

- recuperação e ampliação da infra-estrutura de uso comum de irrigação e drenagem;
- recuperação e reformulação da infra-estrutura parcelar de irrigação;
- recuperação da rede viária interna aos projetos;
- recuperação e ampliação da infra-estrutura de processamento e comercialização da produção (armazéns, usinas de beneficiamento, material de transporte etc.);
- recuperação e ampliação da infra-estrutura social (escolas, postos médicos);
- construção de habitações para colonos.

No que se refere ao seu novo papel, a CODEVASF se posiciona afirmando que:

"O acerto da política de emancipação e a sua extensão aos novos projetos de irrigação, que tendem a se conformar mais ao modelo misto que ao figurino clássico do modelo público, colocam para a companhia a necessidade de assumir novo papel, dentro de sua finalidade maior de promoção do desenvolvimento integral da região do vale do São Francisco. À medida que desaparece a tutela, cresce o companheirismo. No passado, a CODEVASF era sistematicamente responsabilizada pelos erros - seus e alheios. Apesar de deter, legalmente grande poder de decisão sobre os colonos - até mesmo quanto ao que plantar, de que forma manejar o cultivo, como e a quem entregar a produção - a influência real sobre os perímetros era reduzida pela relação frequentemente inamistosa, que não dependia das pessoas que protagonizavam o processo, mas que era fruto mesmo do modelo em vigor". (op. cit.:22).

Este novo papel, segundo a própria CODEVASF, deverá ser:

"regressivo quanto à permanência e abrangência e progressivo quanto à habilitação gerencial dos produtores rurais". (CODEVASF/DO 1989:02).

Esta concepção é proveniente do entendimento de que:

"A emancipação do projeto de irrigação é um processo que exige do agricultor conhecimento, consciência e percepção de todo um complexo de atividades, o que lhes possibilitará organizar-se para administrá-lo e adquirir autonomia econômica e financeira". (op. cit.:02).

Diante desta compreensão é que a CODEVASF justifica a definição do seu novo papel.

Para os novos projetos (que tendem a se conformar mais ao modelo misto), a CODEVASF determina que a emancipação ocorra desde a concepção inicial de cada um

deles. A proposta contém duas etapas:

"A primeira etapa corresponde à definição, decisão, implantação da infra-estrutura e a classificação e seleção dos primeiros agricultores. Ainda nessa etapa deverá ser celebrado o contrato de co-gestão, que dará à organização de agricultores a responsabilidade de administrar o perímetro, selecionando e contratando serviços de assistência técnica e operação e manutenção, bem como responsabilizando-se pela classificação ou seleção de novos irrigantes". (op. cit.:03).

"A segunda etapa corresponde à operação dos projetos. Nesta oportunidade, a organização dos agricultores assumirá o conjunto de atividades de planejamento, execução, administração, operação, manutenção, pesquisa, assistência técnica, crédito, capacitação e comercialização em cada projeto. A ação do governo continua a ser de assessoria, fiscalização das atividades delegadas e repasse dos recursos definidos em contrato com a organização (...)" (op. cit.:04).

Após estas duas primeiras etapas concluídas, viria a emancipação.

Um outro dado importante é a constituição da estrutura operacional proposta pela CODEVASF, que vai conduzir os novos projetos. Ela é composta de três níveis: Coordenação Geral do Programa de Irrigação, Unidade Técnica Avançada e Distrito de Irrigação.

A Coordenação Geral será constituída pelos órgãos de governo responsáveis pelo projeto e coordenará as ações desenvolvidas nos projetos, agilizando e acompanhando os serviços executados, estabelecendo linhas a serem adotadas em função do cronograma de obras,

implantação das infra-estruturas, entre outras tarefas.

A Unidade Técnica Avançada terá por função primordial contribuir na inscrição e classificação dos futuros irrigantes e mobilizá-los para constituição do Distrito a ser responsável pela administração do perímetro. Esta função poderá ser executada por uma consultoria.

O Distrito de Irrigação será o órgão executivo responsável pela plena administração dos projetos, através da celebração de um contrato de co-gestão da administração, envolvendo a CODEVASF/Distrito de Irrigação. O distrito é uma organização privada de caráter coletivo, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica.

7.1.2- OS MODELOS INSTITUCIONAIS DE IRRIGAÇÃO.

Quando na década de 50, surgiram as moto-bombas e as bombas elétricas a irrigação era feita predominantemente, de forma privada, onde predominava também a parceria. Posteriormente, o Estado passou a executar, mesmo que timidamente, obras de captação e só muito depois, começou a executar obras de irrigação pública, sendo que os primeiros perímetros públicos de maior amplitude foram Mandacaru (Juazeiro-BA) e Bebedouro (Petrolina-PE).

Com o desenvolvimento da irrigação no vale do São Francisco, outros modelos institucionais de irrigação surgiram e tomaram força no contexto da política de irrigação ao ponto de, hoje, os modelos privado e misto receberem um nível de prioridade, por parte das instituições financiadoras, muito maior do que o modelo público que foi o primeiro a ser concebido e experimentado, no contexto de uma política de desenvolvimento para a zona semi-árida, mais especificamente o vale do São Francisco.

Hoje é possível se distinguir três modelos institucionais de irrigação, segundo classificação da CODEVASF.

7.1.2.1- O MODELO PÚBLICO:

Neste modelo, o poder público constrói a infra-estrutura de irrigação. Nela estão incluídas estações de bombeamento ou represas, condução de água, drenagem, irrigação parcelar para os pequenos irrigantes e, no caso dos demais irrigantes e empresários, fornece água à porta do lote. Constrói a infra-estrutura social: agrovilas, escolas e postos de saúde. Quando não há agrovilas, constrói residências em cada lote. As casas têm eletricidade, água encanada e esgoto. Cuida-se também da urbanização. Da infra-estrutura de produção fazem parte armazéns, máquinas de beneficiar produtos, como o arroz, entre outros. Adquirem-se máquinas e equipamentos para uso comum dos colonos e máquinas necessárias à manutenção da infra-estrutura comum de irrigação.

A terra onde está situado o perímetro, em geral, é adquirida. Nas formas de aquisição estão a desapropriação por interesse público ou, então, a simples compra, quando há acordo com os proprietários. É possível, se a estrutura imobiliária permitir, evitar a desapropriação ou, então, usá-la apenas em parte.

O poder público seleciona os colonos e

empresários, treina os colonos, mantém serviços de extensão que compreende em média, um técnico para cada 20 irrigantes. Esse serviço de extensão poderia pertencer ao SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural) liderado pela EMBRATER; ser privado ou similar ao IRGA do Rio Grande do Sul.

O poder público administra o perímetro. Nisto está a manutenção da infra-estrutura comum de irrigação (estações de bombeamento, represas, canais, rede de drenagem, prédios); treinamento de colonos, escola primária e saúde. Auxilia a comercialização e a compra de insumos, através de cooperativas e de outras formas de ação, como por exemplo, a agroindústria.

Tais projetos têm custo elevado, nunca inferior a US\$ 6.000,00 por hectare havendo casos de até US\$ 12.000,00 por hectare. A distribuição dos custos em percentagem não varia muito além do que aparece no quadro 7.2, ou seja, lotes de 5 ha., num projeto de 10.000 ha, sendo 2.000 ha para irrigantes com áreas superiores a 5 ha. (empresários).

O governo procura ressarcir-se dos investimentos feitos. A infra-estrutura de educação e saúde é a fundo perdido.

QUADRO 7.2

ITENS	%
-infra-estrutura de moradia, saúde e escola	28,70
-infra-estrutura de produção: máquinas, armazéns, equipamentos, desapropriação de terras	7,80
-infra-estrutura de irrigação a nível de parcela	27,50
-associativismo e treinamento dos colonos durante quatro safras	6,40
-infra-estrutura de uso comum: captação de água, distribuição de água, drenagem, rede viária, rede elétrica principal, estudos e projetos básicos e executivos	29,60
TOTAL	100,00

fonte: CODEVASF, Brasília, abril de 1989.

Considera-se como infra-estrutura de irrigação: estações de bombeamento (ou represa), estradas de uso comum, canais, drenos, rede elétrica para estação de bombeamento e prédios de administração. O valor encontrado é dividido por 50 e por 12, estabelecendo a prestação mensal. Não incidem juros. A cada ano esse valor é corrigido levando-se em conta a inflação. O cálculo é feito perímetro por perímetro. A infra-estrutura é portanto ressarcida em 50 anos. Quando o perímetro é submetido a uma recuperação, os investimentos feitos representarão adições.

As despesas de manutenção, que incluem as despesas de operação do sistema de irrigação, extensão rural, entre outras, são divididas pelo volume de água consumido. Cada irrigante paga conforme a água que consome.

É ainda cobrado dos irrigantes o valor do lote e da infra-estrutura nele construída - irrigação, drenagem, casa, etc. Sobre o valor obtido incidirá correção, de acordo com o índice do governo e taxas de juro estabelecida pelo Ministério da Irrigação. O prazo de pagamento, no caso de compra, é de 12 anos, com cinco anos de carência, podendo contudo, ir até 25 anos dependendo do estatuído pelo antigo Ministério da Irrigação.

Há a opção de aluguel do lote. O preço variava, na época da pesquisa, de perímetro para perímetro, de 5,5 a 7,0 OTN por hectare/ano. O pagamento é feito em três parcelas por ano.

Segundo manda a legislação, o perímetro público é dividido em duas partes: 80% são para pequenos irrigantes e 20% para os demais irrigantes e empresas. O pequeno irrigante tem um lote que varia de 4 a 10 ha, podendo ser um pouco maior. O ministro da pasta da Irrigação pode mudar a proporção para 50% para cada

lado⁽⁵⁴⁾.

As avaliações da CODEVASF consideram que "os perímetros públicos tiveram papel importante em difundir a irrigação em determinadas regiões, estimulando a iniciativa particular. (CODEVASF, 1989:08) (grifo do original). O pólo Petrolina-Juazeiro é um caso bem sucedido, principalmente no que tange à parte dos empresários. Neste pólo a integração é maior, inclusive, com a agroindústria. O pólo está abrindo-se para o mercado externo, com boas possibilidades de ampliar as exportações.

No entanto, a CODEVASF também considera que a irrigação pública, na forma descrita acima, deve ser usada em condições muito especiais: "efeito demonstração e acomodação de problemas sociais criados por determinadas ações de governo". (op. cit. 1989:08). A barragem de sobradinho exigiu, para compensar os agricultores, a construção de perímetros irrigados em Sergipe e Alagoas, que custaram cerca de US\$ 12.000,00 por hectare. O modelo é válido para abertura de regiões à agricultura, criando pólos de desenvolvimento", afirma Eliseu Alves, à época, presidente da CODEVASF. (op. cit.:08).

(54) Maiores detalhes ver aspectos da lei de irrigação no item que trata da "dimensão legal" da irrigação, no capítulo VI.

A CODEVASF, analisando o modelo público, conclui que não é possível estender o mesmo tratamento aos milhões de pequenos agricultores, arrendatários e trabalhadores rurais.

Essa avaliação é feita, baseada no argumento de que um pequeno irrigante, assentado num lote de 5 hectares, recebe investimentos, contando tudo, de US\$ 30.000,00 para uma família de 6 pessoas, o que corresponde a US\$ 5.000,00 por pessoa. Deixando de lado os investimentos sociais, o agricultor recebe um lote que tem valor de mercado de US\$ 20.000,00, no mínimo. Pode-se alugá-lo da CODEVASF pelos valores mencionados ou, então, comprá-lo em condições muito favorecidas quanto a juros e prazos. Além disso, recebe assistência técnica (embora ainda deficiente), de muito melhor qualidade e intensidade que a recebida pelos agricultores brasileiros.

É válido argumentar que, de agora em diante, o agricultor terá que pagar os custos, através da tarifa d'água e prestações que cobrem o valor do lote ou, então, o aluguel, como foi descrito.

Na medida em que os subsídios sejam eliminados, reduzem-se em parte os problemas de equidade. Mas a experiência tem demonstrado que dificilmente isto

acontece.

Na mesma linha de argumentação, a CODEVASF afirma que, quando o projeto gera corrente de renda anual superior aos custos, parte do excedente pode ser apropriada pelo governo para financiar programas que beneficiem aqueles que ficaram à margem. Contudo, infelizmente, os perímetros públicos não têm gerado excedentes.

Outra conclusão importante que a CODEVASF tira em sua análise é com relação ao aspecto da produtividade.

O então presidente do órgão, Eliseu Alves, autor do referido documento diz que:

"Na realidade, o interesse está no excedente que é gerado em relação aos custos. Quanto maior for o excedente, tanto maior é a contribuição do projeto público para a sociedade. Não há, contudo, estudos que meçam esse excedente. Forma alternativa de avaliá-lo, embora pouco precisa, é através da produtividade da terra. Esperam-se duas safras por ano. Ou seja, índice de utilização da terra pelo menos igual a 2. E, obviamente, a agricultura irrigada deve produzir, por hectare, quantidade pelo menos equivalente a 3 vezes à da agricultura de sequeiro. Dados mostram uma utilização da terra muito baixa: o índice de utilização está entre 0,5 e 1,0. Raramente atinge 1,5. A produtividade é igual à da agricultura de sequeiro ou então muito pouco acima. Uma evidência adicional é o alto índice de inadimplência em relação ao pagamento da tarifa d'água e prestações de lotes, que é da ordem de 30% dos irrigantes, embora as tarifas e preços dos lotes estejam muito subsidiados". (Alves, Eliseu. 1989:09 e 10).

Do ponto de vista da CODEVASF, as explicações para este pobre desempenho relacionam-se aos seguintes fatores:

- "Crédito Rural": não é adequado no que respeita a montantes e épocas. Quando atrasa, o que é regra, inviabiliza o aproveitamento mais intenso da terra; quando em quantidade inferior à indicada, reduz a aplicação de insumos modernos, afetando, de forma drástica a produtividade. Os agricultores tomam crédito para a primeira safra, quando ainda não sabem lidar com a agricultura irrigada. Fracassam como produtores. Inviabilizam, por isto, o cadastro. Sem crédito, voltam às práticas da agricultura tradicional, sem insumos modernos, de onde o governo sonhava libertá-los.

- Falta de conclusão do projeto e manutenção inadequada: O problema principal que tem sido indicado é não ter sido completada a estrutura de drenagem ou, então, falta de manutenção. Há problema com canais, que vazam, acéguas, aspersores etc. A drenagem inadequada tem causado problemas de salinização, facilmente sanáveis. No entanto, estes problemas são responsáveis por pequenas quedas de produtividade.

- Tecnologia Agropecuária: O treinamento dos agricultores deixa muito a desejar. As conquistas da ciência estão ausentes, principalmente no que diz respeito ao preparo do solo, manejo das culturas e de água, cultivares, etc. A maioria dos agricultores falha porque não domina a tecnologia correta. Por isso, fica inadimplente com os bancos e com a CODEVASF.

Quando selecionados, os pequenos irrigantes (80% da área do projeto), tinham muito pouca experiência com agricultura moderna; viveram apegados a um tradicionalismo que dura séculos; muitos eram trabalhadores que não tomavam decisão sequer sobre coisas muito simples. De repente, são alçados à condição de agricultor, senhor de seu negócio. Ora, o período de adaptação é longo e nesse período de adaptação o agricultor é presa fácil do insucesso como produtor e comerciante. Quantos vão à falência? no projeto público, não cabe deixar funcionar, com toda a força, as leis de mercado, pelas quais os incompetentes são eliminados. Por isto, os que falham permanecem nos perímetros; mas, sem acesso ao crédito e desacreditados com as firmas que vendem insumos modernos.

- **Administração do Perímetro:** incluem-se neste processo o manejo da água, extensão rural, decisões de plantio, manutenção da infra-estrutura, cobrança de tarifa d'água, aluguéis, prestações de venda do lote etc.

Neste ponto, o documento oficial conclui que:

"há imenso paternalismo. Sente-se o agricultor quase como um funcionário do governo, sem carteira de trabalho assinada. Por isso, raramente reage contra a má qualidade dos serviços que lhe são prestados". (op. cit.:10). (grifo nosso).

7.1.2.2- O MODELO PRIVADO:

Na concepção da CODEVASF, este modelo é o oposto do modelo público. É de total responsabilidade da iniciativa particular. Um agricultor, grupo de agricultores ou empresa decide irrigar. A área é escolhida, os investimentos são feitos e a agricultura acontece sob a responsabilidade e administração de quem decide irrigar. O financiamento pode ser através de recursos próprios ou de outras formas de captação, inclusive utilizando-se de linhas de crédito estabelecidas pelo governo.

O poder público pode construir a infra-estrutura de eletricidade e estradas. Nestes casos a infra-estrutura objetiva beneficiar mais uma região ou um grupo maior de agricultores. Segundo a CODEVASF, a construção dessa infra-estrutura pode ser a fundo perdido ou, então, quando

específica para o agricultor, grupo de agricultores ou empresa, financiada pelo governo.

Para Alves, 1989, a vantagem desse modelo é permitir a escolha para irrigação, das áreas de custos mais baixos, melhores situadas e de infra-estrutura já disponível. O autor ainda considera que como não há paternalismo, é de interesse da iniciativa privada obter rendimentos econômicos máximos. Considera também que quem se aventurar no procedimento, ou terá competência ou a obterá no mercado, contratando técnicos capazes.

O modelo se aplica tanto a pequenos, quanto a grandes projetos de irrigação. Nos casos dos pequenos agricultores, o governo costuma estabelecer prazos de financiamentos e taxas de juros mais favorecidos. A assistência técnica é gratuita, como já acontecia com a extensão rural do SIBRATER e CATI em São Paulo.

A CODEVASF entende que a desvantagem desse modelo é:

"Para projetos que envolvem grandes áreas, exigem infraestrutura de captação e condução de água de custos elevados. É difícil captar a soma de recursos necessários para financiá-los, a não ser através de estímulos especiais, dificilmente a iniciativa privada fará investimentos em regiões em que a infra-estrutura de estradas, comunicações não esteja estabelecida". (op. cit.:13). (grifo nosso).

7.1.2.3- O MODELO MISTO:

O modelo misto se caracteriza por incluir a participação do governo e da iniciativa privada. Na concepção da CODEVASF, esse modelo é mais adequado para os casos em que a infra-estrutura de captação, de condução de água e de drenagem demandar grandes somas de recursos.

Outro traço do modelo é a organização dos agricultores ou empresas sob alguma forma de associação, para interagir com o governo, a fim de estabelecer o modo de operação: da construção à fase de produção; forma de financiamento etc. Quando houver desapropriação será de natureza parcial. O envolvimento do governo pode ser maior na fase de planejamento e de obras. A fase de produção é de total responsabilidade da associação que for instituída, podendo contar com a cooperação de entidades do governo.

A CODEVASF exemplifica as situações em que o modelo misto pode ser usado:

- "Um grupo de agricultores organiza uma sociedade sem fins lucrativos. O governo cria linhas de crédito que financiam infra-estrutura básica e a parcelar. O grupo de agricultores, através da sociedade (associação), pode reservar áreas para assentamento de colonos, inclusive encarregando-se de realizar o assentamento, sendo os custos financiados pelo governo, de acordo com as normas

usuais.

- Um grupo de pequenos agricultores também pode realizar a mesma coisa, principalmente quando já estiveram organizados de alguma forma. Se houver grande propriedade na área, poderá ser adquirida e dividida: "é possível reservar-se para o dono, dentro do espírito do projeto". (op. cit.:14)

Nesta caso, observa a CODEVASF que:

"Como é para pequenos agricultores, o envolvimento do governo é muito maior. Contudo, desde o planejamento até a construção das obras haverá participação ativa da sociedade (associação) instituída pelos agricultores. A fase de produção será de responsabilidade da sociedade (associação), que poderá contar com a ajuda do governo quanto a treinamento de colonos e pesquisas, ajudas estas a fundo perdido". (op. cit.)

- "Empresa ou conjunto de empresas que adquiriu grande área propõe a concepção de um projeto do governo.

O projeto conterá área para pequenos e médios empresários (de 25 a 100 ha) e grandes empresários (mais de 100 ha). É possível estabelecer área para pequenos irrigantes, sendo o governo responsável por seus custos, conforme a lei de irrigação. Mas, confiará à empresa o assentamento e treinamento dos irrigantes, ressarcindo as despesas do modo combinado, no acordo que for estabelecido.

Será estabelecida linha de financiamento para as fases de planejamento de obras comuns e parcelares e a agrícola. O governo pode participar na fase de planejamento e na de construção de algumas infra-estruturas, sendo ressarcido conforme estabelecido em acordo". (op. cit.)

A terra será vendida aos empresários e esta, entende a CODEVASF, é uma forma de pagamento de parte dos custos; os demais custos podem ser ressarcidos através da

cobrança, pela empresa, da tarifa de água; ou, então, se financiados pela empresa, através de prestações.

Depois da entrada em funcionamento destes três modelos, a CODEVASF concluiu que:

- "O modelo público, por ser muito oneroso, deve ser usado com muita cautela".

- "O modelo privado é o de maior potencial no Brasil, no momento. Aliás, o mais difundido".

- "O modelo misto deverá substituir o público, como forma de intervenção do governo". (op. cit.:15) (grifo do original).

7.1.3- EMANCIPAÇÃO COMO "PRIVATIZAÇÃO": ANÁLISE CRÍTICA

A implementação da política de emancipação é hoje o fato mais recente na trajetória da política de irrigação. Este processo vem provocando uma completa mudança na sua concepção e também nas relações sociais de produção que a envolvem.

A posição do Estado no novo cenário se torna bem mais definida do ponto de vista político e se encontra em perfeita harmonia com a política econômica global, que se caracteriza pela "retirada do Estado de setores estratégicos da economia", passando este a reduzir suas funções à aplicação do dinheiro público em infra-estrutura destinada ao crescimento da iniciativa empresarial privada.

Como se pôde perceber, os tópicos anteriores que tratam da política de emancipação do ponto de vista oficial, tiveram uma descrição bastante detalhada. Isso foi feito propositalmente, com o intuito de mostrar a magnitude da vitória que a CODEVASF alardeia, em relação à política de emancipação e seus resultados já possíveis de serem mensurados.

A emancipação dos perímetros públicos de irrigação já era uma ação prevista desde a concepção da política de irrigação, que deveria ocorrer progressivamente, à medida em que as entidades dos irrigantes (cooperativas e associações) fossem adquirindo condições para assumir o gerenciamento do projeto.

Contudo, o interesse que tinha a burocracia estatal de manter um certo controle sobre o processo de organização dos colonos fez com que esse componente da política de irrigação fosse completamente relegado naquela fase de testes, descobertas e tentativas de viabilização técnico-agronômica e econômica da irrigação.

Com o avanço do processo de expansão e com a certeza da viabilidade, principalmente econômica⁽⁵⁵⁾, o Estado foi progressivamente sucumbindo às pressões dos grupos econômicos locais e de fora da região, no sentido de criar mecanismos e adotar políticas que viessem a lhes favorecer em vários aspectos, para os quais não havia ainda despertado o interesse desses setores, como a valorização de capitais, a partir da produção agrícola.

(55)-----
Muitos dos aspectos agronômicos ainda não foram resolvidos, principalmente aqueles que têm influência sobre a preservação dos recursos naturais, como a salinidade dos solos e o controle fitossanitário, entre outros.

Tudo isso ocorre no momento em que o Estado passa a exaltar o neo-liberalismo, passando a assumi-lo como guia de sua política econômica, o que vem se materializando através da privatização de empresas estatais e da retirada do Estado de setores importantes e até estratégicos da economia.

Nessa mesma linha, um outro fator importante que passa a ser anunciado nesse momento e que tem influência direta sobre a irrigação pública é uma certa crise financeira que passa a se abater sobre o Estado. Este fator casa perfeitamente com a política neo-liberal, reforçando o argumento da privatização.

No entanto, os dados levantados pela pesquisa e já discutidos no item que trata da "dimensão financeira" da irrigação, demonstram que a fase atual da irrigação é a que se encontra mais favorecida no que se refere a disponibilidade de recursos financeiros, o que vai de encontro às argumentações oficiais que tentam justificar a emancipação, neste momento, como uma necessidade criada pela crise financeira do Estado.

Neste sentido, a mudança de rumo identificada mais claramente a partir de 1985 surge com a certeza da viabilidade econômica da irrigação enquanto campo de

valorização de capitais, tanto do ponto de vista da agroindústria à montante e à jusante do processo produtivo, quanto do ponto de vista da produção direta da matéria prima, além do mercado de terras valorizadas com as obras de infra-estrutura, como verificou Graziano et alii (1988).

Essas mudanças, no entanto, já vinham sendo preparadas desde a primeira metade da década de 80, a partir do programa lançado pelo governo de Pernambuco em 1980, sob o título "Desenvolvimento da Agroindústria no Estado de Pernambuco", elaborado quando das mudanças técnicas sugeridas pela ODA (Overseas Development Administration), empresa contratada por aquele governo para rever a proposta inicial de implantação do projeto Nilo Coelho.

A partir daí, a relativa ampliação do espaço para ocupação com lotes empresariais nos perímetros públicos - amparada logo de imediato pela lei de irrigação, seguida pela oficialização da política de emancipação - desencadeou também o processo de privatização da irrigação pública, cujas vias estão identificadas, ao longo deste trabalho, nos projetos Bebedouro e Nilo Coelho.

Desta forma, a política de emancipação, iniciada através da co-gestão, onde o Estado e colonos organizados - seja através das cooperativas ou dos Distritos de Irrigação - passaram a administrar os perímetros, levou a uma situação de "abandono" destes mesmos perímetros, por parte da CODEVASF, não sendo cumpridos os contratos de co-gestão. Mas, por outro lado, mesmo sem conseguir reabilitar os perímetros que estão em funcionamento há algum tempo, a CODEVASF procurou ampliá-los e até implantar novos projetos através do modelo de perímetros públicos.

Nessa conjuntura de crise financeira do Estado, no entanto, a ampliação da irrigação através de perímetros públicos só pode ser compreendida a partir do momento em que ocorre um incremento da participação do capital estrangeiro no financiamento das obras de implantação dos projetos.

A importância desse fato reside em dois fatores: o primeiro é a existência assegurada de uma contrapartida nacional, que passa a oferecer uma certa segurança no que se refere à conclusão das obras de captação e distribuição, o que é uma das exigências dos setores empresariais que ali irão investir. Por sinal, são estes setores os principais beneficiários da maioria dos novos

projetos. O segundo fator é a entrada de investimentos estrangeiros no país, o que tem se configurado em uma das grandes bandeiras dos últimos governos. Só que, para que estes investimentos sejam realizados, os investidores exigem a adoção de uma política econômica com as características privatizantes já expostas.

Além destes, um outro fato importante que passa a se configurar com a ampliação da irrigação, ainda que nas condições delineadas acima, é que as novas áreas que ainda não possuem infra-estrutura de armazenamento de água, eletrificação e estradas, serão beneficiadas através da instalação de obras e perímetros públicos, que abrirão espaço e proporcionarão as condições para a iniciativa privada investir, atendendo-se assim às reivindicações dos mesmos grupos econômicos que, por outro lado, reclamam a retirada do Estado da economia.

Como pressuposto da análise que ora se desenvolve neste estudo, considera-se que a emancipação se constitui em uma fase indispensável dentro do processo de implantação da política de irrigação, como estava prevista desde a sua concepção, independentemente de qual seja o perfil político ou o caráter da intervenção de quem a executa. No entanto, os pressupostos que hoje norteam a sua implementação (rompimento brusco com o "paternalismo",

o ritmo acelerado das transformações, o desprezo para com os aspectos da organização da produção num mercado fortemente oligopolizado, o não cumprimento de contratos de co-gestão etc.) têm provocado sérias consequências para os beneficiários mais instáveis economicamente, que, sequer, aprenderam a trabalhar com conceitos empresarias, contábeis e/ou administrativos.

Portanto, ao fazer autocrítica do caráter da sua intervenção histórica, reconhecendo o paternalismo, o assistencialismo e o autoritarismo como danosos aos interesses dos colonos, a CODEVASF propõe o rompimento com essa postura através da emancipação dos perímetros públicos.

A partir dos dados levantados pela pesquisa (já apresentados ao longo deste trabalho), pode-se afirmar que, do ponto de vista do conteúdo da proposta de emancipação, significando o rompimento com toda uma prática histórica indesejável para os colonos, nada se tem a questionar, até porque, na verdade, essa postura, tida hoje como nova, já deveria vir sendo adotada desde o início da irrigação. O que se questiona, portanto, é a forma como essa "nova" visão vem sendo posta em prática, desconsiderando-se completamente todo um processo histórico de construção de uma estrutura de dependência

estatal, que deriva para a inexistência de condições de sobrevivência econômica, de um setor descapitalizado, diante de um mercado fortemente oligopolizado.

Além disso, coloca-se a questão da emancipação imediata, ao mesmo tempo e nas mesmas condições, de perímetros antigos e de perímetros recém instalados ou que estão começando a entrar em funcionamento.

A experiência acumulada até agora demonstrou que são necessários vários anos para que um perímetro público funcione em condições técnicas e econômicas mínimas.

Bebedouro, um perímetro que entrou em funcionamento em 1968, portanto há aproximadamente 22 anos, está sofrendo grandes impactos com a emancipação, como já discutido no capítulo II. Já **Nilo Coelho**, que entrou em operação em 1965, há aproximadamente cinco anos, portanto, não recebe as mesmas condições, ou seja, um tempo mínimo para que aqueles colonos adquirissem experiência com agricultura irrigada, já que a emancipação em **Nilo Coelho** começou também em 1965, logo que o perímetro entrou em operação.

Em consequência, os impactos também são diferentes e proporcionais à falta de experiência e de

estrutura para resistir às adversidades colocadas pela emancipação.

Durante a realização da presente pesquisa, verificou-se que a implementação da política de emancipação, mesmo nas atuais circunstâncias, se dá de uma forma bastante irresponsável pela CODEVASF.

Observou-se, por exemplo, que um dos pré-requisitos para a emancipação e que deve ser levado a cabo no período da co-gestão é a "reabilitação" dos perímetros públicos. A palavra reabilitação, no entanto, traz consigo a constatação de que existe uma determinada debilidade nos perímetros pois tudo que precisa ser reabilitado, obviamente, é porque está debilitado. No entanto, qualquer estrutura de porte considerável, como é o caso de um perímetro público de irrigação (desde a captação até a aplicação na parcela) sofre constantemente depreciações e, certamente, a CODEVASF possui todo um aparato técnico que é exclusivamente responsável pelos reparos.

A pesquisa mostrou, no entanto, que está ocorrendo um verdadeiro descaso por parte da CODEVASF, principalmente no que diz respeito ao projeto Nilo Coelho, que se encontra em completo estado de abandono, tanto em

termos da manutenção da sua infra-estrutura, quanto em termos da assistência técnica, o que foi literalmente extinta em 1989. Chegou-se ao ponto de em março/abril de 1990, por ocasião da pesquisa, poder-se constatar que apenas aproximadamente 10% da área irrigada estava sendo plantada.

Um funcionário da CODEVASF, em Brasília, que no momento em que foi entrevistado era um dos responsáveis pela assistência técnica, deu esta declaração:

"No Nilo Coelho, a situação da assistência técnica é a seguinte: antes existia um convênio da CODEVASF com a EMATER, que fornecia os técnicos que eram pagos com recursos da CODEVASF, depois o convênio foi desfeito e cada associação decidia se queria fazer o convênio com a EMATER ou se contrataria seus próprios técnicos. Depois, por falta de repasse de recursos pela CODEVASF e por problemas salariais uns técnicos foram saindo e outros demitidos. Hoje o projeto não tem nada plantado e nem assistência técnica. Existe também uma grande indefinição da CODEVASF quanto ao que fazer, se contrata uma empresa privada de assistência técnica ou se busca outra saída. Aliado a isso, tem o problema da sustentação financeira da CODEVASF, além do problema da traça do tomateiro que no ano passado acabou com a produção".

Como consequência deste processo, segundo informações de funcionários do distrito de irrigação do projeto Nilo Coelho, está ocorrendo uma grande elevação no número de colonos que estão abandonando os seus lotes e sendo substituídos, através da compra de lotes, por novos

colonos.

Estes novos colonos, por sua vez, se caracterizam por possuírem um nível bem mais alto de capitalização do que aqueles que saíram.

Como consequência de todo esse processo, observa-se que a condição "sine-qua-non" para que haja a permanência da produção familiar, resultante da colonização, nos perímetros irrigados, é a sua empresarialização, ou seja, quem não se transformar em empresário será vítima de um processo de "seleção natural", como concebe a própria CODEVASF.

Pode-se, portanto, observar, a partir destas informações, que está ocorrendo um processo de privatização dos perímetros públicos. Este processo ocorre por diversas vias, que variam em função da realidade de cada perímetro. Desta forma, a abertura de novas áreas; a substituição de colonos por empresários capitalistas; o aumento relativo da participação de lotes empresariais (mais de 50ha.), nos novos projetos (projeto Tourão) e nas áreas adicionais (Bebedouro II); réformam completamente o perfil do "público meta", inicialmente definido pela burocracia estatal, substituindo-o por um outro perfil no qual o nível de capitalização é fator marcante e

Indispensável.

Isso significa dizer que predomina na política de irrigação, hoje, claramente, o modelo da grande empresa agrícola capitalista. Não há mais dimensão social, nem espaço para inclusão de pequenos (modernos ou cooperados). A irrigação é empresarial mesmo, ou seja, para empresários capitalistas de grande porte.

Tudo isso vem acompanhado de retóricas, como: o "modelo misto" é mais eficiente, mais austero para o Estado e coerente com a nova ideologia dominante.

O debate sobre os custos financeiros da irrigação pública está razoavelmente colocado na introdução. No entanto, mesmo que se admita que este custo é alto e que a irrigação pública não se mostrou eficiente até o momento, como faz Paiva (1987:15), é preciso também que se diga que o fracasso não foi da irrigação pública, mas de um certo modelo de irrigação pública, o modelo CODEVASF: autoritário, paternalista, assistencialista e desperdiçador de recursos. Esse modelo, na verdade, tinha compromisso com a irrigação e não com a irrigação pública.

A emancipação, por outro lado, reforça a argumentação de que "transformar um produtor familiar

"atrasado" em um produtor familiar "moderno", no Nordeste, sai muito caro para o Estado. Na discussão da problemática da modernização da produção familiar no Nordeste, esta questão vem colocando em cheque as políticas públicas dirigidas para esse fim, nos últimos anos, principalmente quando elas são conduzidas sob a ótica daqueles que mergulharam na ideologia do neo-liberalismo, hoje, tão presente nos países capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A generalização das conclusões deste estudo só é possível de ser feita no campo político da intervenção do Estado, tendo em vista que a mensuração de uma média relativa a qualquer aspecto, a partir de dados coletados em alguns perímetros públicos, não dá conta de compreender o conjunto das relações estabelecidas a partir da irrigação e, muito menos, homogeneizá-las.

Esta concepção provém do fato de que cada perímetro possui uma história e uma situação, suficientemente diferenciadas, para impedir determinadas generalizações. Não obstante, algumas questões importantes, aparecem, sempre, como conclusão de diversos estudos. Uma destas questões é o baixo nível de renda obtido pelos colonos, nos mais diversos perímetros irrigados já estudados.

Observando os limites acima expostos, o estudo levantou as seguintes conclusões:

. Marcos teóricos e metodológicos das explicações correntes, tais como: "o Estado quer criar uma classe média rural", "o Estado quer funcionários" ou as questões mais funcionalistas, "da ineficácia do Estado", "do burocratismo", "do paternalismo", que caracterizaram a maior parte dos estudos feitos até agora, passam a ser vistos, também, com novos olhos, quando se procura compreender as diversas faces da atuação da CODEVASF, que sempre se comportou como um Estado dentro do próprio Estado, estabelecendo e revisando alianças políticas para implementação da política de irrigação.

. A discussão sobre o custo sócio-econômico da irrigação continua sendo o centro das preocupações no interior dos órgãos governamentais. A questão é colocada ao se indagar sobre o que é mais viável: "ampliar" ou "reabilitar"? , já que, ao que parece, não é possível, para o Estado, dar conta das duas ações ao mesmo tempo. Nesta mesma linha, a tônica do discurso oficial tem incorporado exaustivamente a argumentação de que transformar um produtor "atrasado" em um produtor "moderno" sai muito caro para o Estado.

No entanto, a crise por que passa o Estado tem tido reflexos diferenciados na irrigação, onde a disponibilidade de recursos parece ser efetivamente maior

na atual fase do que nas anteriores, principalmente em função da realização de um grande número de convênios internacionais, o que vem a alicerçar o processo de ampliação da irrigação.

. Ao optar pela ampliação, tendo, agora, no modelo de perímetro misto, a base institucional desta ampliação, a CODEVASF passa a oferecer um maior apoio à irrigação privada, através das obras de infra-estrutura e da nova faceta da privatização, que é a ocupação de áreas públicas por empresas privadas, visando a produção direta de produtos agrícolas. Significa dizer que sem a presença do Estado, bancando a infra-estrutura, não existirá investimento privado na irrigação, ou seja, a iniciativa privada, também na irrigação, é uma "emanação do Estado". Isto coloca em questão, por outro lado, o próprio discurso neo-liberal, pregado pelos setores empresariais e assumido pelo governo.

. À medida em que a irrigação privada avança em função dos investimentos feitos na irrigação pública, a participação relativa da colonização nas áreas irrigadas tende a diminuir, como já vem acontecendo.

Neste contexto, a dinâmica "paternalismo" x "alforria" - pois é nestes termos que a emancipação tem

sido passada, como observou Salinas, 1989 - tem provocado uma forte elevação do índice de inadimplência, chegando, em muitos casos, ao abandono dos lotes, o que a CODEVASF denomina de "seleção natural".

Passa a existir, em função disso, uma completa rehierarquização da ênfase dada ao discurso oficial, abandonando-se o componente "social" e passando-se ao "moderno e emancipado".

. As possibilidade de diferenciação ascendente continuam fortemente limitadas para os colonos, como já atestavam diversos estudos feitos ainda na década de 70. Mesmo aqueles que conseguiram acumular até um determinado nível são obrigados a refazer opções econômicas - mercado imobiliário, compra de terras de sequeiro, compra de gado, etc. - para que possam validar esta acumulação. Isso reflete a sua fragilidade como parte integrante do circuito da produção.

Deriva daí que ao se rever hoje as fases anteriores da política de irrigação, pelo ângulo da sua dimensão política, constata-se que a viabilização econômica dos colonos nunca foi uma questão essencial, ainda que tenha sido perseguida. A existência, em vários momentos, de uma estabilidade econômica conjuntural

mínima, serviu para que a CODEVASF os tivesse como ponto de apoio e justificativa.

. O processo de implementação da política de irrigação no vale do São Francisco tem, basicamente, deslizado, até agora, em uma superfície sem atrito. O incipiente processo de organização dos colonos não conseguiu dar respostas concretas que viessem a mudar significativamente os seus rumos.

. A política de irrigação não tem sido objeto de discussão por parte da sociedade civil. Ou seja, do ponto de vista institucional (Sindicato, Igreja, Partido, Cooperativa, Associação), apenas as cooperativas e as associações podem ser, neste caso, considerados como espaços efetivos de organização política, por estarem realmente presentes durante todo o processo. Já os Sindicatos, a Igreja e os Partidos se colocaram completamente alheios e carentes de políticas específicas de atuação neste espaço que, antes de tudo, é contraditório.

Mesmo depois da política de emancipação as cooperativas e associações têm sido constantemente tuteladas pela própria CODEVASF, limitando assim as possibilidades de avanço do processo organizativo dos

colonos.

. No projeto Bebedouro, a cooperativa tem mantido uma postura exclusivamente produtivista. Isto decorre, tanto do fato de se ter interiorizado as antigas concepções de cooperativismo criadas durante o regime militar, quanto de se ter compreendido a correlação atual de forças no processo de produção.

Por um lado, essa postura contribui para retardar o avanço da consciência política dos colonos mas, por outro lado, tem contribuído, também, para viabilizar minimamente a sobrevivência dos seus associados.

A emancipação em Bebedouro está, de certa forma, refreada pela maneira como estão estabelecidas as relações entre a cooperativa e o mercado, principalmente as processadoras, cujo poder de barganha é majoritário em todos os sentidos. Este poder materializa-se, principalmente, na definição dos instrumentos que compõem as políticas públicas, como os subsídios e incentivos, bem como, na definição do preço de comercialização, principalmente dos produtos destinados ao processamento agroindustrial.

. No caso do projeto Nilo Coelho a situação é

mais grave. As 11 associações que lá existem - uma para cada núcleo com mais ou menos 150 colonos - não conseguem, sequer, tratar dos aspectos ligados à produção, como fazem as cooperativas. Elas têm servido, basicamente, de: repassadoras de recursos da CODEVASF, para pagar aos técnicos que prestam assistência técnica; administradoras das poucas máquinas que existem e provedora dos aspectos de infra-estrutura das agrovilas (saúde, educação, saneamento).

. O espaço aberto pela política de emancipação, através da qual a CODEVASF transfere para os colonos algumas responsabilidades, permite que estes colonos tenham condição de negociar, diretamente, com aquele órgão, o atendimento de suas demandas. Com isso, passam a viver, na prática, o enfrentamento das questões. Isso, por outro lado, contribui para romper com a prática paternalista da CODEVASF, politizando o seu processo organizativo.

. A política de irrigação, portanto, passou, a partir da segunda metade da década de 80, a uma fase superior do seu desenvolvimento, na qual, a certeza da viabilidade econômica conduz ao estabelecimento de um campo de conflitos entre os grupos envolvidos, qualitativamente diferenciado do que existia antes.

Os grandes grupos econômicos não se contentam mais apenas com o processamento agroindustrial ou com a comercialização de insumos, máquinas e equipamentos, nem tampouco só com a valorização fundiária ou com a construção de grandes obras; eles partem para a busca da valorização dos seus capitais também na produção direta de produtos agrícolas. Para isso, pressionam o Estado para que este elabore políticas que favoreçam seus interesses, como é o caso da política de emancipação, sob a qual paira o discurso do "moderno" e do "emancipado".

. Ao adentrar superficialmente em algumas questões o estudo acaba constituindo novos objetos de estudo que merecem um nível de aprofundamento superior ao que se dedicou aqui. Assim, questões como a dimensão institucional da irrigação e a trajetória social dos colonos, englobando aí os aspectos relativos ao seu processo de discussão e conscientização política, passam a se constituírem em lacunas na bibliografia existente sobre o tema, até o momento. Estes são, portanto, as duas mais importantes questões que se conseguiu pinçar e que podem servir como sugestões para outros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA Jr., Armando F. Relações de Produção em um Projeto da CODEVASF: o perímetro irrigado de Mandacaru. Campina Grande, UFPB, 1986. (Dissertação de Mestrado). Mimeo.

ALVES, Eliseu. Modelos Institucionais de Irrigação. Brasília, CODEVASF, 1989.

ANDRADE, Manuel C. de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 1962.

----- Tradição e Mudança. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ARAÚJO, J. Lincoln p. Caracterização Sócio-econômica dos Parcelheiros do Projeto de Irrigação de Bebedouro. Viçosa, UFV, 1987. (dissertação de Mestrado). Mimeo.

ARROYO, Gonzalo. Firmas Transnacionales, *Ases Industriales, Reforma Agrária y Desarrollo rural. Investigación Económica*. México, 147, XXXVIII, 1978.

BARROS, H. O. M. Irrigação Pública, Tecnologia e Emprego no Nordeste Brasileiro. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife, 3, 01. 1987.

BERNARDO, Maristela B. *Capitalismo e relações de Produção no Campo: os projetos de irrigação no Nordeste*. Brasília, UNB, 1978. (dissertação de Mestrado). Mimeo.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São paulo, perspectiva, 1987.

CARVALHO, J. Otamar de. *O Nordeste Semi-árido: questões de economia política e de política econômica*. Campinas, UNICAMP, 1985. (tese de doutorado). Mimeo

----- . *A Economia Política no Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

CHALOUT, Yves. *Governo de Transição com Velhas Práticas: o que sobra para o trabalhador rural? Nordeste Rural*. Recife, 1, 1, Jan/mar, 1988.

CODEVASF. CODEVASE 1985-88. Brasília, 1989.

----- . O Distrito de Irrigação. (Brasília), s. d.

COELHO, Jorge. Considerações em Torno do Programa de Agricultura Irrigada na Zona Semi-árida do Nordeste. Recife, s. ed., 1974. Mimeo.

----- . et alii. As Secas do Nordeste e a Indústria das Secas. Petrópolis, Vozes, 1985.

----- . et alii. Sugestões sobre o Planejamento Sócio-econômico em Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado no Vale do São Francisco. Recife, s. ed., 1987. Mimeo.

DELGADO, Guilherme da C. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo, Ícone, 1985.

DELGADO, Nelson G. Economia e agricultura no Brasil nas décadas de 70 e 80. (Rio de Janeiro), UFRJ, s. d. Mimeo.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. Programa Estadual de apoio ao Pequeno Produtor Rural. João Pessoa, s. ed., 1985.

- MACHADO, Eduardo p. et alii. Poder e Participação Política no Campo. São Paulo, Cerifa, 1987.
- MAFFEI, E. & SOUZA, H. R. de. Irrigação e Emprego: as diferenças regionais. Recife, s. ed., 1987. Mimeo.
- MARTINE, G. & GARCIA, R. C. Os impactos Sociais da Modernização Agrícola. São Paulo, Caetés, 1987.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola no Brasil. S. l., s. ed., fev. 1989. Mimeo.
- MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo, Moraes, 1987.
- MULLER, G. Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil. Revista de Economia Política. 2/2, 8, 47-77, abr/jun, 1982.
- OLIVEIRA, F. Elegia para uma Re(ili)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- PAIVA, A. B. Irrigação pública: realizações, problemas e perspectivas. Dados conjunturais da agropecuária. Brasília, 144, 15-30, abr. 1987.

PAULILO, M. C. *Crédito agrícola e pequena produção.*

Águas de São Pedro, s. ed., 1987. Mimeo.

PROJETO Nordeste: *Concepção básica.* Recife, s. ed., 1984.

SABBAG, W. Estado e pequena produção no semi-árido: retrospecto das experiências de fomento à irrigação.

Temas Rurais. Recife, 1, 1/2. Jul/dez. 1988.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SALLAS, A. F. *Delimitação dos principais aspectos do componente sócio-cultural nos perímetros irrigados em face ao processo de emancipação.* Brasília, s. ed., 1989. Mimeo.

SCHWARZ, A. *Raison d'état/raison paysanne: essai sur le développement rural.* Ottawa, Université Laval, 1989.

SILVA, J. G. da. *A Modernização Dolorosa.* Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

----- *Estudo Setorial sobre a Implantação de Projetos de Irrigação no âmbito do PRDINE e a Problemática Fundiária no Nordeste.* Campinas, UNICAMP, 1988. Mimeo.

SILVA, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: PINSKY, J. Capital e trabalho no campo. São Paulo, Hucitec, 1977.

SOARES, L. E. Campepinato: ideologia e política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SOLER, N. M. de. Agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtores. Campina Grande, UFPB, 1989. Mimeo.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Guanabara, 1980.

----- Camponeses e agroindústria. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

THIOLLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo, Polis, 1987.

VERGOPOULUS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VILELA, S. A trajetória social dos pequenos produtores nos projetos públicos de irrigação no Nordeste: o caso do Dique. Campina Grande, UFPB, 1988. Mimeo.

----- . As estratégias governamentais de modernização do pequeno produtor no nordeste do Brasil. Campina Grande, UFPB, 1989. Mimeo.

WANDERLEY, M. N. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas-São Paulo. Campinas, UNICAMP, 1988.

WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo, Hucitec, 1986.

A N E X O S

ANEXO I

DISPÊNDIOS NECESSÁRIOS À GERAÇÃO DE UM EMPREGO DIRETO NA IRRIGAÇÃO PÚBLICA E NAS ATIVIDADES FINANCIADAS COM RECURSOS DO FINOR E DO Fiset, A PRÇOS DE AGOSTO DE 1984

ATIVIDADES	DISPÊNDIOS POR EMPREGO	
	EM US\$ 1,00*	EM Cr\$ mil
1 - Irrigação pública.....	7,000	14.119
2 - FINOR - Agropecuária.....	16,361	33.000
3 - FINOR - Indústria.....	12,394	25.000
4 - FINOR - Agroindústria.....	7,932	16.000
5 - Fiset - Turismo.....	12,295	24.800
6 - Fiset - Pesca.....	11,800	23.800
7 - FINOR - valor médio.....	12,915	26.055

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: i) Para as atividades financiadas pelo FINOR e Fiset: SUDENE. Relatório da secretaria executiva; Reunião do Conselho Deliberativo, 291a. Recife, setembro, 1984, p.28 (tabela 2.3.10); ii) Para a irrigação: estimativa do autor, com base nos documentos citados no item 6.4.2 do seu livro**.

* US\$ 1,00 = Cr\$ 2.017

** Carvalho (1988:375)